UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
JUDAICOS E ÁRABES

SORAYA MISLEH DE MATOS

Qaqun: história e exílio de um vilarejo
palestino destruído em 1948

EXEMPLAR CORRIGIDO

DE ACORDO:

Profa. Dra. Arlene Elizabeth Clemesha

Orientadora

São Paulo – SP

2013

SORAYA MISLEH DE MATOS

Qaqun: história e exílio de um vilarejo

palestino destruído em 1948

EXEMPLAR CORRIGIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Língua, Literatura e Cultura Árabes.

DE ACORDO:

Orientadora: Profa. Dra. Arlene Elizabeth Clemesha

São Paulo – SP

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: M. MISLEH, Soraya

Título: Qaqun: história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em Língua, Literatura e
Cultura Árabes.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho ao meu pai, Abder Raouf.

Aos milhares de refugiados palestinos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Yasmin e Leo, por dividirem o pouco tempo que seria deles com as pesquisas, livros e escrita desta dissertação. Ao Leo, ainda, meu agradecimento pela ajuda na tradução de textos do inglês para o português.

Ao meu pai, Abder Raouf, grande responsável pelo meu gosto pelos estudos, interesse pelo tema da Palestina e por eu ter me aventurado por esse caminho. A ele, ainda, meu agradecimento por ter compartilhado suas memórias.

A minha mãe, Sara, pelo incentivo à leitura. A ela, ainda, assim como à minha irmã, Soad, e ao meu cunhado, Fabiano, pela presença inabalável em momentos difíceis, que me ajudou a prosseguir.

Ao meu tio Adnan, pelo entusiasmo demonstrado com minhas pesquisas, que muito me incentivou.

Aos demais tios, primos e amigos, pelo apoio e torcida, mesmo que de longe.

A minha orientadora Arlene Clemesha, pelas dicas valiosas, por acreditar em mim e abrir as portas da universidade.

Aos membros da banca de qualificação, Mamede Mustafá Jarouche e Miguel Attié, pela orientação, críticas e gentileza.

Aos professores das disciplinas cursadas ao longo do mestrado, pela indicação de textos que me ajudaram a compor esta dissertação e pelos ensinamentos.

Aos colegas da disciplina de orientalismo, cujos debates em sala de aula foram muito enriquecedores.

Aos contribuintes de São Paulo, pela oportunidade de desenvolver este trabalho em uma instituição pública.

Ao Instituto da Cultura Árabe, que me levou a descobrir o mundo acadêmico.

A Ilan Pappé e Eitan Bronstein, pela gentileza na concessão de entrevistas, pelo interesse e ajuda.

A Tawfiq Abder Rahim e Abu Adnan, pela contribuição fundamental para que a memória de Qaqun não seja esquecida.

A Maria Luzia, pelos conselhos em meus momentos de dificuldade no desenvolvimento deste trabalho e pelos livros emprestados. Ao seu marido Eric, pela paciência em acompanhar as longas e repetitivas conversas sobre pesquisas acadêmicas.

A Isabelle Somma, pela concessão de trabalhos, textos e ajuda dedicada.

A Hasan Zarif, pela concessão de materiais para esta dissertação e pela tradução de entrevista do árabe para o português. A ele ainda, assim como a Muhamad Kadri e Ibrahim, por dividirem tensões e afeto na fronteira com a Palestina.

A Rita Casaro, pela compreensão e ajuda inestimável para que pudesse atender às demandas da academia.

A Luís Henrique e Monique Alves, pela ajuda no escaneamento e ajuste das imagens que compõem este trabalho.

A Dirceu Travesso, pelo privilégio que tive em visitar a Palestina pela primeira vez ao seu lado.

A Silvinha, por me acompanhar na ida a Qaqun e pelos bons conselhos.

A Pedro Charbel, por ter me presenteado com o livro que tinha o depoimento de Abu Adnan.

A Arturo Hartmann, por ter me apresentado a Eitan Bronstein.

A Maria Célia, pela oferta generosa e torcida entusiasmada.

A Daniela Auad, Claudia Lahni e Michel Sleiman, pelas dicas para a defesa e encorajamento.

A Fabio Bosco, pela atenção e carinho dedicados durante a fase de desenvolvimento deste trabalho, bem como pela ajuda nas pesquisas.

Aos patrocinadores de minhas viagens à Palestina e à Jordânia.

Aos demais companheiros de todos os dias, Lourdes, Rosângela, Eliel e Fábio, pela torcida e ajuda.

Aos companheiros de jornada, Gabriela, Lola, Talitta, Ryan, Luís Gustavo e muitos outros, pelo interesse nas pesquisas e por acreditarem.

A todos aqueles com quem divido sonhos, por lutarem para transformar a realidade.

Ao meu marido Wilson Roberto de Matos (*in memoriam*), pelo incentivo, torcida e afeto, saudades eternas.

A todos e todas, *shukran!*

RESUMO

M. MISLEH, S. **Qaqun: história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

Este trabalho investigou o que aconteceu em 1948 na aldeia palestina de Qaqun. Para tanto, apresentou o contexto histórico em que se inseriu a transformação do vilarejo à época, bem como conceitos e documentos que possibilitassem essa compreensão. Recorreu à história do vilarejo e à memória de seus habitantes, além de fotos, mapas, documentos e duas entrevistas, uma delas com Ilan Pappé, um dos denominados “novos historiadores israelenses”. Com base nas pesquisas, foi possível observar que os habitantes de Qaqun saíram de suas terras e propriedades mediante métodos planejados para forçar sua expulsão. Esses acontecimentos se enquadram em definições sobre limpeza étnica, inclusive à dada pela Organização das Nações Unidas, também apresentada neste trabalho. As pesquisas e estudos realizados apontam a importância do reconhecimento histórico do que aconteceu em Qaqun e em outras aldeias palestinas para que esses acontecimentos não mais se repitam e se alcance uma solução justa para a chamada “questão palestina”. A pretensão não foi esgotar o tema, mas contribuir nesse sentido, para que mais pesquisas sejam feitas.

Palavras-chave: Qaqun; Palestina; 1948; história; memória.

ABSTRACT

M. MISLEH, S. **Qaqun: the story of a Palestinian village destroyed in 1948.**
2013. 158 f. Dissertation (Master's) - School of Philosophy and Human Sciences,
University of São Paulo, 2013.

This dissertation investigates events which occurred in 1975 in the Palestinian Village of Qaqun. Historical background is provided, through which one sees the transformation of the village as well as concepts and documents which allow for a more in-depth understanding. The story of this village and its inhabitants is recounted through photographs, maps, documents and two interviews, one of which is with Ilan Pappé, commonly referred to as one of the “new Israeli historians”. Upon consulting of research and available historical data, it was clear that the inhabitants of Qaqun were systematically expelled from their land and property. The circumstances involved in these events fall under the definition of ethnic cleansing, including that given by the United Nations, also presented in this dissertation. Research and studies highlight the importance of an historical acknowledgement of what occurred in Qaqun and in other Palestinian villages so that these events do not repeat themselves and so that a just solution is found for the so-called “question of Palestine.” The intension is not to belabor the topic, but to contribute to it, so as to encourage more and more research.

Keywords: Qaqun; Palestine; 1948; history; memory.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE 1.....	20
PARTE 1.....	20
O sionismo moderno.....	20
Orientalismo.....	27
A Palestina sob jugo otomano	31
O mandato britânico	33
Mapeando as vilas.....	39
Transferência.....	42
Segunda Guerra e partilha	45
Plano Dalet.....	54
PARTE 2.....	61
Qaqun: memória e história	61
Modo de vida	67
Ocupação e despovoamento	72
O lugar das memórias	75
“Operação exitosa”	81
Terrorismo psicológico	83
A vida como refugiados.....	86
Qaqun depois de 1948.....	95
Mudando a paisagem.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
ANEXO 1	114
Texto do Plano Gimmel (Plano C).....	114
Maio de 1946: Seção de Contramedidas	114
Texto do Plano Dalet (Plano D), 10 de março de 1948:	119
Seção Geral	119
Introdução.....	119
ANEXO 2	131
REFERÊNCIAS	149

APRESENTAÇÃO

Qaqun era uma pequena aldeia na Palestina. Em 1948, a realidade da vila e de seus habitantes foi totalmente transformada. Um dos 531 vilarejos destruídos naquele ano (PAPPÉ, 2008: 11), Qaqun é o objeto de estudo deste trabalho.

Até os anos 1980, havia poucos documentos disponíveis sobre esse evento constitutivo da história moderna da Palestina - e outros. Naquela década, arquivos oficiais de Israel foram abertos à consulta pública e passaram a servir de fonte para se reexaminar a versão oficial da história local. Os pesquisadores israelenses que recorreram a essas informações passaram a ser chamados de “novos historiadores”¹. Entre eles, Benny Morris, Avi Shlaim e Ilan Pappé. Suas conclusões e métodos não são lineares, como será possível verificar ao longo deste trabalho, mas têm em comum o fato de questionar a narrativa tradicional sobre a criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, num primeiro momento. Antes deles, somente historiadores árabes haviam enveredado por esse caminho – entre eles, Walid Khalidi, que serviu de fonte e inspiração para Pappé.

A versão oficial é de que, com a “guerra da independência”, habitantes “árabes”² deixaram suas casas voluntariamente, por recomendação de suas lideranças³.

Para entender o que aconteceu em 1948, parece necessário expandir a pesquisa. É o que afirma Pappé (2008: 14 e 15):

Existia então, e continua existindo hoje, uma necessidade, ao mesmo tempo histórica e política, de ir mais além (...), não só com o objetivo de completar o quadro do ocorrido (de fato, revelar sua outra metade), mas também, o que é muitíssimo mais importante,

¹ Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/New_Historians.html>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

² Entre as características que permitem enquadrar os palestinos como árabes, está o fato de se comunicarem em língua árabe. O conceito “árabe” é explicado por HODGSON, Marshall, em *The Venture of Islam – Conscience and History in a World Civilization*, Vol. 1. Disponível em: <http://www.revalvaatio.org/wp/wp-content/uploads/hodgson-the_venture_of_islam.pdf>. Acesso em: 5 de agosto de 2013.

³ Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/refugees.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

porque não temos outro modo de entender plenamente as raízes do conflito atual entre israelenses e palestinos. (...) (*tradução nossa*)

Na sua opinião, a história oral tem um papel nesse sentido. Segundo Meihy (2005: 17),

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do “tempo presente” e também reconhecida como “historia viva”.

A experiência é contada através do que se apreende na memória. Para Halbwachs (2006: 102), “a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Enquanto esse autor privilegia a memória coletiva sobre a individual, Paul Ricoeur tenta conciliar ambas e afirma que “a busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato da memória, a saber, lutar contra o esquecimento” (2007: 48).

Neste trabalho, além de referências bibliográficas e documentos, a proposta é recorrer à memória de palestinos que vivenciaram o que ocorreu em 1948, o que parece relevante, seja para avançar nas pesquisas, seja porque historicamente esses árabes não tiveram voz (SA’DI & ABU-LUGHOD, 2007: 4). Há hoje obras que buscam trazer suas narrativas, mas, devido ao volume e complexidade da história moderna da Palestina, ainda há muito por contar.

Escrito a partir dos relatos desses palestinos e da “nova historiografia israelense”, este trabalho visa contribuir para desvendar parte da *Nakba* – termo árabe que designa catástrofe, como é conhecida a criação do Estado de Israel na memória coletiva palestina e árabe em geral (SA’DI & ABU-LUGHOD, 2007: 3). Aqui, a opção será por utilizar esse termo, que será explicitado na abertura desta dissertação.

Ainda na primeira parte, além da revisão bibliográfica, serão apresentados os conceitos adotados e críticas a eles, a história do sionismo e o pensamento de seus líderes, bem como os planos e métodos empregados por esse movimento para levar a cabo seu intento de criação de um estado judeu.

A história oral terá lugar na segunda parte, com estudo de caso sobre o que aconteceu em Qaqun. A aldeia é citada em várias publicações, mas sua história ainda é pouco conhecida – nas palavras de Ilan Pappé, foi um caso clássico do emprego de um método amplamente utilizado pelas milícias sionistas para expulsarem a população local: cercar o lugar por três lados e deixar aberta apenas uma saída aos habitantes⁴. A vida na aldeia antes de 1948, o modo como as pessoas se tornaram refugiadas, a resistência árabe e a transformação de sua paisagem ilustram as representações e a história da *Nakba* e permeiam a memória de seus habitantes. Três narrativas compõem o *corpus*. Duas delas, com um palestino que vive no campo de refugiados de Baqaa, em Amman, capital da Jordânia, e outro que vive no Brasil, foram resultado de entrevistas. O terceiro depoimento consta da publicação *Nakba Eyewitnesses – Narrations of the Palestinian 1948 Catastrophe* (Ed. MORGAN & MORRIS, 2010)⁵. Essa obra reúne testemunhos de palestinos deslocados que hoje vivem na região de Nablus.

Às memórias, somam-se mapas, fotos e documentos. Também compõem este *corpus* duas entrevistas – uma com o historiador Ilan Pappé e outra com Eitan Bronstein, que cresceu no Kibbutz Bahan, assentamento israelense próximo à área de Qaqun.

A história da aldeia antes de 1948 é relatada por Walid Khalidi, em seu livro *All that remains* (2006). Obras de referência são utilizadas como fonte à análise das narrativas.

A aldeia destruída deu lugar a assentamentos israelenses e a um parque nacional, que tive a oportunidade de conhecer em outubro de 2010.

⁴ Entrevista realizada por e-mail em 26 de abril de 2013. (tradução nossa)

⁵ Disponível em: <<http://youth.zajel.org/publications/book.pdf>>, p. 117. Acesso em: 21 de julho de 2012.

A análise dessa transformação também consta da segunda parte. Nas referências bibliográficas utilizadas neste trabalho, encontrei indicações do papel dos intelectuais e missionários na construção de mitos e representações que, se hoje já se encontram superados, foram constitutivos para a mudança da paisagem local. Para tentar compreender o pensamento e o discurso dominantes, recorro ainda a autores como Edward Said.

Considero este trabalho relevante não só por apresentar parte da história palestina ainda pouco estudada, mas pela escassez de material publicado em português sobre a *Nakba*. A maioria das obras de referência usadas encontra-se em inglês. Para desenvolver esta dissertação, contei com a ajuda de amigos na tradução desse idioma, bem como de depoimentos e escritos em árabe e hebraico. No *corpus*, assim, optei pela tradução livre das citações em outros idiomas para o português, dado seu volume expressivo.

INTRODUÇÃO

Na fronteira entre Jordânia e Cisjordânia, território palestino ocupado⁶, em 16 de maio de 2011, a agente da polícia israelense, em interrogatório, pergunta a mim: O que é *Nakba*? Devolvo-lhe a indagação. A pergunta fica no ar.

O termo árabe significa “catástrofe” ou “desastre” e é utilizado pelos palestinos para se referirem à criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, em 78% do território da Palestina (MASALHA, 2011: 5). Para o autor, o termo é usado porque a constituição do Estado de Israel resultou na “destruição da Palestina histórica e limpeza étnica⁷ do povo que a habitava”.

Um dos primeiros a utilizar o termo foi o historiador sírio Constantine Zurayk, no começo dos anos 1950, em sua obra *Ma'na Nakba*, publicada em inglês sob o título *The meaning of the disaster*⁸. No livro, ele buscava investigar as causas socioeconômicas da derrota árabe de 1948. O termo foi também utilizado na obra *Al-Nakba: nakbat bayt al-Maqdis*, de 1958-1960, do palestino 'Arif al 'Arif (MASALHA, 2011: 5).

Conforme os acadêmicos Lila Abu Lughod e Ahmad H. Sa'di (2007: 3), “para os palestinos, a guerra de 1948 levou de fato a uma catástrofe”. A sociedade se desintegrou e fragmentou e a vida da população foi “dramática e irreversivelmente transformada”. Ainda segundo esses autores, “a *Nakba* é frequentemente reconhecida como o início da história palestina contemporânea” (2007: 5). Ala Abu Dheer, do Departamento de Relações Públicas da Universidade An-Najah, situada em Nablus, escreve que

⁶ Designação dada pela Organização das Nações Unidas a Gaza e Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, territórios palestinos ocupados militarmente por Israel em 1967. Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/en/countries/menaregion/pages/psindex.aspx>>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

⁷ O uso do termo e a contextualização sobre o porquê de seu uso serão explicados nas páginas a seguir.

⁸ Edição esgotada, a obra é citada em MASALHA, N., *El problema de los refugiados palestinos sesenta años después de la Nakba*, Casa Árabe, 2011, p. 5. Disponível em:

<<http://www.nodo50.org/csca/agenda11/palestina/pdf/dtca008-masalha.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2013; e em LOUIS, R. W. e SHLAIM, A. (Ed.), *The 1967 Arab-Israeli War: Origins e Consequences*, Cambridge University Press, 2012, p. 297.

A experiência da *Nakba* de 1948 teve profunda influência no desenvolvimento da consciência política palestina, e tem feito os palestinos apegarem-se às suas terras e aprender com os erros cometidos durante o começo da guerra. (...) É necessário reabrir os arquivos sobre a *Nakba* palestina, para ajudar as gerações vindouras a entenderem a importância de estudar esse período crucial na história palestina. (...) (2010: 17) (*tradução nossa*)

Para Masalha (2011: 5), a *Nakba* é a “pedra angular” da memória coletiva e história dos nativos da Palestina, ao conectá-los a um momento concreto. Os relatos desses habitantes são cruciais na reconstrução de sua identidade nacional, embora suas raízes remontem a muito antes de 1948 (Idem)

Neil Caplan cita a forma como árabes e israelenses se referem à guerra de 1948 como provavelmente o “mais famoso caso de diferenças” sobre a denominação de um acontecimento:

Para os israelenses, é sua “guerra de libertação” ou “guerra de independência” (em hebraico, *milhemet haatzama’ut*), repleta de alegrias e conotações de libertação e de redenção. Para os palestinos, é a *Nakba*, traduzida como “A catástrofe” e incluindo em seu escopo a destruição de sua sociedade e a expulsão e deslocamento de aproximadamente 700 mil refugiados. (2010: 7) (*tradução nossa*)

A história oficial israelense apresenta a versão de que os árabes fugiram de suas terras por recomendação de suas lideranças⁹. Outra interpretação comum é de que foi uma “guerra de “poucos contra muitos”. (MASALHA, 2011: 18)

Para Arlene Clemesha (2008: 186), essa narrativa está definitivamente abalada pela revisão feita pela nova historiografia israelense a partir dos anos 1980. Por outro lado, observa que “alguns autores acreditam que a narrativa geral ainda sobrevive” (Idem). Masalha é um deles:

A corrente dominante dos historiadores israelenses continua pintando a guerra de 1948 como uma contenda desigual entre o judeu David e o árabe Golias, como uma luta desesperada,

⁹ Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/refugees.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

heroica e finalmente exitosa contra todo prognóstico. (...) Ao converter a fé judaica em uma ideologia¹⁰ laica, os historiadores e autores israelenses têm adotado e reinterpretado as fontes e mitos bíblicos e os mobilizado em apoio aos objetivos israelenses a partir de 1948. Segundo esse discurso, os poucos, que se converteram em muitos por sua valentia e convicção, eram os colonos sionistas europeus, que emulavam os lutadores do antigo Israel, enquanto os muitos eram aqueles palestinos e árabes que encarnavam diversos opressores antigos. A luta sionista contra os nativos palestinos era assim caracterizada como uma atualização das antigas batalhas e guerras bíblicas, incluída a morte de Golias por David. (2011: 18) (*tradução nossa*)

Masalha destaca que esse discurso fundamenta-se na negação da *Nakba* (2011: 7).

Na busca por compreender os acontecimentos de 1948, é feita breve contextualização sobre seus precedentes históricos na primeira parte desta dissertação.

Antes de seguir adiante, contudo, parece importante apresentar brevemente conceitos que permeiam o objeto desta dissertação, como nacionalismo e nação. Para Eric Hobsbawm (2000: 272-273), nacionalismo é um “projeto político” e tem dois momentos distintos. O “nacionalismo liberal clássico” do século XIX não se definia em termos etnolinguísticos, como ocorre atualmente. “Ele almejava *ampliar* a escala das unidades humanas sociais, políticas e culturais: unificar e expandir, em vez de restringir e separar.” (Ibidem: 273; *grifo do autor*). Na concepção de Ernest Gellner (1993: 206), o nacionalismo cria a nação, e não o contrário. Esse ponto de vista considera a necessidade de construção de uma unidade cultural e política.

Segundo Jurgen Habermas (2000: 297), o Estado-Nação surgiu a partir das revoluções Francesa (1789) e Americana (1776). O Estado moderno referia-se ao território delimitado, soberano e com normas jurídicas definidas; a

¹⁰ Para Terry Eagleton, o termo ideologia abarca amplo espectro de significados. Entre eles, o de que designa signos e valores que ajudam a reproduzir um “poder social dominante”. Também denota qualquer conjuntura significativa entre discurso e interesses políticos. EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997, pp. 38-39.

nação seria inicialmente projetada em bases culturais comuns, visão ampliada pelo sentido de pertença oriundo da ideia de democracia. Não obstante, essa democracia seria colocada em risco ao se fundar a integração social dos indivíduos de uma mesma nação a particularismos de origem e destino. (Ibidem: 303).

Sobre identidade nacional, Stuart Hall (1998: 11) apresenta uma série de conceitos, entre os quais o considerado na pós-modernidade. De acordo com essa definição, as identidades não são, como se pensava no Iluminismo (século XVIII), unificadas, estáveis, naturais, mas construídas historicamente. Diante desse conceito, Hall escreve que permeiam a identidade nacional representações e mitos sobre uma “comunidade imaginada”:

Primeiramente, há a narrativa *da nação*, contada e recontada nas histórias e literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Estas narrativas oferecem um conjunto de histórias, imagens, paisagens, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que sustentam, ou *representam*, as experiências, as tristezas compartilhadas, e os triunfos e desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal “comunidade imaginada”, nos vemos, nos olhos de nossa mente, participando desta narrativa. (1998: 40)

Com o objetivo de se construir uma identidade nacional, nessas narrativas é dada ênfase às origens e às tradições – e à sua continuidade e atemporalidade. As noções de origem podem ser permeadas por mitos fundantes relativos à ancestralidade e as tradições, “inventadas”. As ideias de uma cultura una e um povo “puro, original”, também estão entre os símbolos em que se baseia a identidade nacional (HALL, 1998: 41-43). O “retorno ao passado”, diz ainda Hall (1998: 43), “oculta uma batalha para mobilizar o povo a purificar suas classes, a ‘expulsar’ os outros que ameaçam sua identidade” – portanto, mediante a violência. Nesse âmbito, ainda, têm lugar as “definições *culturais* de raça¹¹, cujo papel é importante nos discursos sobre nação e identidade nacional” (Ibidem: 49).

¹¹ Para Stuart Hall, “ao contrário da crença difundida, raça não é uma categoria biológica ou genética com alguma validade científica”. Isso porque, na sua concepção, mesmo dentro das chamadas raças, os traços e genética se distinguem. “Raça é uma categoria discursiva, não biológica”, conclui. HALL, S. *A questão da identidade cultural*. Trad. Andréa Borghi Moreira Jacinto e Simone Miziara Frangella. 2ª edição revista. Textos Didáticos – IFCH/Unicamp, n 18, Campinas, fevereiro de 1998, p. 48.

Ao ser feita essa associação, refuta-se a ideia de racismo, uma vez que a homogeneidade pretendida é alinhada à nacionalidade (Idem).

PARTE 1

O sionismo moderno

Inspirado no protonacionalismo judeu, movimento inaugurado por intelectuais nos anos 50 do século XIX no Leste Europeu, surge o sionismo moderno, em fins do mesmo período (PAPPÉ, 2007: 64). De acordo com o egípcio Lotfallah Soliman (1990: 20), muitos consideram que o primeiro teórico do sionismo foi Moses Hess (1812-1875), autor de *Rome and Jerusalem*¹². Nascido em Bonn, Alemanha, e tendo falecido em Paris, França, ele foi pioneiro em escrever sobre a questão do nacionalismo judeu no contexto europeu.

Por essa razão, a obra de Moses Hess é apresentada pela Agência Judaica como “um clássico da teoria sionista”¹³. O texto data de 1862, mas foi publicado pela primeira vez somente em 1916. Hess prega, em seus escritos, a “restauração” do estado judeu como um movimento de libertação nacional:

As vozes que são ouvidas de várias partes do mundo, demandando a regeneração nacional de Israel, encontram justificativa, em primeiro lugar, na cultura judaica, no caráter nacional do judaísmo, e, além disso, no processo geral de desenvolvimento da humanidade e seu óbvio resultado, e, finalmente, na situação presente da vida humana. (1918: 87-88) (*tradução nossa*)

Em sua obra, Hess refere-se à perseguição sofrida pelos judeus ao longo da história como justificativa para a necessidade do que denomina restauração do estado judeu na Palestina. Ele faz uma longa defesa do nacionalismo judeu e critica os que se opõem a essa ideia. Fundamenta suas ideias nos escritos bíblicos e na visão de civilização judaica.

¹² HESS, M. *Rome and Jerusalem: a study in jewish nationalism*. New York: Bloch Publishing Company: 1918. Trad. do alemão para o inglês: Meyer Maxman. Disponível em: <<http://archive.org/stream/romeandjerusale02waxmgoog>>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

¹³ AGÊNCIA Judaica, Apud EITAN São Paulo. Disponível em: <<http://www.eitan.com.br/hess.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2012.

Hess, que foi antes seguidor e amigo de Karl Marx¹⁴ (1818-1883), decidiu-se, com “o fracasso da revolução na Europa¹⁵, segundo seu próprio testemunho, a abandonar temporariamente a política para se dedicar às ciências naturais” (SAND, 2011: 145). Em seu texto *Rome and Jerusalém*, ele cita um dos pioneiros a publicar a história dos judeus na época moderna: o polonês Heinrich Graetz, autor de *History of the Jews*¹⁶, cujos “primeiros volumes começaram a surgir nos anos 1850” (SAND, 2011: 135). O ensaio de Graetz tornou-se referência na historiografia nacional judaica durante todo o século XX:

É difícil avaliar sua influência na formação da futura consciência sionista, mas não há dúvida de que foi significativa e central. De grande alcance, embora particularmente pouco vinculada à descrição da história dos judeus do Leste Europeu (...), essa obra foi devorada com pressa e entusiasmo pelos primeiros intelectuais nacionalistas do império russo. Marcou orgulhosamente todos os relatos de seus sonhos com a “antiga pátria”. (...) Da mesma forma, encorajou uma leitura laica, se não verdadeiramente ateia, da Bíblia. Mais tarde, o livro chegou a servir aos dirigentes dos colonos sionistas na Palestina como fio condutor das profundezas do tempo. (...) A razão dessa influência maciça é clara: trata-se do primeiro ensaio no qual o autor investe seus esforços, com firmeza e sensibilidade, com o objetivo de inventar o povo judeu¹⁷. (...) Graetz, mais que nenhum outro, forjou o modelo nacional de escrita da história dos Judeus (com “J” maiúsculo) (SAND, 2011: 136-137)

Menos de 30 anos após Hess ter escrito *Rome and Jerusalém*, foi criado o termo sionismo, pelo judeu vienense Nathan Birnbaum (1864-1937) (SHLAIM, 2004: 37; SAND, 2011: 461). A informação é confirmada na Jewish Virtual Library¹⁸:

¹⁴ Teórico e revolucionário alemão.

¹⁵ Referência à chamada Primavera dos Povos, de 1848. SHLOMO, S., *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvira, 2010, p. 144.

¹⁶ GRAETZ, H. Disponível em: <<http://archive.org/stream/historyofje02grae#page/8/mode/2up>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

¹⁷ Assim como o conceito de nação, o de “povo judaico” é questionado por Shlomo Sand. Assim, desconstrói a ideia de retorno à própria terra 2 mil anos depois, construída sobre mitos bíblicos e representações. Ele questiona o que há em comum, por exemplo, entre judeus que nasceram em lugares completamente distintos como Ucrânia e Marrocos para serem considerados parte de uma mesma nação.

¹⁸ JEWISH Virtual Library. Disponível em:

<<http://www.jewishvirtuallibrary.org/source/biography/Birnbaum.html>>. Acesso em: 26 de maio de 2012.

Em 1882, juntamente com dois outros estudantes da Universidade de Viena, ele fundou o Kadima¹⁹, a primeira organização de estudantes nacionalistas judeus no Ocidente. Em 1884, ele publicou seu primeiro panfleto, *Die Assimilation sucht (A doença/mania da assimilação)*. Ele fundou, publicou e editou *Selbst-Emancipation! (Autoemancipação!)* (1884-1894), um periódico que promovia “a ideia de renascimento judeu e reassentamento na Palestina”, a qual foi incorporada e desenvolveu as ideias de Leon Pinsker²⁰. Em 1890, Birnbaum cunhou os termos “sionista” e “sionismo” e, em 1892, “sionismo político”. Em 1893, ele publicou uma brochura intitulada *Die Nationale Wiedergeburt des Juedischen Volkes in seinem Lande als Mittel zur Loesung der Judenfrage* (O renascimento nacional do povo judeu em suas terras como sinônimo de solução da questão judaica), em que expôs ideias similares às que Herzl²¹ promoveria subsequentemente. (tradução nossa)

Birnbaum expandiu as ideias de Hess, ao afirmar que:

Só as ciências naturais podem explicar a especificidade intelectual e afetiva de um povo em particular. (...) As diferenças de raças estão na origem da multiplicidade das variedades nacionais. É por conta da oposição entre as raças que o alemão e o eslavo pensam e sentem de forma diferente que o judeu. (Apud SAND, 2011: 461)

Ao criar o termo “sionismo”, seu intuito era fazer referência a Sião, um dos nomes bíblicos de Jerusalém (SHLAIM, 2004: 37). Embora Shlaim afirme o vínculo religioso e a ideia do retorno dos judeus – ansiada, segundo ele, desde a destruição do primeiro templo israelense na Palestina, no ano de 586 a.C. –, ele elucida que, “em contraste”, o sionismo moderno era secular e tinha “uma orientação política em relação à Palestina” (Ibidem: 38). Sequer havia, em fins do século XIX, quando surgiu, o ímpeto da maioria dos judeus de viver na Palestina,

¹⁹Kadima foi o nome dado em 2005 a partido fundado pelo ex-primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon, o qual hoje integra a coalizão do Governo de Israel. Disponível em:

<<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/sharonnewparty.html>>. Acesso em: 26 de maio de 2012.

²⁰ Leon Pinsker (1821-1891) nasceu na Polônia (Rússia). Fundou em 1880 o movimento Hibbat Zion. Um dos chamados sionistas territoriais, teve papel importante na fundação de assentamentos agrícolas na Palestina. JEWISH Virtual Library. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/pinsker.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2012.

²¹ Theodor Herzl, pai do sionismo político. Cf. nesta dissertação.

considerada um lugar sagrado, não sua futura nação. Utilizar o termo sionismo teve por objetivo angariar o apelo religioso para fortalecer um movimento político. É o que indica Pappé:

Eretz Israel, a Terra de Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido venerada ao longo dos séculos por gerações de judeus como um lugar de peregrinação sagrado, nunca como um Estado secular futuro. A tradição e a religião judaicas ensinavam que os judeus deviam esperar a chegada do Messias prometido ao “final dos tempos”, antes de poder regressar a Eretz Israel como um povo soberano, os servos obedientes de Deus, para a fundação de uma teocracia judaica... Em outras palavras, o sionismo secularizou e nacionalizou o judaísmo. Para realizar seu projeto, os pensadores sionistas reclamavam o território bíblico, que recriavam (de fato, reinventavam) como o berço de seu movimento nacionalista. (2008: 32)

O pai do sionismo político moderno foi Theodor Herzl (1860-1904). Judeu nascido na Hungria, exercia em Viena, então capital do Império Austro-Húngaro (1867-1918), a função de jornalista e autor teatral. Integrado à sociedade local, não tinha interesse pelo judaísmo ou por questões correlatas (SHLAIM, 2004: 38). O ponto de virada foi, conforme relatado em sua obra *Der Judenstaat* [O estado judeu]²², o “Caso”, como ficou conhecido na França o caso Dreyfus. Refere-se à acusação de traição que sofreu naquele país o oficial Alfred Dreyfus, em 1894, por ser de origem judaica. A partir desse acontecimento, Herzl teria concluído que não haveria qualquer esperança de assimilação. Assim, a única solução seria que os judeus vivessem em seu próprio estado. Essa alegação, contudo, é questionada por estudiosos israelenses (PAPPÉ, 2007: 64).

Para assegurar a imigração de judeus da Europa para a Palestina, era necessário convencê-los que a transferência²³ para aquelas terras seria o único

²² O escritor Moacyr Scliar (1937-2011), que participou do movimento juvenil sionista, aborda o assunto em seus comentários à edição de *O Estado judeu* traduzida para o português. HERZL, T. *O Estado judeu*. Trad. David José Pérez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 21.

²³ O termo seria usado como um eufemismo pelos sionistas, segundo MASALHA, N.. *Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought, 1882-1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.

caminho para livrarem-se do “antissemitismo” – termo que se refere à discriminação contra semitas. Conforme Reichert (1972: 8),

O termo vem de Sem, filho mais velho de Noé, e faz subentender que os semitas seriam os seus descendentes. Sendo insustentável esta suposição, o termo é hoje, no uso científico, um conceito linguístico: semitas são aqueles que falam ou falaram uma língua semítica (assírio, babilônio, cananeu ou fenício, arameu, hebraico, árabe). Mas o parentesco linguístico não é o único laço que une os povos semíticos: uma comparação de seus aspectos físicos, comportamentos psíquicos, crenças religiosas e instituições sociais revela uma semelhança considerável. Formaram, sem dúvida, nos tempos remotos, uma comunidade que falava a mesma língua e ocupava a mesma região. A teoria mais plausível afirma que a pátria dos semitas foi a parte meridional da Península Arábica.

Herzl (1998: 47) vinculou, nesse sentido, ao publicar *O estado judeu*, em 1896, a chamada “questão judaica” – para ele, herança da Idade Média – não à religião ou ao aspecto social, mas a um problema nacional.

Ele não sugeriu na publicação exclusivamente a Palestina para sua criação. Em seu livro, coloca a questão: “Devemos preferir a Palestina ou Argentina?.” Sua resposta é de que a “Sociedade (*dos Judeus*) aceitará o que lhe derem, tendo em consideração as manifestações da opinião pública a este respeito” (1998: 66). Na sua análise, nos dois locais houve experiências bem-sucedidas de “colonização judaica”. Em 1897, ano seguinte à publicação, durante o I Congresso Sionista realizado na Basileia, Suíça, que reuniu 200 delegados do Leste da Europa, a Palestina foi escolhida:

Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo. (...) Para a Europa, constituiríamos aí um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficariamos como Estado neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência. (Ibidem: 66)

Herzl empreendeu esforços para obter o apoio das elites judaicas e governantes europeus ao projeto sionista. Segundo Shlaim (2004: 41), seu pressuposto “não declarado” e de seus sucessores era que o movimento alcançaria o seu objetivo “não através de um entendimento com os palestinos locais, mas por meio de uma aliança com a grande potência dominante do momento”.

Esse parceiro seria a Grã-Bretanha, que vislumbrava a Palestina como sua “futura aquisição”. Como parte de sua estratégia de convencimento, Herzl explanou que os britânicos poderiam se beneficiar da criação em região de Gaza de um “oásis sionista”, ao que seria necessário levar água do Nilo através de um canal (PAPPÉ, 2007: 81). Num primeiro momento, esse plano foi frustrado, dada a objeção do lorde inglês Cromer, que comandava o Cairo. Herzl propôs, como alternativa, a instituição do estado judeu temporariamente em Uganda, então colônia inglesa, para depois passar à Palestina. O que foi visto como traição por outras lideranças sionistas, como Chaim Weizmann²⁴ (1874-1952), uma vez que o próprio idealizador do Estado de Israel havia nacionalizado o judaísmo, sinalizando o local que viria a ser definido no I Congresso Sionista. O plano de Uganda, conseqüentemente, não foi levado adiante. A Palestina voltou a ser central na proposta sionista (Idem).

Após o I Congresso Sionista, dois rabinos foram enviados à Palestina para reconhecimento do local. Em telegrama, eles descreveram o cenário com que o movimento que visava criar um estado judeu naquelas terras teria que lidar: “A noiva é bela, mas está casada com outro homem.” (SHLAIM, 2004: 40) Em outras palavras, os visitantes anunciavam que a Palestina não era um descampado, um lugar deserto e inabitado. Como conta Pappé,

²⁴Chaim Weizmann viria a se tornar o primeiro presidente de Israel, em 1948. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/weizmann.html>>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Nas vésperas da Guerra da Criméia (1853-1856), cerca de meio milhão de pessoas viviam na terra da Palestina. Eram de língua árabe. A maioria era muçulmana, mas cerca de 60 mil eram cristãos de várias denominações e cerca de 20 mil eram judeus. Além disso, tinham que tolerar a presença de 50 mil soldados e funcionários otomanos, assim como de 10 mil europeus. (2007: 41)

Segundo Shlaim (2004: 54), independentemente da linha sionista, que incluía os denominados trabalhistas, os moderados e os revisionistas – cujo fundador foi o judeu russo Zeev Jabotinsky (1880-1940) –, a ideia de que era preciso o apoio de uma grande potência para consolidar o projeto sionista prevaleceu. Assim como a necessidade de estimular a imigração judaica e transferir os palestinos nativos, usando a força militar para tanto. A diferença era que os revisionistas consideravam essa opção explicitamente, chegando o fundador dessa ala a publicar um artigo intitulado “Sobre a muralha de ferro”. No texto, Jabotinsky defendia a implementação de “uma muralha de ferro de força militar judaica” (SHLAIM, 2004: 51). Já os trabalhistas não admitiam essa intenção abertamente. Acreditavam que essa estratégia deveria ter menos peso – ao menos no início, até se aproximarem mais das ideias defendidas por Jabotinsky (Ibidem: 54). A face mais visível dessa mudança é a carreira do judeu polonês David Ben Gurion (1886-1973), criador do poder militar do *Yishuv*²⁵ e primeiro premiê de Israel, em 1948. (Ibidem: 51)

²⁵ Comunidade judaica, em hebraico. PAPPÉ, I. *História da Palestina moderna – uma terra, dois povos*. Trad. Ana Saldanha, Lisboa: Ed. Caminho, 2007, p. 358.

Orientalismo

Os sionistas encaravam os nativos da Palestina com indiferença (MASALHA, 1992: 9). O pensamento de Jabotinsky ilustra essa visão:

Ele rejeitava a visão romântica do Oriente e acreditava na superioridade cultural da civilização ocidental, a qual deveria ser levada àquelas terras. “Nós, judeus, não temos nada em comum com aquilo que significa ‘o Oriente’ e agradecemos a Deus por isso”, declarou ele. Em sua visão, o Oriente representava passividade psicológica, estagnação social e cultural e despotismo político. Embora os judeus tenham se originado no Oriente, pertencem cultural, moral e espiritualmente ao Ocidente. (SHLAIM, 2004: 49)

A propaganda à época reflete a ideia de que os imigrantes judeus fariam florescer o deserto e para lá levariam o progresso, bem como a de que ali teriam um porto seguro contra um possível novo holocausto. Os sionistas propagaram ao mundo o mito de “uma terra sem povo para um povo sem terra” – *slogan* criado por Israel Zangwill (1864-1926), um dos pioneiros do movimento na Grã-Bretanha e proeminente escritor. (MASALHA, 1992: 6)

Zangwill visitou a Palestina em 1897. Tanto ele quanto as principais lideranças sionistas – Theodor Herzl, Ben-Gurion e Chaim Weizmann – utilizavam esse *slogan* por considerarem os palestinos um “não povo”, não por desconhecerem sua existência:

Quando perguntado por Ruppin (*chefe do Departamento de Colonização da Agência Judaica*) sobre os árabes palestinos, Weizmann replicou: os britânicos disseram-nos que são algumas centenas de milhares de negros (*Kushim*) e aqueles não têm valor. (MASALLA, 1992: 6) (*tradução nossa*)

Os estudos sobre o sionismo sugerem que esse movimento se utilizou de representações como essa para construir não só a nação, mas uma identidade a ela associada. Ella Shohat (2006: XVIII) acredita que “a historiografia israelense tentou intensamente normalizar seu processo particular de invenção nacional”. O sionismo, de acordo com essa visão, constituiria uma metanarrativa e um discurso caracterizado pelo “binário Oriente-Occidente”. Para além de um movimento de libertação nacional, sua ideologia incorporou a matriz colonial. A “identidade imaginada” seria estritamente europeia, e Israel constituiria “um posto avançado do Occidente, da civilização contra a barbárie”. (Idem)

Essa representação vai ao encontro do que o intelectual palestino Edward Said (1935-2003) define como “orientalismo”²⁶. Conforme esse autor, é “um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Occidente’” (2007: 29). Uma ótica que contrapõe “Oriente” e “Occidente” enquanto “entidades geográficas, culturais e históricas criadas pelo homem. Constitui, assim, uma ideia, um imaginário e um discurso” (Ibidem: 31).

De acordo com essa visão, os “ocidentais” são apresentados como civilizados, com raciocínio lógico, pacíficos, capazes de valores reais; já os “orientais” equivalem a uma massa uniforme de povos atrasados, bárbaros, afeitos à violência por natureza, que não podem se autogovernar, devem ser temidos e, portanto, controlados (Ibidem: 85).

O conceito não é novo. Por ocasião do Concílio de Viena (1312), surgiram várias cátedras de estudos sobre o “Oriente” (Idem). Não obstante, o século XVIII é entendido por Said como um marco em sua fase moderna, uma espécie de “renascimento”, com a ampliação das representações sobre os povos “orientais”. Quatro elementos marcam essa fase: a expansão do que se considera “Oriente”, incluindo novas regiões e períodos; o reforço do confronto histórico com o “Occidente”, numa busca por fortalecer a ideia de uma civilização europeia

²⁶ Publicado em 1978 e traduzido para dezenas de idiomas, *Orientalismo – O Oriente como invenção do Occidente*, de Edward Said, tornou-se um clássico dos estudos culturais. Sua publicação gerou inúmeras polêmicas, às quais o intelectual palestino procurou responder em trabalhos posteriores. Entre seus críticos, o historiador britânico Bernard Lewis, ele próprio um orientalista. Disponível em: <https://www.amherst.edu/media/view/307584/original/The+Question+of+Orientalism+by+Bernard+Lewis+%7C+The+New+York+Review+of+Books.pdf>. Acesso em: 5 de agosto de 2013.

superior; uma identificação seletiva com o “Outro”; e sua classificação por *tipos*, amplamente fundamentada na teoria racial que teve seu auge ao final do século XIX (SAID, 2007: 174 e 314; *grifo do autor*). Simultaneamente, os padrões antigos do orientalismo – estruturados na visão religiosa da história e do destino humano – foram recriados e incorporados (Ibidem: 176).

Anuar Abdel Malek (1963: 104), um dos predecessores de Said na análise dessa abordagem em relação ao mundo árabe, reitera que a história do orientalismo tradicional situa sua fundação durante o Concílio de Viena. Assim como Said, destaca, contudo, que na região em questão, o “real ímpeto de estudos orientais” data essencialmente do período de domínio colonial europeu. O “Oriente” e “os orientais” eram vistos como objetos de estudo passivos, alienados, dotados de uma subjetividade histórica, sem autonomia, que precisavam ser definidos por “outros”. Seriam caracterizados por sua “tipologia étnica”. (1963: 108)

Conforme Pappé (2007: 63), os primeiros sionistas chegaram à Palestina simultaneamente aos missionários, no século XIX. Esse movimento “partilhava o desprezo dos outros ocidentais pela população local” (Idem). A ideia era de que a população indígena deveria ser modernizada para seu próprio bem ou dar lugar aos recém-chegados – “entre os mais ambiciosos e enérgicos estariam os sionistas” (Ibidem: 61).

Ainda de acordo com esse historiador, viajantes, missionários e escritores europeus publicaram mais de 3 mil livros e relatos de viagem sobre a Palestina durante o século XIX, todos pintando-a como um local primitivo, à espera de redenção (Ibidem: 63). Uma organização arqueológica britânica, intitulada Fundo de Exploração da Palestina, considerava esse movimento uma espécie de operação de salvamento (Idem). Como escreve Pappé (2007: 63), a visão corrente era de que “as pessoas que os exploradores europeus encontravam eram obviamente infelizes no seu mundo pré-moderno”.

Como estratégia para convencer os judeus a imigrarem – pois não havia esse ímpeto num primeiro momento –, o sionismo procurava reinventar a noção de regresso para um local ocupado por “forasteiros” (PAPPÉ,

2008: 32). Como afirma Pappé, a designação era dada a não judeus que haviam vivido na Palestina desde a época do Império Romano – que durou mais de mil anos até a tomada de Constantinopla pelos otomanos em 1453 (Idem). Assim,

para muitos sionistas, a Palestina nem sequer era um território “ocupado” quando começaram a transladar para lá em 1882, senão uma terra “vazia”: os palestinos nativos que viviam no lugar eram, em grande medida, invisíveis ou, caso contrário, uma dificuldade natural que haviam de conquistar e eliminar. (Idem) *(tradução nossa)*

Para Said (2012: LIII), o sionismo extraiu sua visão de preconceitos “ocidentais” em relação aos ditos “orientais” - entre os quais os palestinos - e os desumanizou. “Israel, assim como seus defensores, tentou obliterar os palestinos com palavras e ações, porque o Estado judeu constrói-se de muitas maneiras (mas não todas) sobre a negação da Palestina e dos palestinos.” (Ibidem: LV) As afirmações de britânicos e de líderes sionistas demonstram seu desprezo por esse povo e sua concepção de que estavam a serviço de uma “missão superior” (Ibidem: 18). Chaim Weizmann, por exemplo, em carta ao lorde inglês Balfour, datada de 30 de maio de 1918, referiu-se ao árabe como de “natureza traiçoeira”, “defasado no tempo”, “desonesto”, “inculto”, “ganancioso” (Ibidem: 32). Assim, o sionismo se identificaria com o dito “Ocidente”, com linguagem e ideologia comuns (Ibidem: 30). De acordo com Said (2012: 16), o objetivo seria a “reconstrução” ou “reconstituição” daquela terra, de modo a inseri-la entre as nações modernas.

A Palestina sob jugo otomano

Assim como quase toda a região do Oriente Próximo e Norte da África, a Palestina à época encontrava-se sob domínio otomano. Esse império perdurou dos séculos XV a XX, embora tenha começado a perder força na segunda metade do século XVIII (HOURANI, 2006: 277). Justamente quando “governos e comerciantes europeus se tornaram mais fortes no Oceano Índico e no Mar Mediterrâneo” (Ibidem: 277). Segundo Said (2007: 74), “de 1815 a 1914, o domínio colonial direto dos europeus expandiu-se de cerca de 35% para cerca de 85% da superfície da Terra”.

Sob domínio otomano, a localidade era dividida em subprovíncias. Cada subregião abrigava várias aldeias e era controlada pelo chefe do clã, um xeique:

Cerca de 400 mil pessoas habitavam as zonas rurais, em pequenas aldeias espalhadas principalmente nas encostas das montanhas ou à entrada dos pequenos vales entre elas... A vida centrava-se na família, e os assuntos de cada família eram governados pelo seu clã. (PAPPÉ, 2007: 41-42)

Segundo relata Pappé (2007: 43), havia costumes que perpassavam as tradições religiosas, tinham lugar em práticas espirituais antigas. Nas aldeias e classes mais baixas nas cidades, as mulheres não usavam véu até seu contato com maior frequência a estrangeiros (Ibidem: 45). Prevalecia o pastoreio, a agricultura de subsistência e o sistema de trocas. Este último teve fim somente a partir da abertura e integração na economia europeia no século XVIII, mediante acordos com os otomanos, bem como o surgimento da propriedade privada, ainda antes, que levou à diminuição do nomadismo.

Em 1908, a Palestina, como parte do Império Otomano, passou às mãos de um movimento secular nacionalista chamado Jovens Turcos (ROGAN, 2010: 231). Derrubou o regime do sultão Abdul Hamid naquele ano – o qual

passou a interferir cada vez mais na vida dos cidadãos e nos assuntos das aldeias (Idem). Não obstante, exceto alguns poucos levantes, normalmente contra essa situação e tentativas de domínio estrangeiro, não teria havido grandes mobilizações até a Palestina passar às mãos do mandato britânico (Ibidem: 45 e 48). Ou seja, até a derrota otomana na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a divisão do mundo árabe entre as nascentes potências europeias, sobretudo a França e a Inglaterra (além dessas, a Itália ficaria com a Líbia como espólio da guerra).

A partição entre franceses e britânicos foi resultado do Acordo Sikes-Picot, em 1916 – negociado secretamente pelos diplomatas François Georges Picot (1870-1951) e Mark Sykes (1879-1919), respectivamente dos dois países envolvidos, que deram nome ao tratado. Entre 1915 e 1917, a Grã-Bretanha concluiu três acordos para o pós-guerra: com o xerife de Meca, para a criação de um reino árabe independente; com a França, para a partição da Síria e Mesopotâmia; e com o movimento sionista, ao qual garantia a criação de um lar nacional judeu na Palestina (ROGAN, 2010: 151). Segundo esse autor, “um dos desafios da diplomacia britânica no pós-guerra era encontrar uma maneira de conciliar o que seriam, no geral, promessas contraditórias”. (Idem)

Prevaleceria a aliança com os sionistas, em violação a promessas feitas ao xerife Husayn, de Meca, que pretendia expandir seu reino a todas as antigas províncias do Império Otomano (PAPPÉ, 2007: 97). A ideia era entregar a seus filhos, príncipes hachemitas, o comando dos estados árabes independentes, após sua divisão. Promessas expressas em troca de correspondências entre o alto comissário britânico Henry McMahon (1862-1949) e Husayn (1852-1931) em fins de 1915 e início de 1916²⁷. Em contrapartida, os hachemitas “encabeçaram uma revolta árabe contra os turcos” naquele ano (Ibidem: 96).

²⁷ JEWISH Virtual Library. Disponível em <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/hussmac1.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2012.

O mandato britânico

A parceria entre o sionismo e a Grã-Bretanha seria bem-sucedida. Conforme Lotfallah Soliman (1990: 14), essa aliança integrava o projeto estratégico da Grã-Bretanha para a região, formulado desde 1839. Ainda de acordo com o autor, ao se colocar como “protetora dos judeus”, revestiu suas “ambições imperiais com um verniz idealista” (Idem). O objetivo era impedir, com o fim do domínio otomano, uma nova configuração geopolítica alheia aos seus interesses hegemônicos.

Assim, diz o autor, “em Londres, o projeto é concebido como uma ‘restauração dos judeus’”. O que

captaria toda a atenção numa perspectiva ao mesmo tempo religiosa e econômica. Passando a ser local privilegiado e natural da nova reunião dos judeus, a Palestina serviria também de *home* aos novos prosélitos judaico-cristãos e de terreno de colonização para a economia inglesa em vias de expansão. (1990: 15 e 17; *grifo do autor*)

Situada entre o Mar Mediterrâneo e o Deserto Árábico, em uma faixa estreita de terras férteis – de aproximadamente 27 mil quilômetros –, a Palestina constituía-se em “ponte terrestre entre a Ásia e a África” e “entre os vales fecundos do Eufrates e do Nilo, sítios das maiores civilizações da antiguidade” (REICHERT, 1972: 2). A posição privilegiada seria atrativo aos colonizadores desde tempos imemoriais (Idem).

Diante de parceria estratégica para manter a hegemonia britânica sobre a região, lordes e banqueiros ingleses patrocinaram pessoalmente a imigração judaica para a Palestina. Sua visão sobre esse movimento é expressa por Said:

A favor dos sionistas, lorde Rotschild se correspondeu com o governo britânico na fase preparatória do anúncio da Declaração Balfour. O memorando, datado de 18 de julho de 1917, trata do “princípio de que a Palestina deve ser reconstruída como a pátria

do povo judeu”. Chaim Weizmann diria logo depois que os britânicos entendiam que “somente os judeus eram capazes de reconstruir a Palestina e dar-lhe um lugar na moderna família das nações”. (2012: 15)

Em 2 de novembro de 1917, a Declaração Balfour²⁸ é apresentada pelo lorde Arthur James Balfour (1848-1930), secretário de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha. Em seu texto, a Inglaterra anuncia-se favorável à criação de um lar nacional para o povo judeu na Palestina. O que seria um divisor de águas na trajetória migratória sionista. Às suas reivindicações, segundo Said, o documento seria a base jurídica. Além disso, para esse autor, a declaração deve ser avaliada tendo-se em mente “as realidades demográficas e humanas da Palestina” (2012: 18):

Foi feita: (a) por uma potência europeia; (b) sobre um território não europeu; (c) em completo desrespeito tanto à presença quanto aos desejos da maioria nativa que residia nesse território; e (d) na forma de uma promessa desse mesmo território a um grupo estrangeiro, de modo que este poderia, de modo bastante literal, *transformar* esse território numa pátria para o povo judeu. (Idem; *grifo do autor*)

Parte fundamental desse projeto, a imigração sionista teve início antes, ao final do século XIX, mas ainda em número bastante reduzido e sem alterar significativamente a paisagem e a rotina dos habitantes. Esses consideravam os recém-chegados não como um perigo iminente de tomada de suas terras, mas como parte de mais uma leva de europeus que decidira viver ali. Todavia, tal imigração lançaria as bases do *Yishuv* (PAPPÉ, 2007: 68).

Em 1882, sionistas do Leste Europeu, comandados por Chaim Weitzmann, começaram a se instalar na Palestina e houve a primeira onda de imigração. Contudo, a intenção da maioria dos judeus era permanecer no Leste da Europa, onde, não obstante, estava estabelecido o movimento protonacionalista Hovevi

²⁸ISRAEL Ministry of Foreign Affairs. Disponível em <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/The%20Balfour%20Declaration>>. Acesso em: 25 de maio de 2012.

Zion (Amantes de Sion), que já considerava a fixação na Palestina. A violência dos *pogroms* no sul e sudoeste da Rússia teria incentivado os judeus a abandonarem a região, mas o local pretendido no início seriam os Estados Unidos. Alguns poucos decidiram imigrar para a Palestina. No mesmo ano, o Império Otomano baixou uma lei proibindo sua continuidade, restrição afrouxada em 1888 devido à pressão britânica, mas não integralmente abolida. Em 1904 havia 12 colonatos na Palestina (Ibidem: 67 e 82).

Segundo Pappé (2007: 67), os imigrantes “consideravam-se *haluzim* (pioneiros), imitando os colonos brancos que avançaram para o Oeste da América do Norte”. Entre suas lideranças, Moshe Lilienblum (1843-1910) e Leon Pinsker, chamados “sionistas territoriais”. O objetivo era obter o domínio da terra e do trabalho. Nesse sentido,

os habitantes locais eram encarados como uma mercadoria ou produto a ser explorado para benefício dos recém-chegados ou como obstáculo a ser removido. (...) Para os primeiros sionistas, os nativos eram mão de obra barata ou produtores de produtos agrícolas comerciáveis. Para os sionistas mais ideológicos, os palestinos eram um enigma. Definiam-nos como a *shela neelama*, a “questão oculta”, simultaneamente invisíveis e um quebra-cabeças. (Ibidem: 71)

A segunda grande onda de imigração sionista se deu entre 1903 e 1914, portanto mesmo após a morte de Herzl. A tentativa de combinar nacionalismo judeu com socialismo seria um atrativo a que alguns optassem por se deslocar para a Palestina e viver em *kibutzim*²⁹. Nesses, predominantemente agrícolas, seria preciso cultivar a terra, muito embora a maioria não se interessasse pela vida no campo. (PAPPÉ, 2007: 83)

Tanto o general Allenby, comandante-chefe da Força Expedicionária Britânica no Egito, que viria a ocupar Jerusalém ao final de 1917 e estabelecer um quadro político temporário para a futura administração do mandato, quanto os

²⁹Palavra em hebraico que designa aglomerados onde as comunidades vivem coletivamente.

dois governadores militares que o substituíram nos anos subsequentes (1918-1920) estavam empenhados em fazer cumprir a Declaração Balfour.

Em 1928, o mandato propôs uma estrutura política paritária, com igualdade entre ambas representações no Parlamento e no Governo. Os árabes palestinos representavam na década de 1920 entre 80% e 90% dos habitantes. Como maioria, refutaram num primeiro momento a proposta, mas, diante do aumento da imigração sionista, decidiram aceitá-la. Dessa vez, os sionistas a rejeitaram. A Grã-Bretanha abriu mão de sua proposta, o que teria motivado revolta palestina em 1929, além da pauperização em curso dessa sociedade. (PAPPÉ, 2007: 38)

Nos anos seguintes, a balança inglesa pendeu ainda mais para o lado minoritário da população, o que fez explodir o levante popular contra o mandato e sua política rumo à criação do estado judeu em 1936. Com duração até 1939, o levante culminou em greve geral. A Grã-Bretanha publicou então o Livro Branco e passou a restringir a imigração sionista para tentar contornar a situação, não sem antes desarmar a população nativa, prender ou matar as lideranças e esmagar o levante. Entre 1936 e 1939, o total de palestinos feridos era de 14.760 e de mortos, 5.032 – número que incluía 1.312 assassinados por gangues sionistas no período. A quantidade de detidos era de 816 em 1937, 2.463 no ano seguinte e 5.679 em 1939. Os dados são citados pelo jornalista, novelista e escritor palestino Ghassan Kanafani (1936-1972), em *The 1936-39 Revolt in Palestine* (1972), com base em relatório oficial britânico.

Um ano antes de a revolta estourar (1935), no dia 12 de novembro, foi abatido em uma operação na região o guerrilheiro sírio Izzal-Dinal-Qassam, o que tem feito com que autores como Rogan (2010: 317) apontem sua morte como estopim para o levante. Tendo chegado a Haifa em 1921 e participado dos levantes de 1929, Qassam seria lembrado entre os palestinos como um herói. Associado ao Islã político, seu nome é dado aos foguetes caseiros disparados pela resistência à ocupação sionista, em especial a partir de Gaza (PAPPÉ, 2007: 139).

No período, outra proposta foi apresentada, pela Comissão Peel. Nomeada pelo mandato britânico, foi comandada pelo lorde Peel, que visitou a Palestina em 1937. Recomendava

a anexação da maior parte da Palestina à Transjordânia³⁰ e instou à manutenção de uma presença britânica direta em posições estratégicas vitais. (...) Uma pequena parcela do país era apontada como um futuro estado judeu. (...) Para Ben Gurion, a proposta era uma base para negociações, não um mapa final, o que explica a sua disponibilidade para se contentar com uma parcela tão reduzida da Palestina. (PAPPÉ, 2007: 141)

Fracassado o plano, a revolta se intensificou. A repressão inglesa foi brutal. Simultaneamente ao desarmamento em massa de palestinos entre 1936 e 1939, parceiros europeus viriam a garantir, nos anos seguintes, armas e recursos financeiros para tanto às milícias sionistas:

Ainda que as estimativas variem, calcula-se que a 15 de maio de 1948 Israel mobilizou 35 mil soldados, enquanto os árabes teriam entre 20 e 25 mil. Por outro lado, a importação de armas do bloco do Leste durante a guerra – artilharia, tanques, aviões – inclinou a balança militar de maneira decisiva a favor de Israel. (MASALHA, 2011: 19) *(tradução nossa)*

Não obstante o revés ao incentivo britânico à imigração sionista, a qual continuou a se dar clandestinamente, por outro lado, a população nativa estava ainda mais fragilizada e sem condições de se defender:

(...) o período entre 1936 e 1939 presenciou não só a cristalização do caráter militarista e agressivo de sociedade colonial do sionismo na Palestina firmemente implantado, mas também a contenção relativa e colapso da classe trabalhadora, o que terá subsequentemente um efeito radical sobre o curso da luta. (KANAFANI: 1972) *(tradução nossa)*

³⁰ Criada em 1921, região em que viria a ser constituída a Jordânia.

Ainda durante a revolta, os sionistas, com o apoio de autoridades britânicas, construíram redes de estradas para conectar as principais cidades aos assentamentos judeus, o que viria a constituir a infraestrutura básica de sua economia. Ademais, a mão de obra árabe palestina seria discriminada, com salários muito menores ou não sendo mais empregada – a recomendação era de que judeus somente contratassem seus pares, num momento em que se intensificava a imigração sionista (que chegaria a 29,6% às vésperas da *Nakba*). (Idem)

Para realizar seu intento de conquista da terra e do trabalho, uma tentativa foi comprar propriedades. “No final da década de 30, a aquisição de terras e a colonização agrícola absorviam 40% das despesas totais da Agência Judaica³¹.” (PAPPÉ, 2007: 129) Não obstante, conforme o historiador israelense, adquiriram dessa forma apenas 5,8% das terras.

Após a publicação do Livro Branco, os sionistas estabeleceram um conselho emergencial para reavaliar suas táticas. Realizaram uma conferência em maio de 1942, no Hotel Biltmore, em Nova York, local escolhido numa busca por fortalecer aliança com a nova potência, os Estados Unidos. Nesse evento, reafirmaram o objetivo de implementar as resoluções do I Congresso Sionista. Pela primeira vez, declararam “publicamente e sem eufemismos” o objetivo de criar um estado judeu na Palestina. (GOMES, 2001: 54)

³¹ Corpo diretivo sionista na Palestina à época. PAPPÉ, I. Disponível em: <http://palestine-studies.org/enakba/exodus/Pappe,%20The%20Ethnic%20Cleansing%20of%20Palestine.pdf>, p. 10. Acesso em: 15 de julho de 2013.

Mapeando as vilas

Estimular a imigração judaica e mapear as características geográficas e culturais nas aldeias rurais e cidades integravam o projeto sionista. Em 1940, Ben-Zion Luria, um jovem historiador da Universidade Hebraica³², empregado do Departamento de Educação da Agência Judaica, sugeriu que seria muito útil obter um registro detalhado das vilas árabes e que esse inventário estivesse a cargo do Fundo Nacional Judeu (FNJ)³³ (PAPPÉ, 2013: 10) A proposta foi aceita pelo chefe do Departamento de Colonização do FNJ, Yossef Weitz, e contou com o apoio de todos os envolvidos:

Yitzhak Ben-Zvi, um historiador e proeminente membro da liderança sionista (que depois se tornaria o segundo presidente de Israel), escreveu a Moshe Shertok (Sharett), o chefe do Departamento Político da Agência Judaica (e mais tarde primeiro-ministro de Israel), que além do registro topográfico, o projeto deveria inclusive expor as “origens hebraicas” de cada vila. Além disso, o projeto deveria obter informações sobre construções novas, bem como aquelas que teriam sido construídas durante a ocupação da Palestina pelo Egito, em 1830. (Ibidem: 11)

O principal esforço era mapear as vilas e arredores, ao que a equipe do Departamento de Topografia da Universidade Hebraica era importante (Idem). O mapeamento foi feito via fotografias aéreas, esboços em perspectiva, desenhos, mapas. Entre 1943 e 1948, jovens milícias da Haganah³⁴ e o esquadrão de voo

³² Fundada em Jerusalém em 1918 e aberta oficialmente em 1925. Disponível em: <<http://new.huji.ac.il/en/cpage/449>>. Acesso em: 1 de junho de 2013.

³³ Constituído no V Congresso Sionista, em 1901, para ser o principal instrumento à colonização de terras na Palestina. PAPPÉ, I. Disponível em: <<http://palestine-studies.org/enakba/exodus/Pappe,%20The%20Ethnic%20Cleansing%20of%20Palestine.pdf>>, p. 10. Acesso em: 1 de junho de 2013.

³⁴ Organização paramilitar sionista criada em 1920 que teria papel decisivo na construção dos chamados “arquivos das vilas” e na guerra de 1948. Depois se tornaria linha de frente das chamadas Forças de Defesa de Israel (IDF). Disponível em: PAPPÉ, I. <<http://palestine-studies.org/enakba/exodus/Pappe,%20The%20Ethnic%20Cleansing%20of%20Palestine.pdf>> e em RONA, Sela. *Scouting Palestinian Territory, 1940-1948: Haganah Village Files, Aerial Photos, and Surveys*. Disponível em: Disponível em: <http://jerusalemquarterly.org/images/ArticlesPdf/JQ-52-Sela-Scouting_Palestinian_Territory_1940-1948.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

de sua tropa de elite, a Palmach, atuaram nos serviços de inteligência sobre as vilas palestinas e vizinhança urbana como parte do projeto (SELA: 38 e 42). Segundo essa autora, “a informação foi usualmente coletada à guisa de lições sobre a natureza do país ou de caminhadas comuns no período” (Ibidem: 39; *tradução nossa*). Também conforme ela, as vilas foram ainda fotografadas como parte de atividades de um clube de voo ou excursões românticas aéreas. Jovens casais participaram da empreitada e mesmo seus filhos. “Mulheres tiveram papel fundamental nesse projeto.” (Idem) Sela afirma que o objetivo do serviço clandestino de inteligência foi driblar a proibição à época de tal atividade pelo mandato britânico (Ibidem: 39).

Como resultado desse trabalho, foi edificado

um banco de dados da informação geográfica, topográfica e planejada sobre as vilas e os centros populacionais. Isso incluía descrições detalhadas de estradas, vizinhança, casas, construções públicas, objetos, bens, cavernas, morros e assim por diante. Esse esforço de inteligência era conhecido como “arquivo das vilas” (Idem) (*tradução nossa*)

Um primeiro trabalho foi classificar os habitantes de acordo com sua filiação religiosa. Na área que seria destinada ao seu estado, os judeus não correspondiam a 10% da população de 818 mil habitantes, majoritariamente islâmica (PAPPÉ, 2007: 106). Ainda conforme esse historiador,

Os resultados finais dos esforços cartográfico e orientalista foram os arquivos completos que os especialistas sionistas construíram gradualmente. (...) Para fins da década de 1930, esse “arquivo” estava quase terminado. Reunia detalhes precisos acerca de cada aldeia: localização topográfica, vias de acesso, qualidades da terra, fontes de água, fontes de ingresso principais, composição sociopolítica, afiliação religiosa, nomes de seus *mukhtars* (chefes), relação com outras aldeias, idades dos homens (desde os dezesseis até os cinquenta) e muito mais. Uma categoria importante era um índice de “hostilidade” (ao projeto sionista, se entende), que se estabelecia de acordo com o nível de participação da aldeia na revolta de 1936. (PAPPÉ, 2008: 42)

A lista dos que teriam participado do levante incluía até mesmo famílias que perderam membros naqueles anos, com destaque para os nomes de envolvidos na morte de judeus. “Como veremos, em 1948, essa última classe de informação alimentou as piores atrocidades cometidas contra as aldeias e conduziu a execuções massivas e torturas”. (Idem; *tradução nossa*)

O material compilado foi arquivado em uma base secreta na Rua Mapu, em Tel Aviv, “em um celeiro ao qual se daria o codinome de ‘o escritório de engenharia’, apelidado como ‘o telhado’ (SELA: 39).

A versão oficial israelense é de que esses “arquivos das vilas” foram idealizados por um conjunto de pessoas e constituídos com o objetivo de obter informações prévias à preparação em futuras batalhas (SELA: 42) Já para Masalha (1992: 3), foram usados para compor os planos traçados pelos sionistas com o intuito de realizar a transferência dos palestinos para fora de suas terras e dos imigrantes judeus europeus para seu interior.

Transferência

Em seu livro *Expulsions of the Palestinians – The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought, 1882-1948*, Masalha apresenta uma série de citações de lideranças sionistas sobre a transferência voluntária ou compulsória da população árabe local como base para a constituição de um estado exclusivamente judeu na Palestina. Segundo ele, essa ideia foi articulada desde cedo. “Theodor Herzl forneceu uma referência prévia à transferência mesmo antes de delinear sua teoria de renascimento sionista em seu *Judenstaat*.” (1993: 8; *tradução nossa*). Ainda conforme Masalha, em 12 de junho de 1895, visando a transição de uma “sociedade de judeus” a Estado, Herzl escreveu em seu diário:

Quando nós ocuparmos a terra, nos traremos imediatamente benefícios ao Estado que nos receberá. Nós precisamos expropriar com cuidado a propriedade privada nos estados alinhados conosco. Nós tentaremos, quando a população paupérrima cruzar a fronteira, procurar emprego a eles na mudança de países, enquanto vamos negar-lhes qualquer emprego em nosso próprio país. Os proprietários de terra virão para o nosso lado. Ambos, o processo de expropriação e a remoção dos pobres, precisam ser feitos discreta e circunspectamente. (Ibidem: 9) (*tradução nossa*)

Em um diálogo entre dois pioneiros do Hovevie Zion (Amantes de Sião), em 1891, também teria sido exposta a ideia de transferência. Um deles teria afirmado que a terra “na Judéia e Galiléia está ocupada por árabes”. Seu interlocutor teria respondido: “É muito simples. Vamos assediá-los até que eles partam. Vamos deixa-los ir à Transjordânia.” (Ibidem: 9; *tradução nossa*) Ainda de acordo com Masalha, Zangwill apresentou a remoção de árabes da Palestina como pré-condição para a realização do projeto sionista (Ibidem: 10). Como indica o autor, Ben Gurion apontou a importância da ideia de transferência em várias citações em seu diário (Ibidem: 13). Em uma delas, em 12 de julho de 1937, afirmou que

A transferência obrigatória dos árabes desde os vales do Estado judeu proposto pode oferecer-nos algo que nunca tivemos [uma Galiléia livre de árabes], inclusive quando formos donos do nosso destino nos dias do Primeiro e Segundo Templo. (Apud MASALHA, 1993: 13) (*tradução nossa*)

Também segundo Masalha, em carta a seu filho Amos, de 5 de outubro de 1937, Ben Gurion escreveu que

Devemos expulsar os árabes e tomar seu lugar [...] e se temos que usar a força, não para despojar de suas propriedades aos árabes do Negev e Transjordânia, mas para garantir nosso próprio direito de assentamentos em ditos lugares, a força estará a nossa disposição. (Idem) (*tradução nossa*)

Baseando-se em documentos oficiais israelenses, o historiador Benny Morris escreveu inicialmente que a transferência enquanto expulsão dos árabes para constituição do estado judeu seria central no projeto sionista. Posteriormente, em versão revisitada de sua obra *The Birth of the Palestinian Refugee Problem*, afirmou que:

É certo, em algum grau, que a práxis do sionismo, de início, tem sido caracterizada por uma sucessão de microcósmicas transferências; a obtenção da terra e o estabelecimento de quase todo assentamento (*moshava*, literalmente colônia) tem sido acompanhada pelo (legal e usualmente compensado) deslocamento ou transferência de um beduíno original ou comunidade agrícola assentada. [...] Hess, Motzkin³⁵, Ruppin e Zangwill, certamente, não pensavam em minideslocamentos, mas em uma massiva, estratégica transferência. Todavia, na prática, a ideia era desbalanceada, na maioria das mentes sionistas, por uma medida de moral dúbia. É verdade que pelo menos até os anos 1920 e 1930, os árabes da Palestina não se viam e não foram considerados por qualquer um como um ‘povo’ distinto. Eram vistos como os árabes ou, mais especificamente, como os ‘árabes sírios do sul’. Além disso, sua transferência de Nablus ou Hebron para a Transjordânia, Síria e mesmo Iraque – especialmente se adequadamente compensada – não deveria ser uma formulação ao exílio do lar; ‘Árabes’ deveriam meramente ser

³⁵ Leo Motzkin, presidente do Conselho Geral da Organização Mundial Sionista. Disponível em: <<http://www.jta.org/1932/05/23/archive/zionist-movement-and-french-report-mr-motzkin-president-of-zionist-general-council-leaves-for-pale>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

deslocados de uma área árabe para outra. (2004: 42)
(tradução nossa)

Segundo o autor (Idem), na primeira metade do século XX, esse tipo de transferência de “minorias étnicas para o coração de suas áreas nacionais” era “moralmente aceitável, talvez mesmo moralmente desejável” e seria solução para conflitos futuros. Para Morris (Ibidem: 44), se durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX os sionistas que advogavam a transferência não eram predominantes, no início dos anos 1930, o apoio à ideia emergiu entre as lideranças do movimento e evoluiu, como resultado das ondas de revolta árabe. Com a oportunidade aberta em 1936, segundo ele, a cúpula sionista anunciou seu apoio à transferência (Ibidem: 46).

Não obstante reconheça que declarações dos “pais do sionismo” apontassem o caminho da transferência, Morris refuta em sua obra a ideia de que o plano de expulsão da população palestina não judia integrasse a política sionista. Na sua concepção, a transferência, que teria ganho apoio a partir das revoltas árabes, seria vista como caminho diante da recusa dos árabes em aceitar a partilha de suas terras. Assim, seria resultado da guerra “iniciada pelo lado árabe” em 1948. (Ibidem: 60)

Já Masalha aponta que foram formados comitês de transferência que apresentaram vários planos e propostas a lideranças árabes de países vizinhos com o objetivo de transferir os palestinos não judeus em geral para a Transjordânia, Síria e Iraque nos anos 1930 e 1940 (MASALHA, 1993: 12).

Segunda Guerra e partilha

Nesse interim, um acontecimento afetou intensamente a vida na Palestina: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por um lado, o período representou algum desenvolvimento socioeconômico para a Palestina, por não ser uma zona de guerra, mas servir como uma espécie de quartel, com um incremento de soldados estrangeiros e, conseqüentemente, de oportunidades de emprego. Por outro, favoreceu tanto a experiência militar da juventude sionista – que se somou às tropas britânicas na luta contra o nazismo – quanto, em especial, a imigração judaica, principal foco desse movimento europeu naqueles anos. Contudo, além de ilegal, a imigração era seletiva, devido às restrições impostas pelo mandato britânico à entrada na Palestina. A prioridade era aos “em boa forma física” e com “inclinação ideológica adequada”, limitação revista em 1942, quando as notícias dos horrores praticados pelos nazistas alcançaram a Palestina (PAPPÉ, 2007: 152-154). A despeito disso,

Pouca energia sionista foi investida no salvamento de judeus, visto que a prioridade naquela época difícil continuava a ser a sobrevivência da comunidade judaica na Palestina. Quando a guerra terminou, a seleção foi retomada, mas minava o desejo sionista de provar a ligação entre o Holocausto e o projeto judeu na Palestina. Na verdade, se todos os sobreviventes do horror nazi, especialmente os que tinham sido colocados pelos aliados em campos de deslocados em toda a Alemanha, tivessem escolhido a Palestina como seu destino, teriam dado razão aos argumentos sionistas perante a comunidade internacional. (Ibidem: 154)

Em 18 de julho de 1947, o mandato britânico barrou a entrada na Palestina de 4.500 imigrantes judeus que estavam no navio Exodus. Sua devolução à Alemanha pós-nazismo mereceu a condenação internacional (ROGAN: 391). Segundo Pappé (2007: 154), a insistência da Grã-Bretanha em restringir a imigração contribuiu para angariar o apoio mundial ao projeto sionista.

Todavia, a maioria dos judeus, como já citado anteriormente, tinha como destino preferencial os Estados Unidos. À estratégia de tentar convencer os sobreviventes do Holocausto a optarem pela Palestina e intimidá-los de que essa era a única possibilidade, somou-se a política restritiva de imigração estadunidense. A despeito disso, apenas “10% dos 3 milhões de judeus restantes na Europa” após a Segunda Guerra Mundial se instalaram no que viria a se tornar Israel poucos anos depois. (PAPPÉ, 2007: 154)

O líder da comunidade árabe na Palestina era o *mufti* de Jerusalém, Hajj Amin Al Husayni. Figura controversa mesmo entre os palestinos, viajou em busca de apoio das potências do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) na Segunda Guerra Mundial (ROGAN, 2010: 396). Consequentemente, foi taxado de pró-nazista pelos britânicos e outras potências “ocidentais”. (Idem) Tal fato serviu à propaganda sionista no pós-guerra. Já a Grã-Bretanha refutou sob esse argumento a independência do estado palestino – o qual passou a denominar “Estado Mufti” (PAPPÉ, 2007: 156).

De acordo com Rogan (2010: 387), também houve tentativa de aproximação com os alemães por parte de uma facção do grupo sionista Irgun, conhecida no “Ocidente” como Banda Stern, em referência a seu dirigente, Abraham Stern. “Em lugar de alinhar-se com a Grã-Bretanha contra a Alemanha nazista, Stern trataria de aproximar-se ativamente dos nazistas”, em busca de unidade contra a detentora do mandato na Palestina. Sua motivação foi a publicação do Livro Branco pela Grã-Bretanha (Ibidem: 386):

Assim como alguns nacionalistas árabes, Stern esperava cooperar com os alemães e livrar a Palestina da dominação britânica – apesar do antissemitismo nazista. Aos olhos da Stern, a Alemanha nazista não era mais que uma entidade política dedicada a perseguir o povo judeu, enquanto a Inglaterra havia se convertido em um inimigo decidido a negar aos judeus a possibilidade de lograr um estado próprio na Palestina. (*tradução nossa*)

Advogando uma “convergência de interesses” entre “os objetivos que haviam levado os alemães à criação de uma ‘Nova Ordem’ europeia e as

autênticas aspirações nacionais do povo judeu”, o grupo sionista enviou um representante a Beirute ao final dos anos 1940 para tentar negociar com oficiais alemães (ROGAN, 2010: 386). Stern fez a seguinte oferta:

a mobilização das forças judias para expulsar a Grã-Bretanha da Palestina em troca de “um irrestrito fluxo migratório de judeus alemães à Palestina e do reconhecimento da Alemanha ao direito dos judeus a um estado. Stern argumentava que essa aliança contribuiria para resolver a questão judaica na Europa, satisfazendo ao mesmo tempo as aspirações nacionais judias e infligindo uma derrota decisiva aos britânicos – inimigo comum de judeus e nazistas – no Mediterrâneo Oriental. (Ibidem: 387)

Conforme Rogan (2010: 387), a tentativa fracassou e foi condenada por outros grupos sionistas, como o Irgun e a Agência Judaica. Essa última inclusive transmitiu dados de inteligência ao mandato britânico “a fim de tomar medidas mais enérgicas” contra a Banda Stern. Em fevereiro de 1942, oficiais britânicos mataram Abraham Stern.

No ano seguinte, o Irgun se reorganizou, sob o comando do polonês Menachem Begin³⁶ (1913-1992). A Stern - denominada em hebraico Leji (Lojamei Jerut Israel ou Lutadores pela Liberdade de Israel) – também passou a ter novos chefes, entre eles o russo Yitzhak Shamir³⁷ (1915-2012). Ambos grupos se realinharam e retomaram atentados contra os britânicos em 1944. (ROGAN, 2010: 389) Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Haganah se uniu a ambos nessa ação. (Idem)

A mandatária ainda tentava manter seu controle sobre o território e apresentava propostas que iam desde a reabertura da imigração sionista até a formação de bantustões autônomos para abrigar tanto os judeus recém-chegados quanto os árabes nativos, como zonas sob domínio inglês. A rejeição foi absoluta. (PAPPÉ, 2007: 156)

³⁶ Menachem Begin se tornou o sexto primeiro-ministro do Estado de Israel, em maio de 1977. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/source/biography/begin.html>>. Acesso em 12 de agosto de 2013.

³⁷ Uma das principais figuras do Partido Likud, Yitzhak Shamir tornou-se primeiro-ministro de Israel em 1983-1984 e 1986-1992. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/source/biography/shamir.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

A situação britânica complicava-se. Em confronto direto com lideranças políticas palestinas e sionistas, precisava manter um efetivo considerável de soldados na Palestina. As baixas britânicas eram significativas – sobretudo frente a ataques terroristas por parte de grupos paramilitares extremistas sionistas, em especial Stern (Idem). Entre eles, o mais conhecido é ao Hotel King David, em Jerusalém, em que se concentrava o quartel-general britânico, no ano de 1946. Enfrentando uma crise econômica motivada por dívida que tinha com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha confiou em fevereiro de 1947 a questão à recém-formada Organização das Nações Unidas (ONU). Enquanto a Liga Árabe buscava um acordo para uma Palestina independente, os hachemitas da Transjordânia negociavam com a Agência Judaica sua divisão entre si. Apesar de estrategicamente acatar a partilha num primeiro momento, a liderança sionista não se contentaria com menos do que a totalidade do território, como afirmara cinco anos antes na convenção realizada nos Estados Unidos. Tanto que a refutou em seguida. O cenário para o confronto final estava armado. (PAPPÉ, 2007: 64 e 157)

As Nações Unidas delegaram sua primeira grande tarefa a 11 de seus países membros, os quais compunham o *United Nations Special Committee on Palestine* (Unscop), formado mediante decisão da Assembleia Geral. Os integrantes eram Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Países Baixos, Peru, Suécia, Uruguai, Índia, Irã, Iugoslávia e Austrália (ROGAN, 2010: 391). Levou dez meses – entre fevereiro e novembro de 1947 – para decidir pela partilha. Ignorava a reivindicação de independência dos palestinos, fundamentando-se em programa apresentado pelos representantes sionistas. O destino da maioria foi decidido nos bastidores das Nações Unidas. (PAPPÉ, 2006: 160)

A Unscop sabia que a partilha seria refutada pela população nativa (KHALIDI, Apud PAPPÉ, 2006: 60). No dia 29 de novembro de 1947, após muitos adiamentos, o então presidente da Assembleia Geral da ONU, o brasileiro Oswaldo Aranha, simpático às reivindicações do movimento sionista, abriu a sessão:

Foram necessárias pressões consideráveis de organizações de judeus americanos e da diplomacia americana, bem como um discurso forte do embaixador russo na ONU, para obter a maioria de dois terços da Assembleia necessários para a aprovação da partilha. Embora praticamente nenhum diplomata palestino ou árabe tivesse feito qualquer esforço para promover o esquema alternativo, ele conseguiu um número igual de apoiantes e detratores, mostrando que um número considerável de Estados membros se aperceberam de que impor a partição equivalia a apoiar um lado e a opor-se ao outro. (PAPPÉ, 2007: 164)

A Resolução 181³⁸ que recomendou a partilha foi aprovada por 33 votos, ante 13 contra, dez abstenções e o impedimento do Sião – como era chamada a Tailândia até 1949 – de participar. Dividia a Palestina em oito partes, sendo três ao futuro estado judeu, quatro ao estado árabe (incluindo Jaffa, que seria um enclave árabe no estado judeu) e Jerusalém sob administração internacional, conforme mapa abaixo:

³⁸ Disponível em: <http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7F0AF2BD897689B785256C330061D253>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Mapa publicado em *All That Remains* (KHALIDI Walid, 2006: XXX).

Quarenta e dois por cento do território caberiam aos habitantes nativos (818 mil naquela área, incluindo-se 10 mil judeus) e 56% à constituição do futuro Estado de Israel (englobando 499 mil judeus que deveriam conviver com 438 mil árabes palestinos). Jerusalém, sob os auspícios da ONU, abrangia uma comunidade mista constituída de 200 mil pessoas. (PAPPÉ, 2008: 63) Foi “um ato precipitado que outorgou metade da Palestina a um movimento ideológico que na

década de 1930 já declarava abertamente seu desejo de desarabizar o país” (KHALIDI, Apud PAPPÉ, 2008: 63; *tradução nossa*). Ao dividir a Palestina dessa forma, as Nações Unidas não se preocuparam em incluir na resolução nenhum mecanismo para evitar que esse quadro se consolidasse. Com isso, contribuíram diretamente para tanto:

Na realidade, o mapa elaborado pela ONU era uma receita garantida para a tragédia que começou a desenvolver-se um dia depois da adoção da Resolução 181. Como os teóricos da limpeza étnica reconheceram mais tarde, quando se adota uma ideologia de exclusividade em uma realidade étnica muito carregada, só há um resultado possível: a limpeza étnica. (Ibidem, 2008: 63)

Limpeza étnica

Para Walid Khalidi, a ideia de transferência dos árabes – apresentada acima – seria um eufemismo para sua expulsão ou evacuação forçada (1988: 5). Na concepção de Pappé (2008: 19), essa situação enquadra-se no que ocorreu na Palestina em 1948:

A enciclopédia Hutchinson define a limpeza étnica como a expulsão mediante a força com o fim de homogeneizar uma população, heterogênea desde o ponto de vista étnico, em uma região ou território particular. O propósito da expulsão é causar a evacuação de tantos residentes quanto possível (...). (2008: 20) *(tradução nossa)*

A definição é aceita, como indica Pappé, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos,

cujos especialistas acrescentam que uma parte essencial da limpeza étnica é a erradicação, por todos os meios disponíveis, da história de uma região. O método mais comum é o de um despovoamento dentro de “uma atmosfera que legitima os atos de castigo e vingança”. O resultado final de tais ações é a criação de um problema de refugiados. (Apud, 2008: 20) *(tradução nossa)*

A ONU conceitua limpeza étnica de forma similar. O tema foi discutido em 1992 em Comissão de Especialistas. Baseado nas informações fornecidas por essa comissão, o secretário-geral Boutros Boutros Ghali apresentou ao presidente do Conselho de Segurança da ONU informe relativo à Guerra Civil Iugoslava (1991-2001), datado de 24 de maio de 1994³⁹. O relatório aponta o conceito como “novo” e oriundo de um “nacionalismo equivocado”. No documento, a ONU define a limpeza étnica como “tornar uma área etnicamente homogênea pelo uso da força ou intimidação para remover pessoas de determinados grupos”. Ainda de

³⁹ Disponível em: <http://www.icty.org/x/file/About/OTP/un_commission_of_experts_report1994_en.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

acordo com o informe, tais atos abrangem a remoção forçada da população civil local, em violação à lei internacional, mediante o uso de métodos de coerção como

assassinato em massa, tortura, estupro e outras formas de agressão sexual; lesões corporais graves a civis; maus tratos a prisioneiros civis e prisioneiros de guerra, utilização de civis como escudos humanos; destruição de propriedade pessoal, pública e cultural; saques e roubos; expropriação forçada de propriedades; forte deslocamento da população civil (...).⁴⁰

Ainda no informe consta que “represálias, retaliação ou vingança” não servem como justificativa à violação de leis internacionais e Convenções de Genebra.

Conforme Pappé (2008: 53), foram traçados planos com o objetivo de preparar as forças paramilitares para as ofensivas nas áreas rurais e urbanas após a saída dos britânicos da Palestina (Ibidem: 53). Foram eles: A (esboçado por Elimelech Avnir, comandante da Haganah em Tel Aviv, a pedido de Ben Gurion em 1937); B (concebido em 1946); C (uma fusão de ambos); e, por fim, D (Dalet). Sobre os três primeiros, Pappé afirma que visavam “dissuadir” a população palestina de atacar os assentamentos judeus e reprimir ofensivas (2008: 53). O teor dos planos C e D é reproduzido por Walid Khalidi em seu *Plan Dalet: Master Plan for The Conquest of Palestine* (1988) do livro *História da Haganah*, de Yehuda Slutski (1972)⁴¹.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Cf. nos anexos a tradução em português e as versões dos planos C e D em inglês disponíveis em *Plan Dalet: Master Plan for the Conquest of Palestine* (1988), de Walid Khalidi.

Plano Dalet

O plano que teria “selado o destino dos palestinos” seria o Dalet. O nome foi dado pelo Alto Comando Sionista (KHALIDI, 1988: 8) Conforme Pappé (2008: 54), “independentemente de se esses palestinos decidiam colaborar ou opor-se a esse estado judeu, o Plano Dalet propunha sua expulsão de forma sistemática e total de sua pátria”. Derradeiro, e o mais agressivo, sua primeira versão foi denominada Yehoshua⁴². Finalizado em reunião das lideranças sionistas no local que se convertera no quartel-general da Haganah, a Casa Roxa em Tel Aviv - atual capital de Israel -, em 10 de março de 1948, era uma atualização dos planos B, C, bem como Yehoshua. Foi posto em execução durante seis meses a partir de sua conclusão (PAPPÉ, 2008: 11). Esse plano continha mapas indicando por onde os grupos paramilitares atacariam cada aldeia, como seriam essas incursões, a partir das informações de cada vila:

Para elaborar o Plano Dalet, além de contarem com a hospitalidade dos seus habitantes, os sionistas criaram uma rede de colaboradores. Não obstante o desprezo que nutriam por essas pessoas, a ponto de um dos acadêmicos envolvidos na montagem desse plano – Moshe Pasternak – chegar a afirmar que seria difícil conseguir informantes entre elas, por seus modos primitivos, ao final, obtiveram algum resultado favorável aos seus intentos. (PAPPÉ, 2008: 43) (*tradução nossa*)

O Dalet é descrito como um plano militar visando garantir e defender as fronteiras do futuro estado judeu e ir além, de modo a ganhar o controle das áreas de assentamento e concentração judaica “localizadas fora das fronteiras [do estado judeu] contra forças regulares, semi-regulares e pequenas operando nas bases fora e dentro do estado”⁴³. Em seu texto é recomendada sua aplicação após a saída do mandato britânico da Palestina e sem a presença de forças internacionais na região. Indica ações não apenas no território que seria destinado à criação do estado judeu na partilha recomendada pela ONU, mas inclusive além de seus limites. Anuncia a destruição de aldeias, da infraestrutura e da economia

⁴² Em homenagem a Globerman Yehoshua, comandante da Haganah assassinado no começo de dezembro de 1947. KHALIDI, Walid (1988: 24)

⁴³ Cf. Anexo 2.

dos locais abrangidos pelas operações, a prisão de “suspeitos” e expulsão de habitantes que viessem a resistir. O plano incluía também as forças paramilitares que participariam das investidas, com a designação das aldeias sob sua atribuição.

Segue mapa das operações previstas, por região.

Mapa publicado em *All that Remains*, KHALIDI Walid (2006: 325).

O Plano Dalet foi colocado em operação pelas organizações paramilitares Stern Gang, Irgun e Haganah. A tropa de elite dessa última, o Palmach, passou de 700 membros em 1941 para 7 mil em 1948. Mais tarde, as três se fundiram para constituir as Forças de Defesa de Israel (PAPPÉ, 2007: 143).

Nove brigadas eram ligadas a essas organizações. Cada uma “recebeu uma lista das aldeias que deveria ocupar. A maioria das aldeias estava destinada à destruição, e somente em casos excepcionais os soldados receberam ordens para deixá-las intactas” (Ibidem: 164 e 166). A primeira operação, denominada Najsón, contou com a participação não apenas de todos os grupos paramilitares, mas incorporou veteranos judeus de guerra oriundos da Europa Oriental e outros recém-chegados. O objetivo foi a expulsão massiva da população das áreas rurais a oeste das montanhas de Jerusalém. A primeira aldeia a sucumbir nessa operação chamava-se Qastal (El Castillo) (PAPPÉ, 2008: 129).

Assim como Pappé, Walid Khalidi (1988: 8) afirma que o Plano Dalet foi executado com o objetivo deliberado de expulsar a população árabe da Palestina e destruir essa comunidade para colocar em prática o projeto sionista de constituição do estado judeu naquelas terras.

Já Meron Benvenisti (2002: 126) afirma que, embora os objetivos do Plano Dalet fossem militares, há controvérsias que visasse a limpeza étnica até maio de 1948:

Os comandantes das forças judaicas certamente realizaram alguns ataques cujos objetivos foram aterrorizar os árabes para que saíssem de suas casas, mas em outra mão há abundante evidência de que a liderança judaica foi surpreendida pelo escopo do êxodo e mesmo promoveu esforços para persuadir os árabes a permanecerem em suas casas (Ibidem: 126). (*tradução nossa*)

De acordo com Benvenisti, até a criação do Estado de Israel, a transferência da população árabe se deu *ex-post facto* [como resposta aos acontecimentos no terreno]. A “transferência premeditada” foi levada a cabo a partir do começo de junho de 1948 (Ibidem: 146)

Segundo Rashid Khalidi (2006: 4), o argumento de saída dos árabes antes de maio daquele ano como simples subproduto de uma guerra que esses perderam é “base para a negação da responsabilidade pelos refugiados”. Para ele, essa visão ignora o fato de que, em muitos casos, os palestinos não estavam em luta. Ignora também a desigualdade de forças - com o *Yishuv* melhor armado e organizado (Idem). Quando as lideranças árabes decidiram enviar suas forças à Palestina, após a criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, o contingente de pessoal era equivalente: no início, os governos árabes enviaram 25 mil soldados, mas esse número foi ampliado em quatro vezes ao longo da guerra – equiparando-se aos efetivos mobilizados pelos sionistas (PAPPÉ, 2007: 169). Naquele mês, contudo, os grupos paramilitares tiveram auxílios importantes para melhor se equiparem:

Durante a trégua nos combates, os exércitos árabes não se reabasteceram de armamentos porque a Grã-Bretanha estava decidida a observar o embargo de armas imposto pela ONU às facções em guerra. As forças judaicas, por seu lado, continuaram a eludir a proibição, importando quantidades consideráveis de armamento pesado dos países do bloco do Leste, que desobedeceram à medida da ONU. A paridade da primeira semana foi substituída por uma superioridade dos judeus quando os combates foram retomados em meados de junho de 1948. (PAPPÉ, 2007: 171).

O embargo britânico a que os árabes se armassem destinou-se aos exércitos da Jordânia, Iraque e Egito, que utilizavam munições inglesas. (Ibidem: 168). Segundo Pappé,

É de admirar que os estados árabes tenham conseguido pôr quaisquer soldados no campo de batalha. Somente no final de abril de 1948, os políticos do mundo árabe prepararam um plano para salvar a Palestina, que na prática era um esquema para anexar a maior área possível do seu território aos países árabes intervenientes na guerra. A maior parte desses exércitos possuía uma experiência de guerra muito limitada e um treinamento muito sumário quando o mandato chegou ao fim. A coordenação entre eles era deficiente, bem como a moral e a motivação dos soldados, com exceção de um grande grupo de voluntários, cujo entusiasmo não bastava para compensar a sua falta de perícia militar. (...) O mundo árabe, os seus líderes e sociedades juraram salvar a Palestina. Os políticos não estavam propriamente a ser

sinceros; é provável que os soldados e seus comandantes tivessem um empenho mais genuíno no salvamento da Palestina. (2007: 168)

No caso da Jordânia, houve inclusive um acordo tácito com Israel às vésperas da guerra, de partição do território (Ibidem: 178). Os líderes hachemitas de fato controlariam uma parte da Palestina (atual Cisjordânia) até 1967, quando essa passou a ser ocupada militarmente por Israel (TAMARI, 2002: 71). Juntamente com o futuro estado judeu, dividiram ainda o domínio de Jerusalém. Outra parte do território (Faixa de Gaza) ficou sob administração egípcia até aquele ano (HOURANI, 2007: 471).

O deslocamento de palestinos se expandiu significativamente. Na narrativa oficial israelense, a saída dos palestinos teria se dado em consequência da guerra. Para Rashid Khalidi (2006: 4), essa argumentação ignora, sobretudo, a necessidade de “transferência” dos árabes, que constituíam a maioria da população, para garantir a instituição de um estado judeu. Ele refuta a ideia difundida pela historiografia israelense tradicional de que os palestinos deixaram suas casas sob ordens de sua própria liderança. Isso teria sido realidade em alguns poucos casos isolados, como medida de segurança aos habitantes; no geral, entretanto, esses líderes teriam feito esforços – “infrutíferos” – a que a população permanecesse. (Idem)

Relatos e documentos dão conta das táticas utilizadas pelos grupos paramilitares sionistas. De posse das informações de cada local, enquanto em boa parte das aldeias há indicações de que a estratégia era atacar deixando-se uma única saída para os habitantes saírem rumo a países árabes vizinhos, em outras, cercava-se dos quatro lados, não havendo como escapar. Nessas, os massacres e atrocidades são descritos por historiadores como Ilan Pappé. Serviram de propaganda para expulsar os palestinos que viviam em aldeias vizinhas, como será possível observar nas descrições dos entrevistados na Parte II desta dissertação.

As operações dos grupos paramilitares privilegiaram no começo centros urbanos, como Haifa, então o principal porto do país, designada na partilha ao

estado judeu. A elite já havia abandonado a cidade, quando dos primeiros ataques em dezembro de 1947. Em abril do ano seguinte, os sionistas tomaram a cidade, o que culminou no êxodo dos habitantes palestinos – que somavam mais de 50 mil. Outras grandes cidades, como Acre e Safed, tiveram o mesmo destino. Jerusalém também não ficou impune. À sua captura, as forças sionistas conduziram 30 operações, sendo sete delas entre dezembro de 1947 e 15 de maio de 1948 – todas em áreas destinadas na partilha ao estado árabe (TAMARI, 2007: 75). Os bairros do lado oeste foram atacados e ocupados no período (Ibidem: 134-140). Segundo Tamari,

Os objetivos dessas operações eram dois: (1) limpar o caminho entre Tel Aviv, Jaffa e Jerusalém para livre movimentação das forças judaicas; (2) limpar as vilas árabes do flanco oeste de Jerusalém da população palestina para prover déficit demográfico e um vínculo entre a proposta do estado judeu e a cidade de Jerusalém, conforme o Plano Dalet. (Ibidem: 75) *(tradução nossa)*

Os britânicos permaneceram na Palestina até 15 de maio de 1948 – um dia depois da Declaração de Independência de Israel –, sob o argumento de que as forças judaicas empreenderam uma guerra de libertação nacional contra o mandato e a hostilidade árabe (PAPPÉ, 2007: 178):

A perda de 1% de sua população [judaica] toldaria o jubilo da obtenção da independência, mas não a vontade e determinação de judaizar a Palestina e de transformá-la num futuro porto de abrigo para os judeus do mundo todo na sequência do Holocausto.

Assim que a Inglaterra partiu, os Estados Unidos reconheceram o Estado de Israel. Dois dias depois, foi a vez de a União Soviética fazê-lo. Na sequência, mais países deram o mesmo passo. As consequências para os palestinos não foram levadas em conta (PAPPÉ, 2007: 169). Naquele momento, dois terços da população árabe local foram deslocados. Embora houvesse dezenas de observadores da ONU, conforme Pappé (2007: 214), eles nada fizeram a respeito. Exceção ao emissário Conde Folke Bernadotte, que propôs a revisão da divisão do país em duas partes e o retorno incondicional dos refugiados palestinos. Tendo

chegado à Palestina em 20 de maio de 1948, foi assassinado por “terroristas judeus” em setembro do mesmo ano, “quando repetiu sua recomendação no informe final que apresentou à ONU”. (PAPPÉ, 2007: 214)

Ao final, foram três fases de execução da limpeza étnica. A primeira, como já relatado, foi inaugurada em dezembro de 1947, dias após a partilha recomendada pela ONU, e se prolongou até maio de 1948. A segunda, entre esse mês e janeiro de 1949, incluiu bombardeios aéreos indiscriminados e disparo de canhões em bairros com populações mistas. Durante essa etapa, foram assinadas duas tréguas e, ao final, um armistício entre os exércitos árabes e Israel (PAPPÉ, 2007: 168).

A terceira fase se prolongou até 1954. Antes, contudo, já haviam sido destruídas centenas de aldeias. Historiadores apresentam números que variam entre 290 e 472 no total (Apud W. KHALIDI, 2006: XVI). Pappé (2008: 11) apresenta um número superior: 531 aldeias, além do esvaziamento de 11 bairros urbanos, culminando com a expulsão de 800 mil palestinos, de um total aproximado de 1,2 milhão. Na parte designada pela ONU ao recém-criado Estado de Israel, de 818 mil palestinos, restaram apenas 160 mil. Apesar das diferenças, conforme a metodologia adotada, fato é que a paisagem havia sido totalmente transformada:

A Palestina tornara-se agora uma nova entidade geopolítica, ou antes, três entidades. Duas delas, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, encontravam-se mal definidas, a primeira totalmente anexada à Jordânia, mas sem o consentimento ou entusiasmo da população; a segunda num limbo, sob um regime militar, com os seus habitantes impedidos de entrar em território egípcio propriamente dito. A terceira entidade era Israel, decidida a judaizar todas as partes da Palestina e a construir um novo organismo vivo, a comunidade judaica de Israel.

(PAPPÉ, 2007: 178)

PARTE 2

Qaqun: memória e história

Situada a seis quilômetros a Noroeste do distrito de Tulkarm⁴⁴, conforme a partilha recomendada pela Assembleia Geral da ONU, Qaqun seria também dividida: parte ficaria na área destinada ao estado judeu e parte, ao árabe. Incluída no Plano Dalet, foi completamente tomada. A aldeia é citada nominalmente em documento sobre as operações designadas às brigadas sionistas⁴⁵. Segundo Pappé,

como no caso de todas as outras vilas, há agora suficiente documentação militar que descreve como a vila foi ocupada, como os soldados iraquianos tentaram defendê-la e há indícios de duas atrocidades maiores – uma concerne à execução de soldados iraquianos e outra, a um caso de estupro. Qaqun foi um caso clássico no qual a vila foi cercada de três lados e um ficou aberto para a população sair debaixo de fogo e bombardeio pesados.⁴⁶
(tradução nossa)

Sobrevivente desses ataques, Tawfiq Abder Rahim é um dos entrevistados. Ele tinha dez anos em 1948. Vive no campo de refugiados de Baqaa, na região norte de Amman, capital da Jordânia. O campo foi um dos seis abertos emergencialmente pela *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* (UNRWA) em 1968 para abrigar os palestinos deslocados em 1967, na chamada Guerra dos Seis Dias⁴⁷. Hoje integra o conjunto dos dez campos de refugiados oficiais existentes no país árabe – além desses, há mais três não oficiais. Baqaa reúne mais de 104 mil pessoas, conta com 16 escolas, dois centros de saúde, um centro comunitário de reabilitação e

⁴⁴ Tulkarm hoje localiza-se na Cisjordânia, ao lado da chamada linha verde, que, a partir de armistício em 1949, passou a delimitar a separação entre o território palestino ocupado em 1967 e Israel. Disponível em: <<http://tulkarm.4arabs.com/english.html>>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

⁴⁵ Cf. Anexo 2 desta dissertação.

⁴⁶ Entrevista realizada por e-mail em 26 de abril de 2013.

⁴⁷ Na Guerra dos Seis Dias, entre 5 e 10 de junho de 1967, Israel ocupou militarmente os 22% restantes do território palestino, incluindo Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental.

um de distribuição de alimentos, além de um voltado à mulher. Entre os principais problemas, estão o alto nível de desemprego e pobreza.⁴⁸

Abder Raouf Ibrahim Yusuf Misleh é o outro entrevistado. Tinha 13 anos em 1948. Vive desde 1956 no Brasil. Morou até 2011 em São Paulo e hoje reside na cidade de Atibaia, interior desse estado.

O último depoimento é de Abdul Qader Yousef Al-Hafi⁴⁹, nascido em 1938. Atualmente, ele vive no campo de refugiados Askar, em Nablus, Cisjordânia. O campo foi aberto pela UNRWA em 1950 e recebeu palestinos oriundos de 36 aldeias. Em 1965, expandiu-se para além da área delimitada, ao que tem sido denominado Novo Askar – o qual, todavia, não é reconhecido pela agência da ONU. Após os Acordos de Oslo, assinados em setembro de 1993 pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e Israel, Askar ficou dividido entre as chamadas áreas A (sob controle da Autoridade Nacional Palestina - ANP) e B (sob controle misto, da ANP e de Israel). O campo abriga hoje 15.900 refugiados e enfrenta problemas com a superlotação. A UNRWA, todavia, afirma não poder expandi-lo, já que está agora sob a jurisdição de “governos anfitriões”. Askar conta com infraestrutura de água e eletricidade, três escolas, quatro centros de saúde (um deles da UNRWA), centros de reabilitação, distribuição de alimentos, educacional, voltado à assistência à mulher e dois infantis. A taxa de desemprego é de 28%.⁵⁰

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=123>>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

⁴⁹ Disponível em: <<http://youth.zajel.org/publications/book.pdf>>, p. 117. Acesso em: 21 de julho de 2012.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=108>>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

Seguem os mapas que indicam a localização geográfica e topografia de Qaqun:

Mapa 1 - Localização do Distrito de Tulkarm na Palestina – 1947

(KHALIDI, Walid, 2006: XXVII)

Mapa 2 - Localização de Qaqun em Tulkarm. As demais vilas indicadas também foram destruídas em 1948. A distância dessas aldeias – 17 ao todo – de Tulkarm variava entre 2,5 e 20km. A mais populosa delas era Qaqun, com 1.970 habitantes. As demais teriam entre 20 (a menor) e 1.330 (a maior). Em alguns casos, sequer há informação disponível sobre o número de pessoas. (KHALIDI, Walid, 2006: 549)

Mapa 3 - Topografia da Palestina (KHALIDI, Walid, 2006: XXV)

Segundo Walid Khalidi (2006: 559), Qaqun localizava-se em uma colina com vista para a planície. Ainda conforme o autor,

A ferrovia Tulkarm-Haifa passava 0,5km a leste, e estradas secundárias ligavam-na a Tulkarm e a vilarejos vizinhos. Qaqun era considerado um sítio histórico importante que incluía uma fortaleza construída pelos cruzados. Durante o período das Cruzadas [séculos XI a XIII], o local caiu sob jurisdição administrativa de Qisarya (Caesarea) e sofreu grande processo de destruição. É conhecido sob muitos nomes: Quaquo, Chaco, e Caco. Em 1267, foi capturado pelo sultão mameluco Baybars (1259-1277), que ordenou a reconstrução da fortaleza e reforma de sua igreja, transformada em mesquita. Seus mercados foram restabelecidos e logo tornou-se um centro comercial com um *khan*⁵¹ para mercadores, viajantes e seus animais⁵². Sob o domínio mameluco, a fortaleza dos Cruzados foi renovada e a vila tornou-se estação postal na estrada Gaza-Damasco. (Idem) *(tradução nossa)*

Também de acordo com Walid Khalidi (2006: 559), em 1596, Qaqun foi um dos centros administrativos para coleta de tributos durante o Império Otomano e reunia apenas 127 habitantes. “Pagava impostos em certo número de culturas/cultivos, incluindo trigo e cevada, assim como outros tipos de produção, tais como cabritos e abelhas.” (Al-Maqrizi, Apud KHALIDI, 2006: 559) Em 1799, as forças de Napoleão Bonaparte derrotaram as tropas otomanas que haviam sido enviadas a Qaqun para deter seus avanços em direção à região de Acre. Ainda conforme Khalidi:

Qaqun foi destruída uma segunda vez (a primeira pelas mãos dos Cruzados) pelo exército egípcio sob comando de Ibrahim Pasha, filho de Muhammad' Ali, durante sua campanha síria (1831-40), porque seus habitantes haviam participado da rebelião contra o Egito. Ao final do século XIX, Qaqun era uma grande vila construída em torno da torre central do forte Cruzado/Mameluco. Suas casas, construídas de pedra e de barro, distribuíam-se ao longo da superfície da colina. Havia terra arável nas áreas do entorno. (KHALIDI, 2006: 559)

⁵¹ Estacionamento para caravanas ou local de hospedagem para viajantes. KHALIDI, 2006: 569.

⁵² Al-Maqrizi, Apud KHALIDI, 2006: 559.

Modo de vida

A exemplo do que ocorria em toda a Palestina, os moradores de Qaqun – que, como já citado, somavam 1.970 em 1944/45 – eram, em sua maioria, muçulmanos, ou seja, seguidores do Islã, uma das três religiões monoteístas⁵³. Abaixo, uma foto de habitantes da aldeia antes de 1948⁵⁴:

⁵³ As outras duas religiões são o Judaísmo e o Cristianismo.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.palestineremembered.com/Tulkarm/Qaqun/index.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Em 1931, havia 260 casas na vila; em 1948, somavam 434; a Mesquita [local de oração dos muçulmanos] ficava ao centro, próxima ao mercado principal. Os habitantes contavam com poços para água potável e uma escola primária para meninos, estabelecida durante o mandato britânico (KHALIDI, 2006: 559). Abaixo, um antigo mapa da aldeia, em que são citadas suas estruturas e indicado o nome de cada família na área de sua propriedade⁵⁵:

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.palestineremembered.com/Tulkarm/Qaqun/index.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Foto - Aldeia de Qaqun em 1928. (KHALIDI, Walid, 2006: 549)

Abder Raouf Ibrahim Yusuf Misleh nasceu em 1935, em Qaqun. Ele descreve detalhes da aldeia e do modo de vida dos seus habitantes:

A Palestina tem 28 mil km², um terço é deserto, outro é montanha e outro é terra plana, eu nasci na terra plana. Qaqun ficava perto de Tulkarm. A distância da minha cidade até o Mar Mediterrâneo era de 11km, uma cidade de agricultores. Meu pai era agricultor, arrendava terra, sempre produzimos trigo, milho, *tinha* duas, três vacas. Era uma cidade pequenininha, não existia riqueza, 90% dos aldeões da cidade *vivia* razoavelmente, sem queixas, porque a terra era fértil. A gente plantava até árvore de azeitona, as oliveiras, então era uma vida bem tranquila, bem sossegada. Eu nasci em uma aldeia que não tinha asfalto, não tinha luz, não tinha médico, mas tinha escola *pra* nós, não conheci um moleque da minha idade que não frequentava escola. Tem que falar verdade, escola para meninos, as meninas aprendiam em casa com os pais.

Qaqun era uma aldeia de 2 mil habitantes, todo mundo conhecia todo mundo. A minha infância acho que foi a melhor infância que existe no mundo. A gente morava numa casa, como todas as

casas na Palestina, era feita de pedra branca. A área tinha 2 mil metros quadrados, uma parte era uma chácara para criação de galinha, plantação de verdura. Éramos 12 irmãos, dez homens e duas mulheres. Naquela área, meus quatro irmãos casados – Muhamad, Abdel Karim, Ahmed e Yusuf – também tinham suas casas. Se a minha mãe precisava de ovo, não precisava comprar; tinha pimentão, tomate, pepino, muita coisa que a minha mãe só cortava, para fazer comida. Tinha um cerco, em volta do cerco, eu lembro como se fosse hoje, tinha aquele figo-da-Índia, então em volta tem o cerca de arame e figo-da-Índia plantado em volta da chácara toda. [...] A gente tinha tudo o que a gente imaginar, precisa comer carne, nós *tinha* carneiro, nós *tinha* uma vaca leiteira só *pra* família, todo dia *tem* ovo, porque as galinhas que minha mãe, meu pai *criava fornecia* tudo, e trigo nós *tinha*, então *põe* no moinho e a gente fazia farinha e levava *pra casa pra* fazer o pão. Queijo a gente tirava, manteiga minha mãe tirava *da* leite, manteiga pura. Quando tempo da primavera, a gente saía da casa, as ruas dos dois lados *era* só rosas, um verde maravilhoso. Como lá não tem água, a gente tinha poços de água, tinha um motor, saía água lá na torneira quanto quisesse, água pura, da terra mesmo, porque não tinha poluição que tem hoje, a quantidade da população era pequena e aqueles poços de água *fornecia* água à vontade. Não existia geladeira, não *tem* gerador, tudo à base de lampião, vela e *pra* esquentar era lenha. Em dezembro faz frio mais do que aqui, o resto do ano é primavera maravilhosa, não tinha chuva, não tinha nada, depois vem o calor, verão bem quente, depois vem o outono, a clima lá era *certa*.

Eu brincava até demais, ficava até dez horas da noite brincando, a gente entrava em casa só *pra* dormir. Quantas vezes a gente pegava o cavalo, meu pai perguntava: “onde eles foram?”. Na praia, no Mar Mediterrâneo, montava o cavalo em uma hora nós estávamos lá, a gente amarrava o cavalo e entrava na água.

Em 1945 eu tinha dez anos. Tinha 200 hectares em que era cultivado o trigo. Meu pai andava a cavalo no meio daquele trigo e ficava cantando, de tão bonita que era a plantação, o trigo era mais alto do que ele, chegava a 1,90m. Uma noite eu dormi no meio daquela plantação. Era lua cheia, meu pai falou *pra* mim: “Filho, você é pequeno, vai dormir.”. Era meia-noite, porque durante o dia era muito calor, então *trabalhava* a noite inteira. Eu peguei o sapato, pus no chão, pus um lenço embaixo da minha cabeça, um maço de trigo sobre meu corpo e dormi. Aquela noite eu não trocava por nada nesse mundo, senti um prazer que não tem limite.

Não existiam nas aldeias convites para casamento, todo mundo participava. Era assim, vivendo em paz, com carinho.

Segundo Tawfic Abder Rahim, que nasceu em 1938 em Qaqun:

Tínhamos na Palestina uma vida feliz, não farta, mas suficiente. Assim como em Qaqun, a maioria dos palestinos eram camponeses. Cultivávamos legumes, verduras, frutas e nos centros tinha comércio e indústria. Um completava o outro.
(tradução nossa)

Até 1945, os árabes dispunham de 35.611 dunums de terras (cada um equivale a mil metros quadrados⁵⁶), ante 4.642 dos judeus e 1.514 públicas (KHALIDI, Walid, 2006: 559). Segundo esse autor, a área cultivável era de 40.341 dunums – com plantações de cereais em 34.777⁵⁷, além de oliveiras, cítricos e outros.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.onlineunitconversion.com/square.meter_to_dunum.dunham.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.palestineremembered.com/Tulkarm/Qaqun/index.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Ocupação e despovoamento

Conforme Walid Khalidi (2006: 559), Qaqun sofreu um “ataque relâmpago” executado pelo Irgum Zvai Leumi⁵⁸ em 6 de março de 1948. Duas mulheres teriam ficado feridas nessa primeira ofensiva.⁵⁹ Apesar de citarem ações prévias de “reconhecimento” por milícias sionistas no entorno da aldeia, nenhum dos palestinos cujos relatos compõem esse *corpus* cita esse evento especificamente. Ao que parece, não teria integrado suas memórias da *Nakba*. Ahmad H. Sa’di e Lila Abu-Lughod (2007: 162) citam uma definição do pai da psicanálise Sigmund Freud, de que “memória seria a causa raiz do trauma, mas também a fonte para sua solução”. Segundo esses autores, um dos maiores traumas teria a ver com o deslocamento forçado, “a cidade ou vila ocupada, destruída e apagada da memória, como se sua vida fosse apagada” (Ibidem: 180)

Ao início de maio, como escreve Khalidi (2006: 560), o vilarejo era um dos últimos da costa remanescente ao longo da faixa norte de Jaffa:

Oficiais de inteligência da Haganah reuniram-se em 9 de maio para decidir seu destino. Concordaram em “expulsar ou subjugar” Qaqun e certo número de outras vilas na planície costal, de acordo com registros da Haganah consultados pelo historiador israelense Benny Morris. Porém, aparentemente esse plano não foi implementado imediatamente, uma vez que a vila fora ocupada no mês seguinte em uma ofensiva lançada especificamente para capturá-la. Cerca de uma semana antes do primeiro traço da guerra, o comando israelense aparentemente decidiu que possuía forças insuficientes para ocupar a cidade de Tulkarm, de modo que virou sua atenção para alvos menores como Qaqun. *History of the War of Independence [História da Guerra da Independência]* relata que a vila fora atacada na noite de 4-5 de Junho de 1948, principalmente pelo 3º Batalhão da Brigada Alexandroni.
(tradução nossa)

⁵⁸ Conforme Reichert (1972: 255), a Irgum Zvai Leumi (Organização Militar Nacional) foi fundada pelo sionista revisionista Jabotinsky, com 5 mil milicianos. REICHERT, *História da Palestina*, São Paulo: Ed. Herder/Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

⁵⁹ *History of the Haganah [História da Haganah]*, Apud KHALIDI, Walid. *All that remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 2006, p. 560. Segundo o autor, “nenhum detalhe a mais fora fornecido por esta fonte, mas o jornal palestino *Filastin* reportou um ataque na manhã de 7 de março. Citando um comunicado emitido pelas forças de milícia palestinas, o artigo dizia que uma grande unidade de ataque falhou em invadir o vilarejo, e que este atirou certo número de granadas as quais feriram duas mulheres”.

A Brigada Alexandroni⁶⁰ foi criada pela Haganah em 1º de dezembro de 1947 e funcionou por aproximadamente dois anos. Passou depois a integrar as Forças de Defesa de Israel⁶¹. Segundo consta em *site* oficial da Brigada Alexandroni, elaborado com o intuito de homenagear os “449 heróis que tombaram na Guerra da Independência”, a tomada de Qaqun se deu como parte do Plano Dalet. O objetivo foi “expandir o controle das áreas para melhor preparar-se contra os exércitos árabes regulares”⁶². Ainda segundo essa fonte de informação, Qaqun ficava em local estratégico que permitia o controle das forças árabes de todo o entorno. No *site* da Brigada Alexandroni, é citado ainda um ataque que teria sido feito ao *kibbutz* próximo, em março de 1948, como razão para a ofensiva contra Qaqun⁶³.

Segundo Abder Raouf, isso não aconteceu. Ele afirma que não havia problemas com os judeus que viviam na Palestina antes de o projeto sionista começar a ser posto em prática:

A gente tinha ligações com colonos judeus que viviam pertinho da aldeia, a uns 5, 6km. Eles começaram a comprar terra em 1940, compraram por intermédio de vendedores libaneses, terra que tinham comprado dos palestinos e revendiam com lucro de quatro, cinco vezes. A gente brincava com judeu, cristão, muçulmano, nunca nenhuma criança perguntou: “Você é judeu? Você é muçulmano? Você é cristão?” Isso não existia. Antes de 1948, os judeus e os palestinos sempre viviam muito bem, os judeus da colônia iam na nossa casa, eles compravam animal de nós, nós *comprava* coisa deles, não *era* amigos, mas socialmente *vivia* juntos. Na cidade de Jaffa, você enxergava uma loja de um judeu, outra de um palestino árabe. Em Haifa, a mesma coisa; em Jerusalém, a mesma coisa. A gente vivia muito bem com os judeus, o problema foi o sionismo. Mas esses judeus apoiaram de maneira violenta. [...]

⁶⁰ A Brigada Alexandroni é citada por Theodore Katz, estudante israelense do Departamento de História do Oriente Médio da Universidade de Haifa, como responsável por massacres em cinco vilas. Embora o foco principal de seu trabalho seja o massacre na aldeia de Tantura, ele cita também Qaqun. Katz foi pressionado pela universidade, que teria alegado falsificações nos depoimentos, a mudar a conclusão de sua dissertação para poder ser aprovado. Trechos da pesquisa de Katz podem ser encontrados em CLEMESHA, A. *Palestina, 1948-2008. 60 anos de desenraizamento e desapropriação*. Tiraz – Revista de Estudos Árabes e das Culturas do Oriente Médio – 2008, pp. 174-178. Contatei Katz para entrevista, mas não obtive resposta.

⁶¹ Disponível em: <www.alexandroni.org>. Acesso em: 27 de julho de 2013.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

Walid Khalidi (2006: 560) cita apenas uma colônia existente na região antes de 1948, a três quilômetros a noroeste de Qaqun: o Kibbutz ha-Ma'pil, construído em 1945. Esse é o *kibbutz* citado nominalmente no *site* da Brigada Alexandroni.

A afirmação de Abder Raouf de que “o problema foi o sionismo” – que teve o apoio de colonos – é corroborada por Pappé:

Pactos com comunidades judaicas vizinhas não garantiram que aldeias ficassem ilesas, muito embora isso tenha acontecido de forma isolada. Também se salvaram algumas poucas vilas por assegurarem mão de obra barata a assentamentos sionistas. (2008: 174)

O lugar das memórias

Seguem os relatos dos palestinos sobre a ocupação de Qaqun em 1948.

Tawfik Abder Rahim⁶⁴ conta que

Mesmo com a ocupação inglesa, não nos faltava nada. Vivíamos de forma tranquila, mas reivindicávamos liberdade e recebíamos de volta tortura e repressão desumana. Se um palestino carregava uma faca, era morto, enquanto os judeus tinham a força das armas, fogo e ferro. A Inglaterra começou a aterrorizar os palestinos e fortaleceu os judeus para expulsar os nativos. O mandato britânico proibia os palestinos de carregarem faca, se eram pegos, eram torturados até a morte. A Inglaterra abriu caminho para a colonização da Palestina e criação do Estado de Israel, mas mesmo com toda falta de preparo e armamento palestino, Israel pediu duas vezes o cessar-fogo. Mesmo as armas antigas dos palestinos, sem expressão nenhuma, fizeram com que tivessem medo e tentassem se reforçar. Em 1946-47, as coisas começaram a piorar, os ingleses facilitaram a ocupação e colonização, facilitaram a entrada de toda forma das forças sionistas e a maioria foram pessoas que presenciaram a Segunda Guerra Mundial, tinham alguma experiência de lutar na guerra, tinham em 15 de maio de 1948 mais de 100 mil homens, entre soldados e judeus juntos. Se você contar os árabes das sete nações que lutaram, tinha no máximo 40 mil soldados e outros palestinos juntos. Com essa força e terror, expulsaram os palestinos de suas terras. Na noite de 5 de junho de 1948, eu me lembro que minha mãe estava nos levando para o banheiro trocar a roupa suja por uma limpa. Testemunhei três ou quatro bombas vindo do oeste, de cor vermelha, meia hora antes do nascer do sol. A primeira bomba atingiu as pessoas em volta; a segunda, terceira e quarta mataram 50 a 60 pessoas. A base do exército iraquiano estava estabelecida na minha casa, na parte alta da cidade, de frente para o lado oeste. O comandante iraquiano tinha entre 20 e 30 anos, lembro bem do rosto e voz dele. Ele pediu ajuda várias e várias vezes. Um dos meus tios veio e falou que meu pai, um dos responsáveis por cuidar das pessoas na aldeia, tinha falecido, foi martirizado. O comandante ordenou que o exército iraquiano atirasse em quem estava matando as pessoas. Estava vindo uma quinta coluna para tentar baixar a guarda dos iraquianos, mas o comandante disse: “Não, estamos aqui com vocês até o fim.” Meu tio acompanhou os soldados iraquianos até uma trincheira. Mas as armas desse exército eram poucas e as dos palestinos, arcaicas. As armas que se encontravam nas mãos da população eram de fazer rir. A população vendia tudo, trigo, mãe, ouro, esposa, tudo que tivesse de valor para comprar um

⁶⁴ Entrevista feita em novembro de 2011. Traduzida do árabe para o português por Hasan Zarif.

rifle antigo chamado *borduquia*, que tinha uma faca na ponta. Custava 100 ginés palestinos naquela época, o equivalente a 120 ginés de ouro inglês. As pessoas cortaram tudo, até alimentação, para poder se defender e às suas famílias, não para atacar alguém. As armas eram de diversos tipos. Vinham da Polônia, Tchecoslováquia, Inglaterra, Espanha, América, Itália. Se o companheiro morresse do seu lado, você não podia pegar a arma dele, porque não sabia usar. Testemunhei com meus olhos um homem que viveu uma história, ele está vivo até hoje. Antes do último ataque à noite, os judeus faziam revezamentos, ameaçavam invadir a aldeia e recuavam, tentavam descobrir o tamanho da resistência na aldeia, o número de combatentes, o tipo de armamento. Os judeus tinham munição ainda com cheiro de fábrica e cheia de pólvora, até a boca. Os palestinos pegavam balas no chão, metade estragava, metade não funcionava, era da Primeira Guerra Mundial. Meu pai abria a bala, botava a pólvora no saco e no sol para secar e devolvia para dentro da bala de novo. Meu pai tinha uma arma turca e não tinha como comprar munição para ela, então pegava essas balas, de outras armas, e socava dentro da arma. Isso ia proteger a gente do avanço de um exército com armas automáticas e cheiro de óleo de fábrica, e um só tipo de arma? Eu fico batendo nessa tecla para que entendam que as armas nas mãos dos palestinos não eram nada, e não encontramos ninguém que nos ajudasse, só tinha a gente para nos defender, o nosso dinheiro para compra de nossas armas, o sangue de nossos parentes. Mesmo assim resistimos e fomos fortes. Se os países árabes simplesmente entregassem armas para nós, estava bom. Mas o que fazer se nossas armas atingiam no máximo $\frac{1}{4}$ da força delas? Meu tio tinha uma *borduquia* italiana, tinha terra na arma, então cerrou o cano para poder continuar a usar, e usou. Ele não podia atirar à noite, porque ela emitia um *flash* que tornava mais perigoso para os palestinos. Não se pode fazer frente com isso. Quando começaram a atirar, a bala não ia há mais de 20 metros, um pedaço de pau seria melhor. Em 5 de junho de 1948, entre o exército iraquiano e o pessoal da aldeia, havia umas 120 a 130 pessoas defendendo Qaqun. O que ouvimos depois é que havia mais de 3 mil judeus cercando a aldeia. Isso durou a noite inteira, quando amanheceu, ficamos expostos. Ficou claro para eles que éramos poucos e para nós como eram muitos. Tivemos que fugir, os que ficaram morreram ou foram presos. Qaqun tinha 2 mil pessoas, crianças, mulheres, idosos, e os que não tinham armas se afastaram aproximadamente mil metros da cidade. Como saíram sexta-feira à noite, pareciam pombas espalhadas, com as mulheres vestindo branco. Realmente, quando eles entraram na cidade, teriam feito absurdos escandalosos. Sábado a cidade caiu na mão de gangues israelenses, especialistas na morte, vindas de outras guerras. Todos os mortos foram jogados numa cova comum. Como meu pai morreu antes, foi o único enterrado separadamente. As aldeias no entorno tentaram recuperar a cidade, sem êxito. Dos 60 a 70 membros do exército iraquiano,

restaram seis ou sete. O comandante Mohamad morreu dentro da trincheira, incentivando a resistência e pedindo calma, que o apoio viria. Ele levou um tiro na testa, falou “ah” e caiu no chão. Meu tio estava do lado dele, foi ferido nos dois braços. Os feridos viram que tinha uma única saída, e se foram. Só meu tio, três palestinos e sete iraquianos escaparam, fugindo sentido oeste, dali para o sul, do sul para o leste, até chegarem em Tulkarm. O exército israelense tinha cercado Qaqun formando a letra “U”, deixando apenas o lado oeste aberto. Como eu disse, minha mãe estava nos levando ao banheiro, nós tivemos que sair com a roupa suja. Minha mãe hoje tem mais de 90 anos, está viva. Morávamos na casa do meu avô, eu e dois irmãos. Era a terceira casa vizinha do meu tio. Quando começaram os ataques e movimentos estranhos, lembro que estávamos andando pela lateral da aldeia. Minha mãe achou que iam ter ataques no centro. Vimos pessoas saindo. Eu me lembro de uma pessoa da nossa aldeia com o corpo inteiro coberto de sangue, que perguntou de quem éramos filhos. Quando respondemos que era do Abder Rahim, ele se espantou, porque meu pai já tinha morrido. Andamos dois quilômetros a oeste para um vilarejo próximo chamado Bir Il Siki (Poço do Trilho) e ficamos esperando os acontecimentos para poder retornar. A noite inteira ouvimos barulhos de armas. No fim, sabíamos que a coragem seria derrotada pela superioridade militar. A cidade caiu, fomos obrigados a sair.

Em seu relato, Abder Raouf descreve com detalhes eventos traumáticos que vivenciou em Qaqun no ano de 1948:

A Palestina era uma colônia da Inglaterra. [...] Até que fizeram uma divisão da Palestina em 1947 e o cemitério da aldeia faria parte do futuro Estado de Israel. Meu pai falava: “Não é possível, a gente tem parente enterrado, não pode nem visitar mais?” Em 1948, os líderes árabes venderam a Palestina. Muitas aldeias pequenas na Palestina *foi* entregue *pro* Haganah, um grupo terrorista. E os palestinos foram expulsos da casa deles, da terra deles, inclusive a minha aldeia. A população saiu sem recurso, criança, mulher, foi tudo conduzido pelos terroristas judeus até o Rio Jordão e depois jogados por essa grupo terrorista, e tudo isso foi fruto da manipulação que foi *feito* com o povo palestino pelos líderes árabes, judeus, ingleses e americanos. [...] As mínimas forças que os palestinos *tinha* não passava de um revólver, uma espingarda belga, russa, era uma coisa insignificante. Os palestinos estavam sem armas, sem proteção, sem força para reagir. [...] Um poeta palestino falava assim: “venderam nós como *vende* animais, um burro, uma vaca.”

Lembro exatamente de quando entraram na minha aldeia. Eu tinha mais ou menos 12 anos, a minha aldeia tinha uma mesquita, tinha uma praça só. [...] *Naquele* praça, sempre juntava muita gente no fim do dia, *pra* conversar, *pra* trocar ideia, toda aquele

coisa de aldeão. Aquele dia, mais ou menos *era* cinco, seis horas da tarde, os judeus bombardearam *aquele* praça e mataram 38 pessoas. Trinta e oito pessoas *mortos* na praça! Nós estávamos jantando, a comida ficou no prato.

Eu vi mulheres que a bomba explodiu, eu vi gente com barriga *tudo* aberta. Eu pessoalmente vi um amigo meu, a gente estudava junto. Eu vi, com minha idade. Eu passei a mão no rosto dele, na testa dele, *pra* reconhecer ele, tinha sangue *pra tudo* lado, a cabeça dele cortada, o rosto todo branco e eu passei a mão na testa dele *pra* reconhecer ele, eu nunca esqueço essa cena. O Rei do Iraque mandou um batalhão do exército iraquiano *pra* proteger nossa aldeia. Mandou 30 soldados, os exércitos árabes foram lá *pra* proteger a população em nome *da* legado sanguíneo, da raça, só que essas exércitos quando entraram lá foram comandados por traidores. Então soldado morre, o comandante manda ele recuar. [...] De Bagdá, de Amman, eles disseram: “não tem ordem!” Os soldados não tinham ordem dos comandantes ligados à Inglaterra *pra* avançar. A minha aldeia tinha 30 soldados e tinha um comandante, eu lembro dele, nós fizemos uma cerca, fortificação em volta da aldeia e *ficou* na cidade quase 200 homens e mais 30 ou 40 soldados iraquianos *pra* proteger ela, mas só tinha arma leve. O que aconteceu? Quando o Haganah, o grupo terrorista dos judeus, cercou a cidade, o comandante iraquiano pediu ajuda do Comando-Geral que estava em Tulkarm, que respondeu para ele se retirar. Ele não quis sair de lá, jogou o rádio de comunicação e começou a incentivar essas 200 homens da aldeia com aqueles 30, 40 soldados a resistir. Todos essas soldados e 80% daqueles palestinos aldeões morreram na batalha, porque não tiveram ajuda de ninguém. Minha aldeia e outras caíram nas mãos deles, mataram até os animais. [...] Essa é o drama dos palestinos, foi tudo negociata, os palestinos pagaram muito caro por confiar nos líderes árabes, porque líderes árabes foram muito mais *prejudicial* à causa palestina e usaram causa palestina em benefício próprio. [...]

Eu tenho dois irmãos que foram feridos, um deles perdeu a orelha, outro foi ferido na espinha, ficou a vida inteira sem poder fazer força, sem poder fazer nada, porque recebeu um tiro durante a batalha. Uma semana antes, eu levei um tiro de raspão nas costas por judeus que faziam um reconhecimento da área em volta da aldeia. Outro irmão meu foi preso, ficou seis meses preso em uma cidade a 11km de distância da minha aldeia. Depois, eles liberaram ele, entregaram ele *pra* Cruz Vermelha Internacional. Meu irmão voltou totalmente sem articulação, absolutamente sem articulação e não demorou muito, não passou mais do que três, quatro meses ele morreu. Foi torturado, essas prisioneiros eram colocados em um estábulo, terra úmida, terra molhada, e à noite não deixavam eles *dormir*, faziam barulho, usavam todos os meios *pra* não deixar dormir, a comida era menos *de* que um terço do essencial *pra* sobrevivência de um ser humano. Por isso que meu irmão voltou, viveu poucos meses e faleceu, não tinha mais

mente, eles atingiram a mente dele, fisicamente, tudo. [...] Tomaram nossa casa e nossa terra, a cidade, tudo.

Em sua narrativa, Abdul Qader Yousef Al-Hafi (Abu Adnan)⁶⁵ fala sobre perdas e deslocamento:

Eu saí com todos os membros da minha família, meus pais e o resto dos habitantes do vilarejo. Nosso vilarejo tinha terra fértil e nós tínhamos um campo próximo a ele; o Mar Mediterrâneo ficava a apenas oito quilômetros de distância. Nós tivemos problemas com os judeus por mais de cinco anos antes da expulsão. Nós tentamos não sair, mas no final eles trouxeram milícia armada com tanques e um grande número de pessoas armadas e lançaram um ataque contínuo sobre nosso vilarejo; eles queriam limpar toda a população de nosso vilarejo. Eles queriam nosso vilarejo em particular porque era uma posição importante estrategicamente. Nós pensamos no que deveríamos fazer e decidimos que tínhamos que evacuar mulheres e crianças do vilarejo; apenas os homens jovens ficaram para trás. Nós tínhamos certo suporte militar das vilas vizinhas, mas realmente não podíamos fazer muito contra a milícia judaica, do modo como estavam tão bem armados. Assim, à tarde, deixamos nossa aldeia e fomos para os campos em torno da aldeia vizinha, esperando para ver o que aconteceria.

Nós já sabíamos que a milícia judaica estava vindo para nos atacar com o objetivo de ocupar nossa terra. Então, durante a noite, em torno da meia-noite de fato, os homens da resistência armada deixaram a vila também. A propósito, nós tínhamos perdido cerca de 50 membros do exército iraquiano e da resistência palestina nesse estágio. Esses homens defendiam a vila enquanto as milícias judaicas a bombardeavam. Nós tínhamos mais de 100 soldados iraquianos em nossa aldeia, e havíamos construído túneis em torno da aldeia também.

A resistência estava comprando armas na Síria e as contrabandeando para dentro do país. Um único rifle custava 100 libras – e sem munição. A libra palestina valia bastante dinheiro nesse momento: uma libra valia cerca de quatro ou cinco dólares americanos. Então nós dividiríamos o custo de um rifle com outra família; nós tínhamos que defender nosso vilarejo com um orçamento limitado. [...]

O primeiro míssil a acertar nossa vila não causou danos – caiu fora da cidade. Mas quando as pessoas foram até lá para ver o dano, a milícia judaica as bombardeou, matando e ferindo quase 50 pessoas. Isso forçou as pessoas a fugirem. Nós não vimos os

⁶⁵ Depoimento em *Nakba Eyewitnesses – Narrations of the Palestinian 1948 Catastrophe*. Edited by MORGAN, L. & MORRIS, A., 2010, pp. 117-118.

judeus quando eles entraram na vila, mas os homens da resistência viram.

Nós estávamos vivendo em paz em nossa vila; as terras eram férteis e nós eramos capazes de viver bem com isso. Alguns dos habitantes dos vilarejos haviam construído novas casas, mas eles não tiveram a chance de desfrutá-las. [...] *(tradução nossa)*

“Operação exitosa”

Em seu *site*, a Brigada Alexandroni afirma que em Qaqun a “força inimiga estimada era de 200 lutadores locais, além da força regular iraquiana”. A missão foi entregue ao Terceiro Batalhão dessa brigada, e a data de operação foi 4-5 de junho de 1948. O batalhão contava com baterias de artilharia e morteiros. O objetivo era capturar a aldeia em um “movimento de pinça, com o apoio da artilharia”:

Depois de uma longa reaproximação tranquila – na parte da manhã –, em completa escuridão, em plena coordenação, as forças atacaram as posições inimigas. A batalha foi muito pesada, o inimigo mostrou resistência obstinada e em muitos casos lutava cara a cara. A batalha durou todo o dia e de manhã cedo começou o bombardeio com artilharia pesada e uma série de ataques contra as forças regulares iraquianas locais. [...] Os combates cessaram às 17h mais ou menos, quando todos os ataques inimigos foram repelidos.⁶⁶ (*tradução nossa*)

Walid Khalidi (2006: 560) confirma o ataque “principalmente pelo Terceiro Batalhão da Brigada Alexandroni na noite de 4-5 de junho de 1948”⁶⁷:

O ataque em duas frentes começou por bombardeio e artilharia pesada e encontrou resistência em unidades do exército iraquiano defendendo os entornos do norte do vilarejo. Por volta do amanhecer, uma grande parcela dos defensores iraquianos ainda segurava suas posições fortificadas, mas um “violento ataque à luz do dia decidiu a batalha” em favor da ofensiva, de acordo com relato israelense. O *New York Times* considerou a batalha como “uma das mais sangrentas a serem datadas” e reportou que a defensiva iraquiana havia tomado posições em três linhas de trincheiras no entorno do vilarejo: “Foi aqui que a real batalha tomou lugar. [Os iraquianos]... recusaram-se a dar espaço e por várias horas lutaram como homens possuídos. Fora um combate corpo a corpo com ambos os lados utilizando facas, atirando granadas e esmagando cabeças com coronhadas dos rifles.” A versão oficial israelense é de que um batalhão iraquiano completo (450 homens) havia sido dizimado no confronto, embora inicialmente estimasse suas perdas em 12 mortos. Também dizia

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.alexandroni.org/site.php?battle=kakun>>. Acesso em: 27 de julho de 2013.

⁶⁷ *History of the War of Independence*, Apud KHALIDI, W. *All that Remains*, op. cit, p. 560.

que ambos os lados haviam usado suas forças aéreas na batalha. “Todas as outras tentativas de ocupação de vilarejos árabes falharam [nesta área]”, de acordo com *History of the War of Independence* [*História da Guerra da Independência*]. Porém linhas de tiro persistiram em torno de Qaqun por vários dias. Apenas dois dias após a ocupação, em 7 de junho, um alto oficial do Fundo Nacional Judaico consideraria a questão de se a vila deveria ser destruída. [...] Referindo-se a Qaqun e a certo número de outras vilas, o Ministro das Relações Exteriores, Moshe Sharett, observou, em 28 de julho de 1949: “Neste momento... os árabes aprenderam a lição.” (*tradução nossa*)

Segundo consta do *site* da Brigada Alexandroni, essa foi “a maior derrota do exército iraquiano na Guerra da Independência”. Da Brigada Alexandroni, teriam tombado “16 combatentes”⁶⁸.

Pappé (2008: 202) escreve que Qaqun é citada como exemplo de operação exitosa no diário de Ben Gurion. O historiador israelense afirma: “A ONU sustenta que na tomada de Qaqun se produziu uma violação, algo que corroboram os testemunhos das tropas judias.” (*Ibidem*: 182)

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.alexandroni.org/site.php?battle=kakun>>. Acesso em: 27 de julho de 2013.

Terrorismo psicológico

Nenhum dos entrevistados relata algum caso de estupro na aldeia, mas o temor de que suas mulheres fossem violentadas é comumente enfatizado por palestinos (SA'DI & ABU-LUGHOD, 2007: 35). O principal exemplo era Deir Yassin, uma das aldeias que ficavam a um raio de 5 a 10km de Jerusalém, numa posição estratégica na rota para Tel Aviv⁶⁹:

A natureza sistemática do Plano Dalet resulta patente no caso de Deir Yassin, uma aldeia pastoril e cordial que havia chegado a um pacto de não agressão com a Haganah de Jerusalém, mas estava condenada a desaparecer por encontrar-se dentro da área que o Plano Dalet ordenava limpar. Em vista do acordo que havia firmado com a aldeia, a Haganah decidiu enviar para lá tropas do Irgun e do bando Stern e livrar-se assim de toda a responsabilidade oficial no ocorrido. [...] Em 9 de abril de 1948, tropas judias ocuparam a aldeia de Deir Yassin. Essa se encontrava em uma colina a oeste de Jerusalém, a 800 metros sobre o nível do mar e perto do bairro judeu de Givat Shaul. [...] Ao irromper na aldeia, os soldados judeus pulverizaram as casas com fogo de metralhadora, o que matou muitos de seus habitantes. Depois disso, reuniu os demais aldeões e os assassinou a sangue frio, os cadáveres foram maltratados e certo número de mulheres foram violentadas antes de ser assassinadas. (PAPPÉ, 2008: 131) (*tradução nossa*)

Alguns textos falam em 254 mortos na pequena vila, que tinha pouco mais de 700 habitantes⁷⁰. ROGAN (2012) cita “uns 110” mortos. De acordo com Pappé, “investigações recentes têm reduzido o número de 170 para 93”, excluindo os que teriam morrido em combate (2008: 131). Para ele, essa distinção entre os que teriam sido abatidos na batalha e a população em geral é irrelevante, seja porque as forças sionistas consideravam “toda e qualquer aldeia como inimiga, seja ao se verificar que entre as vítimas de Deir Yassin havia 30 bebês”.

⁶⁹ Cf. artigos disponíveis em: <<http://www.deiryassin.org/denierspr-980309-99.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2012.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.deiryassin.org/denierspr-980309-99.html>. Acesso em: 23 de maio de 2012.

Para Benvenisti (2002: 114),

não há dúvida que o massacre de Deir Yassin merece ser caracterizado como limpeza étnica do tipo mais brutal e cruel. Essa vila, cuja população nos anos da guerra era de aproximadamente 700 pessoas, era essencialmente um subúrbio de Jerusalém e vivia em paz com seus vizinhos, judeus do subúrbio do lado oeste da cidade. [...] Com o surto de hostilidades, Deir Yassin e seus vizinhos judeus de Givat Shaul assinaram um acordo prometendo ser bons vizinhos. [...] O acordo foi aprovado pelo esquadrão da Haganah em Jerusalém. (*tradução nossa*)

Assim como ocorreu com Deir Yassin, a localização selou o destino de muitas outras aldeias. Dezenas situadas na costa leste e norte de Tel Aviv foram destruídas em 1948 pela Brigada Alexandroni (PAPPÉ, 2008: 183).

Na memória coletiva palestina sobre o massacre em Deir Yassin, consta que mulheres grávidas tiveram o ventre aberto à baioneta e jovens foram colocadas em um caminhão, expostas e humilhadas numa parada em Jerusalém. ROGAN (2012: 403) cita esse último episódio.

Abder Raouf Ibrahim Yusuf Misleh afirma:

Em Deir Yassin eles pegavam mocinhas, *amarrava* uma perna num tanque, num caminhão, *amarrava* a outra no outro caminhão, *abria ela* no meio. Massacraram a cidade inteira e depois, *pra* espantar, *pra* expulsar os palestinos das aldeias deles, começaram a mostrar fotografia das torturas, da selvageria e diziam no alto-falante: “Palestinos, *vai* embora daqui porque vai acontecer com vocês o que aconteceu em Deir Yassin.”

Segundo relatos dos palestinos, as táticas para aterrorizar a população incluíam atirar folhetos ou colá-los nas portas de suas casas, ameaçando cada família caso não deixasse suas propriedades em poucos minutos.

Tawfiq Abder Rahim afirma que

Propaganda tinha sido feita tanto por árabes quanto por judeus sobre aldeias como Deir Yassin e Qana, em que os palestinos sofreram massacres, estupros, sequestros. A resistência pediu que crianças, mulheres e velhos saíssem para evitar massacres. *(tradução nossa)*

Sobre o temor da violência sexual, Sa'di & Abu-Lughod apresentam a seguinte reflexão:

Paradoxalmente, a metáfora do estupro para incorporar a perda da Palestina parece representar uma resposta precoce e persuasiva a forçar o exílio e despossessão em massa. [...] Metáforas do estupro são usadas principalmente pelos palestinos para designar a perda da terra natal e mascarar a experiência do estupro. A alegoria da Palestina, a noiva virgem estuprada violentamente por um inimigo invasivo, complementa metáforas subsequentes do estupro usado para descrever a desapropriação e destruição dos vilarejos palestinos por Israel. (2007: 37)

A vida como refugiados

A maioria da população de Qaqun saiu com a roupa do corpo, não teve tempo de levar nada. Mesmo assim, muitos palestinos fizeram questão de carregar consigo a chave de suas casas, na esperança do retorno, como foi possível constatar em visitas a campos de refugiados na Palestina ocupada e na Jordânia, respectivamente em outubro de 2010 e maio de 2011. Os entrevistados para esta dissertação eram crianças em 1948 e não se lembram se os pais carregaram a chave.

Abder Raouf conta como foi a saída de sua aldeia e a luta por sobrevivência após o deslocamento:

Depois *daqueles* bombas que caíram no fim da tarde, a população começou a sair, a distância da próxima aldeia era de 1km, 1,5km. Saímos pensando que amanhã, depois que *acaba* o bombardeio, a gente *voltava pra* casa, mas nunca mais voltou. Meu pai chorava como uma criança e cantava, eu não esqueço nunca: “Minha casa, minha casa, um dia se eu volto lá, eu pintarei você como uma noiva.”

Quando saímos, fomos *numa* aldeia chamada Balaa. Saímos sem nada, nada, nada, única coisa que minha mãe carregou foram as joias dela. A única coisa que salvou *nós pra* não passar fome é que foi *instituído* pela ONU *um* organização humanitária *pra* distribuir comida *pra* os refugiados palestinos e uns campos com tendas de lona. [...] Nós não ficamos *nessa* campo, porque nós *tinha* uma tia, um tio que *morava nessa* aldeia na montanha, *na* leste de nossa cidade, que não foi invadida em 1948 porque era nas montanhas. Os casados, cada um achou um lugar, só um irmão meu casado, o mais velho, morou em campo de refugiados. Nós fomos para Balaa, meus tios *tinha* uma casa grande e a gente se acomodou lá. *Pra* gente sobreviver, esse meu tio, minha tia tinham plantação. A ajuda humanitária da ONU correspondia a um dólar para cada palestino por mês. Era distribuído por mês 1kg de feijão, 1kg de farinha, um pedacinho de sabão, 200g de óleo de soja. Cada família, nós por exemplo *tinha* cinco mais minha mãe e meu pai, então a gente chegava lá, fazia uma fila *pra* receber aquele mínimo de mantimento para matar a fome.

Minha família tinha plantação de milho branco em Qaqun, perto da fronteira, em um vale. A gente usava aquele milho *pra* dar *pros animal*. [...] Meu irmão mais velho, *pra* gente não morrer de fome, disse: “nós vamos tentar tirar essa plantação de lá, cortar *ele*.” Ele avisou os irmãos, avisou todo mundo, a família: se a gente começar a cortar agora, os judeus não vão atacar porque eles vão

esperar que todo mundo *começa* a entrar *pra* matar mais. Então a primeira noite nós levamos 25 empregados mais sete, oito irmãos com dois caminhões estacionados dentro do vale, que quando não *tava* chovendo era um buraco só. Nós conseguimos recolher quase cinco caminhões em *dois* noites e aquele milho, mais o dote que a minha mãe tinha de ouro quando casou, salvou a minha família. [...] Com *aquela* lá, cada um de nós, eu lembro como se fosse hoje, cada um conseguiu sete sacos de milho de 50kg e nós vendemos aquele milho e começamos a trabalhar no comércio. Com 12, 13 anos eu levantava cinco horas da manhã, pegava o burro, colocava fruta e legumes em dois cestos em cima dele e levava *pra* cidade de Nablus *pra* vender *pra* mais tarde a gente levar alguma coisa *pra* comer. [...] Todos os meus irmãos trabalharam dessa maneira. A única família que conseguiu tirar da nossa terra todo o milho que plantou foi a minha, porque depois de uma semana, todos os aldeões viram que nós trouxemos bastante milho e começaram a entrar lá *pra* cortar na terra dele, *pra* se salvar. Aí os judeus começaram a bombardear, começaram a matar, muita gente morreu cortando milho *dele pra* levar *pra* família dele *pra* comer, não é um, dois. Fizeram como se fosse uma armadilha: deixa entrar primeiro, quando entrar bastante, nós vamos matar mais. [...]

Depois que meu pai morreu, dois irmãos meus vieram *pro* Brasil e depois eu vim, por causa das dificuldades, para mandar dinheiro *pra* família sobreviver. Eu tinha 21 anos de idade. Eu tinha dez dólares no bolso e uma pequena mala, praticamente vim com a roupa do corpo, em uma viagem de 12 dias de navio. Meu plano era voltar para a Palestina em poucos anos, mas não consegui... Nunca ninguém voltou, porque *a* drama *tava tudo* construído, isso que aconteceu. Essa aqui é uma parte pequena *da* drama palestino.

" Z "

المملكة الاردنية الهاشمية
THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN

وزارة الصحة
MINISTRY OF HEALTH

شهادة ولادة
CERTIFICATE OF BIRTH

نموذج صفة رقم (٩٦)
P.H. Form No. (96)

خرفة ٢٨٦٧٤٨

رقم سجل الولادة ٥٠ / ٥٣٧
Serial No. in Register

تاريخ الولادة ١٩٥١ / ٩ / ٢٧
Date of Birth

اسم المولود عبد الرؤوف
Name of Infant

اسم الوالد ابراهيم يوسف مصطفى
Name of Father

اسم الأم سعاد عيسى شحاته
Name of Mother

عنوان الوالدين الدائم قاشوت
Permanent address

اسم الطبيب المولد او القابلة زينة فؤاد
Name of Doctor or Midwife attending Birth

اسم الشخص المخبر عن الولادة زينة فؤاد
Name of Person Notifying Birth

تاريخ التسجيل ١٩٥١ / ١٠ / ٢٤
Date of Registration

توقيع ومنصب الموظف الذي سجل الولادة
Signature and Designation of Official registering Birth

الرسم المدفوع فلسين
Fees Paid

تاريخ الشهادة ١٩٥١ / ١٠ / ٢٤
Date of Certificate

المركز فوشة
Place

مكان الولادة مكان ام انق
Place of Birth

ذكر أم أنقى ذكر
Sex

سنه ١٩٥١
Age

سنة ١٩٥١
Age

جنسية الاب فلسطينية
Nationality of Father

منطقة الأب سنه
Religion

منطقة الأب سنه
Occupation of Father

توقيع طبيب الحكومة والاطام الرسمي
Signature of Medical Officer

A vida de Tawfiq Abder Rahim e sua família também foi totalmente transformada:

No outro dia, fomos para as montanhas, ficamos embaixo de árvores. Quem tinha parentes ou amigos em outras aldeias, foi recebido. A população se espalhou. Fomos para Tubas, no norte de Nablus, em que amigos do meu pai nos receberam. Não íamos ficar vivendo o resto da vida na casa dos outros. Fomos para Faro'un, no sul de Tulkarm, onde estudei o ginásio. Em 1949, a ONU veio e montou campos de refugiados. Saímos da cidade e fomos morar no campo. Eu, minha mãe e meus dois irmãos recebemos uma tenda de 15 metros quadrados com um pedaço de pau no meio. Os palestinos tiveram que sair de suas casas, seu aconchego, suas plantações. Tinham trigo, comida, bens, azeites, cabras, ovelha, tinham tudo o que precisavam. Tudo isso não existia mais. Na tenda de 15 metros quadrados, tínhamos que esperar para receber o pão da ONU e da Cruz Vermelha, assim como a distribuição de azeite, trigo, açúcar e arroz. A Cruz Vermelha inicialmente entregava os mantimentos, depois a ONU mudou a forma como recebíamos os mantimentos. Ficávamos em filas, como mendigos, o que destruiu nosso orgulho humano. Éramos tratados como animais. Na nossa cidade, vivíamos felizes, alimentados, com dignidade. Não precisávamos de nada, tínhamos o suficiente. No campo, passamos fome, ninguém olhava para a gente, só recebíamos ajuda humanitária. O trigo,

açúcar, arroz não eram suficientes. Recebíamos apenas alguns pedaços de sabonete. Tínhamos que sobreviver conforme a pena que tinham da gente. Abriram escolas, então fui estudar. Mas a ONU abriu três classes, de primeira, segunda e terceira séries. Alunos da sétima série foram obrigados a voltar para a terceira série. A ONU dizia que não podia abrir outra sala de aula. Como assim? Palhaçada! Depois, montaram outro campo, num acordo do governo jordaniano com a ONU, em que pude completar o segundo grau. Nesses campos, passamos frio, calor, fome, humilhação. Quem é responsável por isso? O povo palestino provou do amargo e do amargo. Passamos o inferno, mas suportamos, aguentamos. Li numa entrevista de um jornalista libanês que a ONU dava a cada um 1,5 dinar jordaniano por mês. Com toda essa dificuldade, suportamos e tiramos água de pedra. Esse povo se viu convicto a aprender, se educar, resistiu e afirmou sua existência. Um dia na minha aldeia vale por tudo o que a ONU nos ofereceu nesses 63 anos. Nos deixem em casa e Deus vai premiar vocês. Não queremos nada de vocês. A tragédia palestina não foi provocada pelo povo palestino, a responsabilidade é de toda a humanidade. Todo mundo tem que ser julgado por esse crime, esse povo tem uma história, sua cultura compõe a da humanidade. É a terra dos mensageiros, sagrada, dos escritos. A humanidade tem que ser julgada por esse crime, por nos colocar como objetos numa estante. Sofremos muito, mesmo aqueles que saíram, se educaram, enriqueceram, viveram em outra sociedade, têm a alma palestina. É a terra dos nossos avós, nossos pais morreram com um grande vazio. Quem vai devolver o orgulho vazio de nossos pais? Minha terra, minha terra... Se me derem todo o mundo, não aceito, só a minha terra... Saímos há 63 anos, três irmãos, e há duas semanas enterramos um deles, o do meio⁷¹. O último tinha uma casa boa na região de Amman, mas o olhar dele seguia a Palestina. Conheci um *sheik* aqui em Baqaa que não se sentava entre as pessoas senão com o rosto virado para a Palestina. Morreu, e com ele seu sonho. Eu fui para a Palestina, andei que nem um louco entre Haifa e Jaffa questionando, pensando. O povo judeu tem mais direito do que nós sobre a Palestina? A Palestina é um nome e um corpo, uma coisa amável que jamais se esquece. A Palestina é diferente, se eu usar o mesmo forno em outro lugar, o gosto é diferente. A Palestina é sagrada. Tudo na Palestina é lindo. Deus vai ter que nos ajudar. (tradução nossa)

⁷¹ Entrevista feita em novembro de 2010.

Abaixo, imagens de Tawfiq e do local onde vive hoje:

Foto: Tawfiq Abder Rahim com suas netas no campo de Baqaa, onde vive com a família atualmente. (novembro 2011/Stela Carvalho)

Foto: Campo de refugiados de Baqaa, em Amman, na Jordânia. (novembro 2011/Stela Carvalho)

A foto de Tawfiq com a família indica o sentimento de pertencimento e preservação da identidade palestina através das gerações. As netas de Tawfiq nasceram no campo de Baqaa, nunca pisaram na terra de origem de seu avô. Um delas (ao centro) carrega em seus ombros um lenço com as cores da bandeira palestina.

No refúgio, sentimentos e dificuldades semelhantes são descritos por Abu Adnan:

Eu não voltei à minha aldeia, mas algumas pessoas voltaram – elas se esgueiraram noite adentro para coletar alguns de seus pertences. Nós não carregamos nada conosco de nossas roupas – deixamos tudo. Deixamos nosso dinheiro e nossa terra.

Muitos refugiados viveram em cavernas e barracas. As barracas eram quentes no verão e miseráveis no inverno. Não havia água, eletricidade ou banheiros; o esgoto era aberto. Chovia sobre as pessoas no inverno e algumas vezes nevava. Então a UNRWA construiu algumas unidades para os refugiados... Cada família tinha uma, mas nós não tivemos suprimento de eletricidade até 1963. Algumas doações vinham aos campos de ocidentais, mas nós não tínhamos suprimento de água encanada – nós tínhamos que fazer um grande esforço carregando água até que um foi instalado. Mesmo quando tínhamos um suprimento de eletricidade, o povo era pobre demais para pagar por ele, ou por tratamento médico.

Após a guerra de 1967, eu fui trabalhar em Israel, que era Palestina, mas eu não fui visitar minha aldeia. Meus pais também não a visitaram até este dia. Sonhei que estava indo até lá e a vendo livre da ocupação. Eu estaria preparado para caminhar por lá – não demoraria mais de um dia. Eu conheço a estrada; levaria apenas algumas horas para chegar lá.

Nós mantemos contatos com nossos vizinhos que se tornaram refugiados. Eles foram para lugares diferentes – alguns para o Kuwait, outros para outros lugares no Golfo e na Jordânia.

Quanto a nós, bem, a primeira vez que saímos fomos para a aldeia de Shweikeh, próxima a Tulkarm. Então fomos para a aldeia de Burqa e ficamos lá por dois anos. Pessoas de lá nos ajudaram, mas não havia trabalho. Nós ficamos com amigos de meu pai por sete meses. Eles tomaram conta de nós, mas nós tínhamos que continuar procurando trabalho. Nós mudamos para Tulkarm por três anos. A vida era difícil: não havia agricultura por lá. Nós existíamos, porém não vivíamos; tínhamos que depender da UNRWA por comida, e só sobrevivíamos pelo que pegávamos deles.

Então nos mudamos para Nablus e ficamos por lá até 1960. Nós ficamos na Cidade Velha, onde não havia eletricidade e nós realmente não podíamos dar conta do aluguel do apartamento. Nós tivemos que esperar até 1965 por trabalhos na cidade, depois que as pessoas começaram a se mudar para o Golfo Árabe para

trabalhar. Muitos morreram no deserto, mas aqueles que conseguiram chegar ao Kuwait eram capazes de prover às suas famílias um subsídio mensal. Isso permitiu às pessoas construírem suas casas e melhorarem sua condição de vida na Cisjordânia. A situação continuou assim enquanto estávamos sob o domínio da Jordânia, até 1967, quando vimos a milícia judaica que se tornou exército israelense ocupar o resto da Palestina. Em 1967, a ocupação israelense abriu sua administração civil e impôs tributos a nós. Eles atacaram o negócio, as companhias, lojas e armazéns e isso afetou a vida sob ocupação. Muitas pessoas eram detidas, então pessoas começavam a trabalhar em Israel como empregadas. Elas iam trabalhar em suas terras, mas não como proprietárias, e sim como empregadas. (tradução nossa)

No site *Alakhbar English*⁷², consta que na parede da casa de Abu Adnan tem um mapa detalhado da vila de Qaqun cobrindo uma parede:

Abu Adnan está diante dele e aponta para sua casa, seus vizinhos, a escola. Ele nos mostra o caminho que costumava fazer para vender sua colheita dos pomares na cidade costeira de al-Khudeira. Ele continua olhando para o mapa, e lembra os últimos dias em sua aldeia: "As cidades costeiras foram caindo uma após a outra, até que foi a nossa vez. Nos escondemos nos pomares assistindo as batalhas entre o exército iraquiano e os rebeldes, de um lado, e as gangues sionistas do outro, até que a notícia da derrota chegou a nós. As laranjas de nossos pomares eram mais do que suficientes – hoje, pedimos por nossa comida. Simplificando, essa é a nossa história." Ele acredita que foi a liderança árabe que os traiu. "Os soldados iraquianos eram ferozes [...]", disse. "Mas havia pouco que pudessem fazer." Não tinham ordens.

Sobre o direito de retorno, não há o que questionar: "Se eles me dessem todos os tesouros deste mundo, em vez de um pequeno pedaço de terra da Qaqun, eu recusaria." [...] (tradução nossa)

Ao término da segunda fase da limpeza étnica, em que se insere a tomada de Qaqun, o problema dos refugiados era gritante. A ONU aprovou em 11 de dezembro de 1948 a Resolução 194, que lhes asseguraria o direito de retorno, bem como a seus descendentes – determinação reiterada centenas de vezes naquele fórum desde então. No ano seguinte, foi criada a já citada *United Nations and Relief and Works Agency for Palestine Refugees* (UNRWA), a agência das Nações Unidas para assistência aos refugiados palestinos. Hoje a UNRWA contabiliza entre seus assistidos mais de 5,1 milhões, em campos na Jordânia, Líbano, Síria e nos territórios da Cisjordânia e Gaza, ocupados militarmente por

⁷² Disponível em: <<http://english.al-akhbar.com/content/stories-nakba-memories-stolen-lives>>. Acesso em: 28 de julho de 2013.

Israel em 1967. Dados de 1998 indicam que havia 14.034 refugiados palestinos oriundos de Qaqun⁷³.

Mapa 4 - Direção seguida pelos palestinos deslocados de áreas urbanas e rurais no período.

⁷³ Disponível em: <<http://www.palestineremembered.com/Tulkarm/Qaqun/index.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Qaqun depois de 1948

Além do Kibbutz ha-Ma'pil, em 1949, três outros foram fundados em terras do vilarejo: Gan Yoshiya, 1km ao sul da vila; Ometz, 1km ao norte do local; e 'Olesh, 4km a sudoeste. Channi'el foi construído em terras da aldeia em 1950. Construído no começo desse último ano, Yikkon serviu como acampamento de trânsito para os novos imigrantes judeus. Já Burgeta, erguido em 1949, está a 5km a sudoeste, porém não em terras de Qaqun (KHALIDI, 2006: 560). Na imagem abaixo, é possível observar a localização desses assentamentos:

Fonte: <<http://www.palestineremembered.com/Tulkarm/Qaqun/SatelliteView.html>>.

Acesso em: 12 de agosto de 2013.

De acordo com Walid Khalidi (2006: 560),

A fortaleza ao topo da colina, um poço que havia pertencido à família de Abu Hantash [um dos moradores] e um edifício escolar são tudo o que resta da vila. A fortaleza é cercada por escombros de pedra e restos das casas, e o edifício escolar ainda é usado como escola pelos israelenses. Cactos e uma velha amoreira crescem ao sul da colina. As terras adjacentes são cobertas por pomares. Em adição, algodão, pistaches e vegetais crescem nessas terras. Há uma fábrica israelense de processamento de forragem, a nordeste do local do vilarejo. (*tradução nossa*)

Ainda conforme esse autor (Idem), “as ruínas da fortaleza dos Cruzados/mameluca e da mesquita mameluca, assim como fragmentos arquitetônicos de outras estruturas, podem ser vistos ainda hoje”.

Nessa área, encontra-se o Parque Nacional de Kakun [Kakun National Park]. Embora conste essa grafia na placa à entrada do parque, o local é denominado Fortaleza de Qaqun no *site* do Departamento de Conservação da Autoridade de Antiguidades de Israel, responsável por preservar o patrimônio arqueológico de Israel e sua herança cultural⁷⁴. Ali, consta a informação de que projetos de reabilitação do local estão em curso. “Há ruínas que datam das épocas dos cruzados, mamelucos e otomanos.”⁷⁵

Filho de argentinos de origem judaica que imigraram em 1960 para Israel em busca de melhores condições de vida, Eitan Bronstein tinha cinco anos quando passou a viver no Kibbutz Bahan, entre Tel Aviv e Haifa, perto de Qaqun. Ele conta que brincava nas ruínas da aldeia:

Diziam que lá havia sido uma fortaleza dos Cruzados. Nunca, na infância, tinha ouvido falar que ali fora uma aldeia palestina, que ali existiram palestinos.⁷⁶ (*tradução nossa*)

Em *sites* de agências de turismo de Israel, também consta essa informação, bem como de que o local foi capturado pelo exército iraquiano

⁷⁴ Disponível em: <http://www.iaa-conservation.org.il/Projects_Item_eng.asp?site_id=39&subject_id=11&id=69>. Acesso em: 5 de

agosto de 2013.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Entrevista realizada por *skype* em maio de 2013.

durante a “guerra da independência e tomado pelas Forças de Defesa de Israel em 5 de junho de 1948”⁷⁷.

Meron Benvenisti (2002: 302) explica que

[...] a rotina de associação de estruturas monumentais com os Cruzados é a geralmente aceita não apenas em guias para o público em geral como também na pesquisa. Autores descrevem as ruínas antigas encontradas nos destroços da vila abandonada e as identificam como sítios do tempo das “Cruzadas”, mesmo que no corpo da pesquisa eles cautelosamente as declarem com “muitos vestígios estruturais primitivos... datados da Idade Média e períodos posteriores”. E de fato, de acordo com fontes históricas, a fortaleza de Qaqun, assim como a mesquita, o centro administrativo e o mercado amplo foram construídas pelo sultão mameluco Ruqn al-Din Baybars, entre 1267 e 1271. É impossível diferenciar partes do sítio que foram das Cruzadas daquelas que foram Mamelucas, já que foram construídas no mesmo período, no mesmo estilo arquitetônico e a partir dos mesmos materiais de construção. Mas esse importante detalhe não desencorajou aqueles que conduziram a pesquisa – e outros acadêmicos que contribuíram – em classificar o sítio como um “bastião Cruzado”²¹. Os vestígios dos “períodos posteriores”, ou seja, dos moradores da aldeia de Qaqun, onde habitações árabes permaneceram intactas até 1948, não foram considerados dignos de estudo arqueológico. (*tradução nossa*)

Na sua análise, essa associação é feita para “erradicar os traços de uma civilização inteira” e reforçar a “conveniente escolha de uma narrativa histórica”:

No contexto israelense, é preferível imortalizar aqueles que exterminaram comunidades judaicas da Europa (nos séculos XI e XII) e mataram os judeus de Jerusalém em 1099 do que preservar relíquias da civilização árabe local com que os israelenses hoje têm supostamente a obrigação de coexistir. As estruturas dos Cruzados, ambas autênticas e fabricadas, emprestam a europeus uma paisagem romântica, onde as construções árabes destroem o mito de uma terra ocupada sob domínio estrangeiro, esperando a liberação das mãos dos judeus retornando de suas terras. E se é impossível apagar os restos físicos, pelo menos é possível atribuir a eles algo diverso – “Cruzados, Mamelucos, ou Otomanos”. (*Ibidem*: 303) (*tradução nossa*)

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.israeltraveler.org/en/site/kakon-national-park>>. Acesso em: 5 de agosto de 2013.

Pesquisando na internet, segundo relata Eitan Bronstein, ele descobriu que Qaqun havia sido uma vila palestina, destruída em 1948. O impacto da revelação o inspirou a criar a organização Zochrot em 2002, que se dedica a resgatar a memória de aldeias palestinas. Um dos seus trabalhos é renomear as vilas, incluindo a denominação original em árabe. Na foto abaixo, ele retira a bandeira de Israel de Qaqun:

Foto – Eitan Bronstein retirando a bandeira de Israel de área onde se localizava Qaqun, transformada no parque nacional. (*Arquivo pessoal*)

Em sua descrição da ação, gravada em vídeo⁷⁸, ele afirma que essa bandeira “representa a ocupação” e Qaqun tem um significado pessoal para si, por ter passado sua infância brincando em suas ruínas. Dedica a ação a um amigo palestino que vive em Chicago, chamado Salah Mansour, cujo pai nasceu em Qaqun.

Kakun National Park foi estabelecido nas terras da aldeia. Abaixo, imagens do local⁷⁹:

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.palestineremembered.com/Tulkarm/Qaqun/Story12046.html>>. Acesso em: 27 de julho de 2013.

⁷⁹ Fotos tiradas por mim em outubro de 2010.

A primeira foto indica a localização do parque. A segunda e a terceira, sua entrada, e a quarta, as ruínas vistas no local ainda hoje.

Mudando a paisagem

Dezenas de aldeias na Palestina deram lugar a parques e bosques com espécies não nativas (PAPPE, 2008: 299 e 300). Segundo esse autor (2008: 296), o processo que classifica como “limpeza étnica” incluiu apagar quaisquer vestígios de sua existência anterior e reinventá-las sob outra forma. O historiador israelense revela que, nessa fase, nomes dos vilarejos foram mudados.

Segundo Benvenisti (2002: 11), a transformação foi objeto de ampla pesquisa. Foram formados “comitês para designação de nomes” por região para tanto. Ele cita, por exemplo, um cuja missão era renomear aldeias, montanhas, vales, estradas, áreas verdes na região do Al-Naqab (Negev), ao sul da Palestina histórica. Reunia inicialmente nove acadêmicos reconhecidos em seus campos de atuação, como arqueólogos, cartógrafos, geógrafos e historiadores. Em 18 de julho de 1949, eles se reuniram no escritório do primeiro-ministro David Ben-Gurion em Tel Aviv para organizar a tarefa. Na sequência, realizaram uma conferência que atraiu “centenas de participantes entusiasmados”. Segundo esse autor (2002: 11), incluindo altas lideranças políticas entre seus membros, “transcendia os limites dos campos de pesquisa, adquirindo praticamente um *status* oficial”. Entre seus objetivos, assinalava o desenvolvimento e avanço no “estudo da terra, sua história e pré-história, acentuando o aspecto da colonização e a conexão sócio-histórica entre o povo de Israel e a Terra de Israel (Eretz Israel)” (Idem; *tradução nossa*).

Assim, providenciariam documentação concreta para assegurar essa ligação. Em dez meses, tiveram resultados. Os mapas seriam fundamentais para inculcir no senso comum a ideia de que esses lugares teriam sido criados em áreas desoladas (BENVENISTI, 2002: 14). Em carta ao primeiro-ministro Ben Gurion, o Comitê para Designação de Nomes escreveu: “Nós somos obrigados a remover os nomes árabes por razões de Estado. Tal como não reconhecemos a propriedade política dos árabes sobre a terra, também não reconhecemos sua propriedade espiritual e seus nomes.” (Idem; *tradução nossa*)

Conforme Benvenisti (2002: 12), o trabalho começou ainda durante o mandato britânico, nos anos 1920, quando esses especialistas apontaram a importância ao mandato de assinalar os nomes hebraicos. Tentaram, assim, persuadir os britânicos a “restaurarem os nomes bíblicos no mapa do país em lugar dos árabes em uso”. A rejeição do mandato em atender esse pleito foi vista pelos sionistas como “um ato de discriminação antijudeus e uma derrota”. (Idem; *tradução nossa*) O trabalho então seguiu clandestinamente à época e mapas com as denominações em hebraico foram produzidos para servir às operações da Haganah. Eram considerados documentos da inteligência, altamente confidenciais.

Em 1946, arquivos da milícia sionista foram capturados pelo mandato britânico. “O Diretor da Divisão de Mapeamento do Mandato perguntou, com um piscar de olhos: Por que a Haganah precisa desenhar seus próprios mapas?. Era uma pergunta retórica.” (BENVENISTI, 2002: 13; *tradução nossa*) Esse autor escreve que “cartografia não é somente um instrumento de guerra; é uma atividade de supremo significado político” (Idem).

Pappé (2008: 298) utiliza o termo “memoricídio” para descrever esse trabalho. Assim como Benvenisti, afirma que foi realizado por um “comitê de nomes”, com o auxílio de arqueólogos e especialistas voluntários em estudos bíblicos, “cuja tarefa era hebraizar a geografia da Palestina”. Pappé também escreve que o trabalho começara em 1920, mas em julho de 1949 o grupo teria sido reconvocato por Ben-Gurion, que o converteu em uma subdivisão do Fundo Nacional Judeu (Idem).

Em princípio, a opção era por rebatizar a maioria dos lugares em referência direta aos nomes árabes (BENVENISTI, 2002: 17). Seriam ou transliteração para o hebraico, ou baseados na similaridade sonora com nomes antigos. Essa escolha, contudo, teria resultado em polêmica no Comitê para Designação de Nomes. Os contrários à preservação da raiz árabe lembravam que o objetivo era a hebraização. Declaravam serem esses “nomes primitivos”,

não somente sons estranhos aos nossos ouvidos, mas inexatos. Seus significados são obscuros e muitos são nada mais que nomes aleatórios de indivíduos ou epítetos de natureza depreciativa ou insultuosa. Muitos são ofensivos em seus sombrios e morosos significados. (2002: 17; *tradução nossa*)

A alegação dos que defendiam a recriação dos nomes, e não sua extinção, era de que, nesses casos, tinham ligações com os antigos hebreus. Mantê-los conforme a escrita hebraica seria uma forma de redenção (BENVENISTI, 2002: 19). De acordo com Pappé (2008: 298),

Como era inevitável, algumas aldeias palestinas descansavam sobre as ruínas de civilizações anteriores, incluída a hebraica, mas esse era um fenômeno limitado e nenhum dos casos implicados era inequívoco. Os sítios “hebreus” propostos remontavam a tempos tão antigos que havia poucas possibilidades de determinar sua localização de maneira apropriada, mas, como é óbvio, a razão para hebraizar os nomes das aldeias desalojadas não era acadêmica, mas ideológica. [...] O entusiasmo arqueológico por reproduzir o mapa do ‘antigo’ Israel basicamente não era outra coisa que um intento sistemático por parte de acadêmicos, políticos e militares de desarabizar o país: o objetivo não era apenas mudar seus topônimos e geografia, mas antes sua história. (*tradução nossa*)

Mesmo diante da controvérsia, ao final, alguns nomes permaneceram como transliteração do árabe ou mantendo a similaridade sonora. Outros baseavam-se em nomes bíblicos ou passagens líricas do livro sagrado – no total, 350 de 770 nomes de assentamentos judaicos (Nurit Kliot, Apud BENVENISTI, 2002: 34). Entre eles, Gan Yoshiya, cujo significado é Jardim de Josiah⁸⁰, como já citado, um dos estabelecidos na área onde antes ficava Qaqun.

Também fruto de debates no Comitê para Designação de Nomes, lugares foram ainda rebatizados com nomes de soldados mortos na “guerra da independência” e eventos como o Holocausto, visando a “modernização”, mediante o estabelecimento de uma conexão histórica. E “pelo menos 20% dos nomes pertenciam aos fundadores do sionismo, figuras públicas, líderes israelenses e pessoas que tinham dado contribuição significativa ao estado” (BENVENISTI, 2002: 35 e 36; *tradução nossa*).

⁸⁰ Conforme a Bíblia, Josiah seria Rei de Judá no século VII a.C. SAND, S. *A invenção do povo judeu* Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvirá, 2011, p. 222.

Em locais em que não se conseguia estabelecer qualquer conexão histórica, a escolha foi por “nomes simbólicos abstratos” ou “derivados da agricultura e natureza” (Ibidem: 32 e 34). Conforme Benvenisti (2002: 35), entre maio de 1948 e março de 1951, o comitê – vinculado ao FNJ – apresentou 200 novos nomes em toda a área em que se criara o Estado de Israel.

Quanto aos parques, Pappé lembra que o Fundo Nacional Judeu apresenta em seu *site* oficial esses lugares como atração turística⁸¹. A organização é denominada responsável pelo florescimento do deserto e a aparência europeia da paisagem:

Com orgulho proclama que esses bosques e parques se levantam sobre “zonas áridas e desérticas”: “os bosques e parques de Israel nem sempre estiveram ali. Os primeiros colonos judeus que chegaram ao país ao final do século XIX encontraram uma terra desolada.” (PAPPÉ, 2008: 302) (*tradução nossa*)

A paisagem havia se transformado totalmente. Conforme Benvenisti (2002: 309 e 310), somente com grande dificuldade um refugiado palestino poderia identificar seu local de origem depois de mais de 50 anos:

Um refugiado da aldeia de Qaqun conta: “Quando eu estive [lá] para visitar depois de 1967, eu não podia dizer exatamente onde tinha sido nossa casa... Eu era capaz somente de dizer aproximadamente, que nossa casa era localizada em uma área particular, porque havia uma amoreira grande perto da casa.” (*tradução nossa*)

Benvenisti (Ibidem: 310) conclui:

A identificação de aldeias árabes tornou-se um exercício botânico. A silhueta das aldeias estava preservada por cercas de cactos, o crescimento selvagem de árvores frutíferas, certas variedades de gramíneas e espinheiros que prosperavam nas ruínas de sítios desabitados, onde a terra tinha sido fertilizada pelos restos animais e humanos. (*tradução nossa*)

As representações sobre Qaqun e as transformações ali havidas após a *Nakba*, bem como a omissão sobre a existência de palestinos na aldeia até 1948 e os relatos dos seus antigos habitantes apontam para o que Edward Said (1935-2003) define como orientalismo. O conceito já foi explicitado brevemente na

⁸¹ Disponível em: <<http://www.jnf.org>>. Acesso em: 29 de julho de 2010.

Parte 1 deste trabalho. Algumas afirmações e ações de lideranças sionistas, como apresentado anteriormente, indicam a distinção que faziam entre si e os habitantes nativos.

Em suas narrativas constantes deste trabalho, os palestinos originários de Qaqun revelam o desprezo, abandono, negação a que foram submetidos. “Venderam nós como *vende* animais, um burro, uma vaca”; “eles queriam limpar toda a população de nosso vilarejo”; “ninguém olhava para a gente”; “como objeto numa estante” são alguns dos trechos que permeiam o sentimento expresso por eles. Refletindo a perspectiva orientalista apontada, os palestinos de Qaqun - e das demais aldeias - foram transformados num “não povo”. Decorrência direta de sua desumanização foi a “limpeza étnica” planejada e levada a cabo em 1948 (PAPPÉ, 2007: 171 e 175).

Os orientalistas tiveram papel fundamental também na reinvenção das aldeias destruídas durante a chamada *Nakba*. O processo de “limpeza” incluiu apagar quaisquer vestígios de sua existência anterior e reinventá-las sob outra forma (PAPPÉ, 2008: 296).

Ahmad H. Sa’di e Lila Abu-Lughod (2007, p. 13) destacam:

Se a mais distintiva medida da memória social palestina é a produção sob constante ameaça de apagamento e na sombra de uma narrativa e força política que a silencia, uma das mais características qualidades [...] é sua orientação para o lugar. Para os palestinos, os lugares do passado pré-*Nakba* e sua terra têm um peso extraordinário. Não são simples lugares da memória, mas símbolos de tudo que tem se perdido e sítios de saudade aos quais o retorno é barrado. (*tradução nossa*)

Os autores argumentam que essa concepção norteia a visão lírica e mesmo poética das aldeias até 1948, que domina as narrativas dos palestinos, como apontam os relatos dos palestinos de Qaqun. Para Rochelle Davis (2011: 25), o significado da palavra “nostalgia” é muito próximo ao caso palestino. Ela ensina que o termo “nostalgia é pseudogrego e foi cunhado em 1688 por um médico suíço, Johannes Hofer, para descrever ‘a triste lua proveniente do desejo de retorno à terra natal’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte desta dissertação, apresentei conceitos, citações e revisão bibliográfica com o objetivo de descrever brevemente as origens do sionismo e da chamada *Nakba* de 1948. Com esse recorte temporal, na Parte 2, debrucei-me sobre a história e as memórias de Qaqun. Tanto autores pesquisados quanto o estudo de caso apontam para um processo violento de ocupação da aldeia, organizado e deliberado. Segundo Ilan Pappé afirma em entrevista a esta dissertação, realizada por *e-mail* em abril de 2013, Qaqun foi incluída na área em que estavam previstas operações relativas ao Plano Dalet, mais especificamente no que denomina segunda fase da limpeza étnica (entre maio de 1948 e janeiro de 1949). A aldeia é citada nominalmente entre as operações designadas à Brigada Alexandroni no Plano Dalet.

Pelo que foi possível observar no texto desse plano, esse não é apresentado como de limpeza étnica. Mas autorizava literalmente operações militares ao cerco e destruição de aldeias palestinas, bem como bombardeios iniciais nos centros dos vilarejos e a expulsão de sua população caso houvesse resistência local.

Como indicado neste trabalho, o Plano Dalet é uma evolução de outros três. Enquanto os primeiros são apresentados com o objetivo de contra-ataque e retaliação às forças árabes, no Dalet, o objetivo alegado é garantir e defender as fronteiras do futuro estado judeu, além de ganhar o controle das áreas de assentamento e concentração judaica “localizadas fora das fronteiras [do estado judeu] contra forças regulares, semi-regulares e pequenas operando nas bases fora e dentro do estado”⁸². O texto relativo aos dois últimos inclui a prisão, expulsão ou “danos físicos” às lideranças árabes e àqueles que lhes dessem abrigo. O Plano Dalet seria colocado em execução assim que os britânicos abrissem mão do mandato na Palestina e sob a garantia de que não haveria forças internacionais presentes no território. Nesse, são descritas as forças

⁸² Cf. Anexo 2

árabes que se esperava encontrar em aldeias listadas e incluídas nas operações previstas. Portanto, o texto – assim como os dos planos precedentes – indica que a resistência não era desconhecida das lideranças sionistas. Assim, ao incluir medidas como a destruição de aldeias e expulsão da população local em caso de resistência, avalizava e abria caminho ao projeto de transferência populacional idealizado pelas lideranças do movimento, conforme apontado por autores como Nur Masalha, Walid Khalidi e Ilan Pappé. Transferência que seria, na ótica desses historiadores, um eufemismo para o plano deliberado de limpeza étnica ao estabelecimento de Israel como um estado judeu. O termo é utilizado pelos autores com base em sua definição. Seu uso não se invalida pelo fato de o Plano Dalet descrever as ações como retaliação em caso de resistência. Como descrito na Parte 1 deste trabalho, segundo informe da Organização das Nações Unidas (ONU) que conceitua “limpeza étnica”, “represálias, retaliação e vingança” não constituem justificativa legal para a violação de leis internacionais e Convenções de Genebra.

Os relatos dos palestinos oriundos de Qaqun dão indícios de que a utilização do termo “limpeza étnica” se adequa ao caso. Eles descrevem o cerco, bombardeios nas áreas centrais e a expulsão violenta a que foram submetidos. Essas narrativas vão ao encontro das operações descritas no Plano Dalet. Os habitantes de Qaqun também falam sobre a propaganda feita antes para atemorizar os habitantes locais e levá-los a deixar a aldeia. Propaganda mencionada no Plano Gimmel.

Indicadas nesta dissertação, a descrição sobre a tomada de Qaqun, bem como as tentativas de apagamento da memória resultaram não somente na mudança da paisagem, mas da sociedade. O sentimento dos palestinos que ali viviam – e compartilham suas memórias conosco – é de que foram tratados com desprezo e desumanidade. Citações de sionistas apresentadas ainda que brevemente na Parte 1 corroboram a ideia de superioridade em relação aos nativos da aldeia. Ideia que teria permeado o discurso, ações e pensamentos das lideranças do movimento. Essa visão vai ao encontro do que Said denominou

orientalismo. No caso, os “orientais” seriam os palestinos árabes; os “ocidentais”, os imigrantes que viriam a compor o Estado de Israel.

Em *sites* e publicações sionistas, a existência de palestinos em Qaun ainda hoje é invisibilizada. Ao citarem o que se passou na aldeia em 1948, falam em “guerra vitoriosa” contra o exército iraquiano. Apesar dos inúmeros documentos apresentados pelos “novos historiadores israelenses”, no geral, a narrativa tradicional ainda permanece, como afirma Nur Masalha na Parte 1 deste trabalho. Os documentos e memórias dos palestinos de Qaun, nesse sentido, são fundamentais para desconstruir essas representações.

Em seus relatos, esses palestinos apresentam um estilo de vida e um lugar ideais, dos quais foram arrancados para viver da ajuda humanitária. A concepção romantizada, assim, os manteria conectados com a terra, com sua identidade perante o mundo no presente (DAVIS, 2011: 25). “As aldeias se tornariam um passado a ser resgatado e preservado na forma de histórias, mapas, fotografias, árvores genealógicas e poemas” (Ibidem: 58) Memórias transmitidas de geração para geração.

Em seu *A questão da Palestina*, Said (2012: 9) considera a questão palestina o confronto entre uma “afirmação” e uma “negação”, entre “uma presença e uma interpretação, em que a primeira parece ser constantemente subjugada e erradicada pela segunda”. O autor define o termo “questão”:

Por exemplo, alguém conclui uma pesquisa sobre a atualidade, dizendo: “E agora chegamos à questão X.” O ponto aqui é que “X” constitui um assunto isolado dos demais, que deve ser tratado à parte. Em segundo lugar, usamos a “questão” em referência a algum problema de longa data, particularmente difícil de tratar, persistente [...]. Em terceiro lugar, e mais raramente, podemos empregar a locução “a questão” para sugerir que o *status* daquilo a que ela se refere na frase é incerto, questionável, instável [...]. O uso de “a questão” em associação com a Palestina implica todos esses três significados. (Ibidem: 4)

A história não se esgota em 1948. Embora não seja objeto desta dissertação, parece importante lembrar que em 1967, na chamada Guerra dos

Seis Dias (de 5 a 10 de junho), Israel derrotou exércitos árabes ainda em terra e tomou o restante da Palestina. Além dos 78% já sob seu domínio, ocupou a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental – afora a síria Golã e o egípcio Sinai, este último devolvido nos acordos de Camp David em 1979. Um processo que levou a novas expulsões (HOURANI, 2007: 540). A colonização e anexação de terras por Israel segue na atualidade, em detrimento de convenções, leis internacionais e resoluções da Organização das Nações Unidas. Em decorrência dessas ações, reunido na África do Sul entre 5 e 7 de novembro de 2011, o Tribunal Russell sobre a Palestina concluiu que o regime ali instalado é de *apartheid*, aos moldes do que ocorreu até os anos 1990 no país que sediou o encontro. Fundamentou-se na lei internacional para fazer tal afirmação⁸³.

A “limpeza étnica” continua ainda hoje, como denunciam alguns historiadores, entre eles Pappé, em entrevistas e publicações. Em visita aos territórios palestinos ocupados em outubro de 2010, presenciei situações que, no meu ponto de vista, ilustram essa afirmação. Como exemplo, cito o que vem ocorrendo em bairros de Jerusalém Oriental, como Silwan. Na localidade, a ordem naquele ano era de demolição de 1.500 casas de palestinos para a construção do Parque Nacional Rei David. Ali teria nascido há 4 mil anos o “rei dos judeus”, que daria nome ao parque, o que tem sido questionado por autores como Shlomo Sand (2011: 16), para quem essa história faz parte do conjunto de mitos que sustentou – e sustenta – o projeto sionista. Em 2010, os muros já cercavam o local.

Para pôr fim à contínua colonização e se obter uma solução justa à questão palestina, entendo que o reconhecimento histórico do que aconteceu em 1948 naquelas terras é fundamental – concordando, portanto, com autores como Pappé e Khalidi. Acredito que é preciso compreender esse momento constitutivo da história moderna local para colaborar com a transformação da realidade.

⁸³ RUSSELL Tribunal on Palestine. Disponível em:

<<http://www.russelltribunalonpalestine.com/en/sessions/south-africa>>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

Ciente da importância da memória para tanto, o israelense Eitan Bronstein, que brincava nas ruínas de Qaun, batizou sua organização de Zochrot, em hebraico “lembrando” ou “aqueles que lembram”:

Zochrot foca na *al-Nakba*. [...] Zochrot acredita que não pode haver paz verdadeira e reconciliação entre judeus e palestinos na região até que os judeus aceitem a responsabilidade pela criação do problema dos refugiados.

Não tive aqui a pretensão de esgotar o tema. Espero, sim, ter contribuído para que mais pesquisas sejam feitas, dando voz aos palestinos e que, com isso, finalmente haja o devido reconhecimento histórico do que ocorreu na Palestina.

ANEXO 1

Texto do Plano Gimmel (Plano C)

Maio de 1946: Seção de Contramedidas

A. O objetivo de um contra-ataque é atacar cada fonte no início de uma revolta árabe para dissuadir os instigadores de incidentes e prevenir a participação e apoio das massas árabes. Vigorosos e severos golpes servirão para identificar e isolar os elementos ativos.

B. Devido à dificuldade em atrair diretamente as forças árabes ativas enquanto realizam suas atividades, nossas contramedidas serão adotadas principalmente sob a forma de operação de retaliação. *Como todas as operações de retaliação, nem sempre serão direcionadas somente contra os executores de uma ação particular, mas também visarão outros grupos ativos ou aqueles que lhes fornecem assistência.*

C. Contra-ataques precisam ser apropriados a cada operação que levou à retaliação. Esses ataques precisam ser tão imediatos quanto possível e *precisam afetar áreas extensas*. As razões para a retaliação precisam ser detalhadas plenamente aos árabes, usando todos os meios de comunicação disponíveis: folhetos, anúncios, transmissão por rádio etc.

D. Preferencialmente, essas operações devem atingir a retaguarda árabe, a fim de minar seu senso de segurança.

E. Contra-ataques precisam ser divididos em dois tipos: operações de advertência e operações de ataque.

Operações de advertência virão em resposta às operações árabes limitadas ou simples, e seu objetivo serão avisar os árabes sobre *o que podem esperar no futuro (grifo nosso)*. Essas operações serão executadas principalmente na mesma área em que os árabes atuavam, mas precisam ser acompanhadas por ampla cobertura de mídia.

O objetivo das operações de ataque será punir sérias operações realizadas contra nós. Essas operações de ataque serão da mais ampla natureza, em âmbito

regional ou nacional, seu objetivo será punição severa. Por exemplo, se eles atacam um meio de transporte judeu para destruição de veículos juntamente com seus passageiros, a resposta deve ser abrangente e objetiva na destruição de todos os meios de transporte árabes.

F. Os ataques precisam ser realizados contra os seguintes alvos:

1. as lideranças políticas.
2. os agitadores, seus apoiadores financeiros e outros.
3. os executores de operações e aqueles que lhes fornecem abrigo.
4. os altos oficiais árabes e oficiais.
5. os transportes árabes.
6. os alvos vitais à economia (instalações de água, moinhos de farinha etc.)
7. aldeias, vizinhanças e fazendas usadas como bases para as forças armadas árabes e para sua organização, lançamento e retirada etc.
8. os clubes, cafés, reuniões, assembleias e afins.

G. O objetivo dos ataques às lideranças políticas é o seguinte:

1. Causar danos às suas propriedades.
2. Deter membros para mantê-los reféns ou impedi-los de realizar suas atividades.
3. Expulsá-los ou causar-lhes danos físicos por algum outro meio.

Essas operações serão realizadas por indivíduos arabistas ou por unidades da área de um esquadrão ou subesquadrão que estão equipadas com armas leves cuja linha de retirada seja tão segura quanto possível.

H. O objetivo dos ataques a agitadores e apoiadores financeiros é o seguinte:

1. Causar danos às suas propriedades.
2. Causar danos às suas prensas.
3. Causar-lhes danos físicos.
4. Expulsá-los ou prendê-los em determinados casos.

Esses objetivos serão realizados juntamente com o especificado na seção G.

I. O objetivo dos ataques aos executores de operações e aqueles que lhes fornecem abrigo é o seguinte:

1. Expulsá-los.
2. Causar danos as suas propriedades.
3. Detê-los em certos casos para obter informação ou torná-los reféns. Cada operação será executada por unidades da área de um esquadrão ou subesquadrão, se o local da operação for pequeno e próximo de nossas bases, e executado por unidades da área de um pelotão ou mais, se for longe de nossas bases.

J. Altos oficiais árabes e oficiais serão alvo como especificado na seção G.

K. O objetivo dos ataques aos transportes árabes é o seguinte:

1. Efetuar medidas punitivas contra uma rota de serviço particular ou um veículo individual através de sabotagem.
2. Atacar os serviços para causar danos a veículos e alvejar viajantes suspeitos.
3. Destruir a rede de transportes árabe no todo ou em parte.

As operações mencionadas no item 1 acima serão realizadas para causar danos às estações de serviço ao longo daquela rota, ou para sabotar seus veículos, ou para parar um ou mais veículos na estrada, evacuar os passageiros, e causar danos físicos aos passageiros suspeitos de assistência ativa contra nós, e destruir os veículos. A operação será executada por um ou dois esquadrões. As operações mencionadas no item 3 acima serão executadas para realizar ataques às estações de serviço e destruir os veículos. A força necessária para tais missões é de um ou dois pelotões.

L. O objetivo das operações dirigidas contra clubes, cafés, reuniões e assembleias etc. é a seguinte:

1. Dispersão de reuniões inflamatórias.
2. Cercar os lugares mencionados acima quando contiverem líderes conhecidos e agitadores para prendê-los ou expulsá-los.
3. Em alguns casos, é necessário demolir um dos lugares acima mencionados depois de evacuar as pessoas.

A força necessária para realizar tais operações será determinada pelas circunstâncias particulares e alcançará de um subesquadrão a um pelotão ou mais.

M. Ataques aos alvos econômicos são difíceis por causa da escassez de projetos vitais, os quais, se atingidos, deverão paralisar ou afetar severamente a economia árabe. Há poucos projetos industriais e a maioria não é de natureza vital para a manufatura do tabaco, sabão etc. Ataques a tais estabelecimentos nem sempre nos interessam, porque podem resultar em ampliação das forças árabes por dezenas de trabalhadores desempregados. Não significa que esses alvos devem ser removidos, mas os estabelecimentos a serem definidos, se atingidos, devem conduzir a consequências o mais efetivas possível, tais como reservatórios em áreas urbanas, moinhos de farinha, a [oliva] indústria de óleo, e similares. A importância dos ataques contra tais alvos inibe sua implementação em larga escala, local ou regionalmente. Atacar tais alvos não requer ampla força; em muitos casos, uma força do tamanho de um esquadrão ou subesquadrão é suficiente para montar uma operação contra um alvo específico.

N. O objetivo do lançamento de ataques contra aldeias, vizinhanças, fazendas e lugarejos é a seguinte:

1. Sequestrar ou expulsar líderes e membros de gangues e aqueles que os assistem.
2. Punir aldeias que provêm abrigo a gangues, destruindo suas propriedades.
3. Atacar aldeias onde uma força árabe armada esteja localizada.

Para a execução das operações mencionadas no item 1 acima, veja seção 1 acima.

Para a execução das operações mencionadas no item 2 acima, a aldeia será cercada por uma força variável conforme o tamanho da aldeia e a resistência esperada (de um pelotão a uma companhia). Uma parte dessa força – pelo menos metade – entrará na aldeia e realizará atos de sabotagem como incendiar e explodir alvos. Se o objetivo é ação punitiva geral, tudo o que for possível deve

ser conjuntamente incendiado e as casas dos instigadores e participantes em operações precisam ser demolidas.

Quanto às operações no item 3 acima, serão implementadas de acordo com os princípios relativos aos ataques contra uma força hostil arraigada.

O. A maioria das operações deve ser realizada sob proteção da escuridão, por causa da dificuldade de movimentação [de dia]. Além disso, devida consideração deve ser dada ao retorno dos homens e equipamentos a suas bases.

P. Para implementar as contramedidas detalhadas de modo efetivo, inteligência ativa e extensiva e redes de reconhecimento precisam ser levantadas e unidades arabistas precisam ser desenvolvidas.

Q. Propaganda terá amplo efeito na extensão dos incidentes publicizados e na dissuasão que isso terá sobre as massas árabes. Além disso, uma rede de propaganda extensiva precisa ser organizada pelos seguintes meios:

1. Rádio.
2. Folhetos.
3. Insinuando campanhas difundidas pelos árabes ou arabistas.

Cada uma das nossas contramedidas deve ser altamente publicizada e reverberada em todas as aldeias árabes.

(tradução nossa)

Texto do Plano Dalet (Plano D), 10 de março de 1948:

Seção Geral

Introdução

(a) O objetivo desse plano é ganhar o controle das áreas do estado judeu e defender suas fronteiras. É também ganhar o controle das áreas de assentamento e concentração judaica localizadas fora das fronteiras [do estado judeu] contra forças regulares, semi-regulares e pequenas operando nas bases fora e dentro do estado.

(b) Esse plano é baseado nos três planos prévios:

1. Plano B, setembro de 1945.
2. O plano de maio de 1946.⁸⁴
3. O Plano Yehoshua, de 1948.⁸⁵

(c) Desde que esses planos foram designados a tratar da situação ao redor do país (os primeiros dois planos tratavam da fase de incidentes, enquanto o terceiro plano tratava da possibilidade de invasão por exércitos regulares de países vizinhos), o objetivo do Plano D é de preencher as lacunas existentes nos três planos anteriores e fazê-los mais apropriados para a situação esperada ao fim do domínio britânico no país.

1. Pressupostos básicos

Esse plano é baseado nos seguintes pressupostos básicos:

(a) O inimigo

1. Composição esperada de forças:

- As forças semi-regulares do Exército de Libertação afiliado com a Liga Árabe, a qual opera desde já bases ocupadas ou bases a serem ocupadas no futuro.

⁸⁴ Esse é o Plano Gimmel ou Plano C. KHALIDI, Walid (2006: 24)

⁸⁵ Essa é a primeira versão do Plano Dalet, denominada posteriormente Globerman Yehoshua, nome de um comandante da Haganah assassinado no começo de dezembro de 1947. Plano D foi finalizado em 10 de março de 1948. KHALIDI, Walid (1988: 24)

- As forças regulares dos países vizinhos, as quais lançarão uma invasão transversalmente às fronteiras, ou operarão das bases dentro do país (A Legião Árabe⁸⁶)

- Pequenas forças locais que operam, ou operarão, de bases dentro do país e dentro das fronteiras do estado judeu.

Todas as três forças que serão ativadas ao mesmo tempo em concordância com um plano de operação articulada, e algumas a serem engajadas em coordenação tática.

2. Operações reais esperadas do inimigo:

- isolamento e, se possível, ocupação do leste da Galiléia, oeste da Galiléia, e Negev.

- infiltração no coração da área de Sharon e Emek Hefer⁸⁷ na direção de Qalqiliyyah-Herzliya e Tulkarm-Netanya, grosseiramente.

- isolamento das três maiores cidades (especialmente Tel Aviv).⁸⁸

- Interrupção das linhas de suprimento de alimentos e outros serviços vitais, tais como água, eletricidade etc.

3. Métodos táticos esperados:

- Ataques pelas forças regulares e semi-regulares nos assentamentos, usando armas pesadas de infantaria, bem como campos de artilharia, veículos blindados e força aérea.

- Ataques aéreos contra centros de nossas cidades, especialmente Tel Aviv.

- Operações de agressão exercidas por forças pequenas contra assentamentos ou artérias de transporte para dar às operações mencionadas acima suporte direto ou tático. Essas forças realizarão também operações de sabotagem contra instituições econômicas vitais e focos terroristas dentro da cidade.

(b) As autoridades

Esse plano se acomoda no pressuposto geral que durante a sua implementação, as forças das autoridades [britânicas] não estarão presentes no país.

⁸⁶ Esse era um comando britânico e exército financiado pelo Rei Abdallah, da Transjordânia, unidades que serviam na Palestina sob ordens do exército britânico ao fim do mandato em 15 de maio de 1948. KHALIDI, Walid (1988: 25)

⁸⁷ Sharon é a costa plana entre Haifa e Tel Aviv, Emek Hefer é sua seção central (em árabe Wadi al-Hawarith). KHALIDI, Walid (1988: 25)

⁸⁸ As duas outras são Jerusalém e Haifa. KHALIDI, Walid (1988: 25)

No momento em que as autoridades britânicas continuam a controlar certas bases e áreas, o plano deve ser modificado nessas áreas. Instruções adicionais serão dadas nesse caso.

(b) Forças internacionais

Esse plano se acomoda no pressuposto de que não haverá forças internacionais no país no qual são capazes de ação efetiva.

(d) Objetivos operacionais

1. Autodefesa contra invasões por forças regulares ou semi-regulares. Isto será realizado conforme o seguinte:

- Um sistema defensivo fixado para preservar nossos assentamentos, projetos econômicos vitais e propriedade, que nos permitirão providenciar serviços governamentais com as fronteiras do Estado (baseado em defender as regiões do Estado, por um lado, e, pelo outro, em bloquear as rotas de acesso principal do território inimigo para o território do Estado).

- Lançamento de contra-ataques pré-planejados em bases inimigas e em linhas de suprimento no coração de seu território, seja dentro do país [Palestina] ou nos países vizinhos.

2. Assegurar liberdade da atividade militar e econômica dentro das fronteiras do Estado [Hebreu] e dos assentamentos judeus fora das fronteiras por ocupação ou controle de terrenos de importante posição elevada em um número de artérias de transporte.

3. Prevenção do uso de posições avançadas do inimigo dentro de seu território, as quais podem ser facilmente utilizadas para lançamento de ataques. Isso será realizado por ocupação e controle dessas posições.

4. Aplicação de pressão econômica ao inimigo pelo cerco de algumas de suas cidades, de forma a forçá-los a abandonar algumas de suas atividades em determinadas áreas do país.

5. Restrição da capacidade do inimigo de executar operações limitadas: ocupação e controle de determinadas bases suas em áreas urbanas e rurais dentro das fronteiras do Estado.

6. Controle de serviços e propriedades governamentais dentro das bordas do Estado e assegurando o suprimento essencial de serviços públicos de maneira efetiva.

3. Atribuição de deveres

Em vista dos objetivos operacionais descritos acima, aos vários serviços armados, são atribuídos os seguintes deveres:

- (1) Reforço do sistema defensivo fixo desenhado para defender as zonas e coordenação de seu desenvolvimento em nível regional. A mais, as rotas inimigas de acesso principal às terras do Estado devem ser bloqueadas de acordo com medidas e operações apropriadas.
- (2) Consolidação dos aparatos de defesa.
- (3) Implantação nas grandes cidades.
- (4) Controle das principais artérias de transporte em todo o país.
- (5) Cerco de cidades inimigas.
- (6) Ocupação e controle das posições inimigas avançadas.
- (7) Contra-ataques dentro e fora das fronteiras do país.

(a) O Sistema Defensivo Fixo

1. O sistema defensivo fixo nas áreas rurais depende de dois principais fatores: uso de áreas protegidas para o propósito de defesa da circunferência, por um lado, e, pelo outro, de bloqueio de rotas principais de transporte utilizadas pelo inimigo.

2. As medidas de segurança relativas às zonas de área rural, as quais são originalmente desenhadas para repelir forças inimigas pequenas, devem ser modificadas em termos de planejamento e reforço para se adequar às medidas táticas esperadas a serem executadas por forças inimigas regulares ou semi-regulares. Isso será efetivado de acordo com as instruções emitidas pelos segmentos de operações em controle de defesa e planejamento das áreas rurais.

3. Ademais, se tomarmos em consideração as medidas táticas esperadas a serem empregadas pelo inimigo, esforços devem ser feitos em torno de uma

transição da defesa posicional para a defesa regional, assim, a unidade de defesa é a região, e não a zona.

4. De forma a cumprir esse objetivo, os seguintes passos devem ser tomados:

a) Transformação da equipe regional de uma equipe administrativa para uma equipe geral (seleção de uma localidade, assentando redes de comunicação etc.).

b) Formação de uma reserva móvel regional, a ser recrutada das forças apontadas para as zonas, a qual consolidaria as forças ou os contra-ataques executados nas zonas internas a cada região de acordo com planos pré-estabelecidos.

c) Adaptação e incorporação de planos concernentes à fortificação e abertura de fogo nas zonas para as respectivas regiões, na medida do possível, tomando em consideração circunstâncias geográficas e tipos de armas utilizadas. Esses planos devem ser coordenados com as operações das reservas móveis regionais.

5. Assentamentos que, devido a sua localização geográfica, não podem ser incluídos em um plano de defesa regional fixo, devem ser organizados em zonas de defesa locais. De acordo, esses devem ser equipados para bloquear estradas de transporte utilizadas pelo inimigo, ou, se caso permitido por circunstâncias táticas, para controlar os pontos elevados, posicionando fortificações e barricadas e minas etc. Isso será feito em adição à ativação do aparato defensivo das zonas. Forças adicionais devem ser atribuídas para executar esses deveres, como será detalhado abaixo. Essas especificações aplicam-se também a regiões isoladas.

6. Bloqueio das principais rotas de transporte inimigas.

a) As principais rotas inimigas de transporte que ligam suas terras às terras do Estado, como estradas, pontes, passagens principais, rodovias importantes, caminhos etc. devem ser bloqueadas por meio de: atos de sabotagem, explosões, série de barricadas, campos minados, assim como pelo controle das elevações próximas às estradas e pela tomada de posições nessas regiões.

b) Um sistema de barricadas deve ser posicionado em adição ao sistema fixo de defesa. Os planos táticos concernentes a barricadas devem ser adaptados e coordenados de acordo com os planos defensivos concernentes às zonas localizadas próximas a essas barricadas. Essas devem também ser coordenadas

junto aos planos regionais de defesa, se isso for possível a partir de um ponto de vista geográfico.

(b) Consolidação dos Sistemas de Defesa e Barricadas.

As seguintes operações devem ser executadas se o sistema defensivo fixo demonstrar-se efetivo e se a retaguarda desse sistema mostrar-se protegida:

1. Ocupação das estações policiais⁸⁹
2. Controle das instalações de governo e provisão de serviços em cada e em toda a região.
3. Proteção de artérias secundárias de transporte.
4. Montagem de operações contra centros populacionais inimigos localizados dentro ou próximos do nosso sistema defensivo no intuito de preveni-los de serem utilizados como bases para uma força armada ativa. Essas operações podem ser divididas nas seguintes categorias:

- Destruição de vilas (ateando fogo a elas, explodindo-as e plantando minas nos destroços), especialmente aqueles centros populacionais de dificuldade contínua de controle.

- Montagem de operações de busca e controle de acordo com as seguintes metas: cerco do vilarejo e condução de uma operação de busca em seu interior. Em caso de resistência, a força armada deve ser aniquilada e a população deve ser expelida para fora das fronteiras do Estado.

As vilas esvaziadas da maneira descrita acima devem ser incluídas no sistema defensivo fixo e devem ser fortificadas conforme necessário.

Na falta de resistência, tropas de guarnição entrarão no vilarejo e tomarão posições nele ou em localidades as quais permitem completo controle tático. O oficial em comando da unidade confiscará todas as armas, dispositivos remotos e veículos a motor na vila. Ademais, ele deterá todos os indivíduos politicamente suspeitos. Após consulta às autoridades políticas [judaicas], corpos serão nomeados, consistindo em pessoas da vila, para administrar os assuntos internos

⁸⁹ Estas “estações policiais” são de fato fortalezas, metade das quais foram construídas pelos britânicos em território palestino após a rebelião árabe de 1936-39 para controlar a população árabe. KHALIDI, Walid (1988: 28)

da vila. Em toda a região, um indivíduo [judeu] será nomeado para ser responsável pelos arranjos dos interesses políticos e administrativos de todas as vilas e centros populacionais [árabes] os quais estão ocupados dentro daquela região.

(c) Posições serão tomadas nas grandes cidades de acordo com os seguintes princípios:

1. Ocupação e controle de instalações e propriedades governamentais (correios, centrais telefônicas, estações ferroviárias, delegacias de polícia, portos etc.).
2. Proteção de todos os serviços e instalações vitais.
3. Ocupação e controle de todos os bairros árabes localizados entre nosso centro municipal e o centro municipal árabe, especialmente aqueles bairros nos quais se controlam as entradas e saídas de estradas. Esses bairros serão controlados de acordo com diretrizes estabelecidas para vasculhar as vilas. Em caso de resistência, a população será expulsa para a área do centro municipal árabe.
4. Cerco da área municipal central árabe e seu isolamento em relação a rotas externas de transporte, assim como o arremate de seus serviços vitais (água, eletricidade, combustível etc.), ao máximo possível.

(d) Controle das principais artérias de transporte em nível regional

1. Ocupação e controle das localizações que supervisionam as principais artérias regionais de transporte, como delegacias de polícia, centros de bombeamento de água etc..

Essas localizações elevadas serão transformadas em postos fortificados de vigilância para serem usados, assim que necessário, como bases para força defensiva móvel. (Em muitos casos, esta operação será coordenada com a ocupação de delegacias de polícia, o que se objetiva na consolidação do sistema defensivo fixo.).

2. Ocupação e controle dos vilarejos árabes que consistem em obstrução séria de qualquer artéria principal de transporte. Operações contra essas vilas

serão executadas de acordo com especificações sobre o item pertinente à revista e busca dos vilarejos.

(e) Cidades inimigas serão cercadas de acordo com as seguintes diretrizes:

1. Por isolamento dessas a partir de artérias de transportes, através da instalação de minas, explosão de pontes e sistema de emboscadas fixas.
2. Se necessário, por ocupação de pontos elevados que supervisionam artérias de transporte que levam a cidades inimigas e fortificação de nossas unidades nessas posições.
3. Por ruptura de serviços vitais, como eletricidade, água e combustível, ou pelo uso de recursos econômicos disponíveis a nós⁹⁰ ou por sabotagem.
4. Por lançamento de operação naval contra as cidades que podem receber suprimentos por mar, para destruir as embarcações que carregam as provisões, assim como para execução de atos de sabotagem contra instalações portuárias.

(f) Ocupação e controle de posições inimigas avançadas

De forma geral, o objetivo desse plano não é uma operação de ocupação externa às fronteiras do Estado hebreu. No entanto, concernente às bases inimigas alocadas diretamente próximas às fronteiras que podem ser utilizadas como locais de partida para infiltração no território do Estado, essas devem ser temporariamente ocupadas e revistadas de acordo com as diretrizes acima, e devem então ser incorporadas ao nosso sistema defensivo até cessarem as operações.

Bases localizadas em território inimigo que são planejadas para serem temporariamente ocupadas e controladas serão listadas entre alvos operacionais para as diversas brigadas⁹¹.

(g) Contra-ataques internos e externos às fronteiras do Estado

Contra-ataques serão utilizados como medidas auxiliares ao sistema defensivo fixo para abortar ataques organizados lançados por forças inimigas regulares ou semi-regulares, seja a partir de bases internas ao país ou externas às fronteiras.

Contra-ataques serão lançados de acordo as seguintes diretrizes:

⁹⁰ O significado no original não é claro. KHALIDI, Walid (1988: 30)

⁹¹ Veja Apêndice C. KHALIDI, Walid (1988: 31); Cf. no Anexo 2.

1. Ataques diversionistas; isto é, quando o inimigo está lançando um ataque contra uma de nossas áreas, [nossas forças irão lançar] um contra-ataque profundo dentro de outra área controlada pelo inimigo, com objetivo de distrair suas forças em direção ao contra-ataque.
2. Ataque a rotas de transporte e suprimentos dentro do território inimigo, especialmente contra uma força inimiga regular que está invadindo através de suas fronteiras.
3. Ataque a bases inimigas em suas posições posteriores, tanto dentro do país [Palestina] quanto através de suas fronteiras.
4. Contra-ataques geralmente procederão da seguinte forma: uma força de dimensão de um batalhão, em média, executará uma infiltração profunda e lançará ataques concentrados contra os centros populacionais e as bases inimigas com objetivo de destruí-los conjuntamente à força inimiga posicionada no local; de maneira alternativa, essa força pode dividir-se para executar operações secundárias, como atos de sabotagem e desvio das rotas e artérias de transporte militar inimigo.
5. Uma lista detalhada de contra-ataques será incluída em [lista de] alvos operacionais⁹² da Força Estratégica Móvel [PALMACH]⁹³

4. Deveres das Forças Armadas

(a) Atribuição de deveres no Sistema Defensivo Fixo:

1. Os seguintes deveres são de responsabilidade da Força de Guarnição [KHIM]⁹⁴: defesa das zonas e de postos isolados e fortificados e formação das reservas regionais.

* Junto ao quadro de trabalho do sistema defensivo fixo, a Força de Campo [KHISH]⁹⁵ é responsável pelos seguintes deveres:

⁹² Essa lista não está no original hebraico deste documento. KHALIDI, Walid (1988: 31)

⁹³ PALMACH é a abreviatura para Plugot Machat, i.e., batalhões de aniquilamento. Por volta da primavera de 1948, esta força foi articulada a partir de três brigadas (Yiftach, Harel e Há Negev) quantificando mais de 8 mil homens. KHALIDI, W. (1988, p. 31) Apud Walid Khalidi, *From Heaven to Conquest* (Washington: Institute for Palestine Studies, 1987), p. 861.

⁹⁴ KHIM é abreviatura para Khayl Matzav, as tropas de segunda fileira. Por volta do outono de 1947, quantificavam cerca de 32000. Ibidem Apud Khalidi, p. 862.

⁹⁵ KHISH é abreviatura para Khayl Sadeh, as tropas de linha de frente. Em maio de 1948, quantificavam cerca de 30.000. Ibidem Apud Khalidi, p. 861.

- Operações de bloqueio de rotas de transporte inimigas. Para esse propósito, toda operação de bloqueio será atribuída, em base de importância e tipo, a uma unidade específica da Força de Campo cujo tamanho seja apropriado à natureza da missão.

- Em adição, a brigada de Força de Campo em questão será responsável pelos deveres relatados para consolidação do sistema fixo defensivo, como descrito na sessão 3 (b).

2. Em circunstâncias especiais e excepcionais, unidades de Força de Campo podem ser posicionadas em regiões ou zonas, ou em posições fortificadas e isoladas, para reforçar a defesa zonal ou regional. Esforços devem ser feitos para diminuir o número desses casos, ao máximo possível.

3. Em adição aos deveres detalhados acima, as responsabilidades da Força de Campo no contexto do sistema fixo defensivo geralmente consistem em elaboração de contra-ataque local envolvendo unidades não inferiores a uma companhia (unidades superiores podem ser utilizadas se possível) contra unidades inimigas enquanto essas estão atacando o sistema defensivo fixo para bloquear suas linhas de recuo e destruí-las. Esses contra-ataques frequentemente serão lançados a partir de bases operacionais fixas as quais serão especificadas para a Força de Campo no contexto dos deveres para os quais é responsável na região como um todo.

Essas instruções requerem que as unidades de Força de Campo sejam concentradas tanto quanto possível, e não sejam divididas em unidades secundárias.

4. A corrente de comando nos casos mencionados acima será em acordo com o Adendo 1 para a Ordem concernente a Infraestrutura Regional, Novembro de 1947.

5. Em circunstâncias nas quais o sistema de bloqueio (ao qual a Força de Campo é responsável por defender) é incorporado ao sistema defensivo zonal ou regional, o comandante do batalhão de Força de Campo em questão apontará o comandante responsável por todo o sistema defensivo.

(b) 1. Em adição aos deveres atribuídos à brigada de Força de Campo em questão concernentes à consolidação do sistema defensivo fixo, a brigada também executará os seguintes deveres:

- Consolidação das posições nas cidades.
- Controle das principais artérias de transporte em todo o país.
- Cerco de cidades inimigas.
- Ocupação e controle de posições avançadas inimigas. Isso será efetivado em acordo com os deveres operacionais atribuídos às várias brigadas de Força de Campo⁹⁶.

Para executar uma ou todas essas obrigações, o comando supremo pode atribuir unidades da Força Estratégica Móvel [PALMACH], as quais constituem as reservas por todo o país, à Força de Campo.

2..Durante a implementação de missões de articulação com a Força de Campo, unidades da Força Estratégica Móvel [PALMACH] se enquadrarão sob o comando das brigadas de Força de Campo que controlam a área nas quais essas unidades estão operando.

3. Após cumprimento da missão, as unidades da Força Estratégica Móvel [PALMACH] reingressarão às reservas nacionais.

4. Esforços devem ser feitos para assegurar que o período no qual as reservas nacionais estão alinhadas à Força de Campo seja o mais breve possível.

(c) 1. A Força Estratégica Móvel [PALMACH] é responsável pela execução de contra-ataques internos e externos à fronteira do país.

2. O comando supremo pode reduzir o número de deveres atribuídos a uma ou outra das brigadas de Forças de Campo como observar adequado (isto é, aqueles relacionados ao cerco de cidades inimigas, controle de rotas de transporte e ocupação das posições avançadas) e alocá-las diretamente à Força Estratégica Móvel [PALMACH], como alternativa.

(d) Os diversos departamentos e serviços do quadro geral são necessários para completar as instruções planejadas acima em suas várias áreas de

⁹⁶ Ver Apêndice C, abaixo. KHALIDI, Walid (1988: 32)

responsabilidade e para apresentar os planos às brigadas de Força de Campo.
(tradução nossa)

ANEXO 2

20 JOURNAL OF PALESTINE STUDIES

APPENDIX A

Text of Plan Gimmel (Plan C), May 1946: Section on Countermeasures

The text that follows is translated from Sefer Toldot Hahaganah [History of the Haganah], vol. 3, ed. by Yehuda Slutsky (Tel Aviv: Zionist Library, 1972), Appendix 39, pp. 1939–43.

A. The aim of a counterattack is to strike at each source at the beginning of an Arab outbreak in order to deter the instigators of the incidents and to prevent the participation and support of the Arab masses. Forceful and severe blows will serve to identify and isolate the active elements.

B. Because of the difficulty in directly engaging the active Arab forces while they are carrying out their activities, the countermeasures we will adopt will mostly take the form of retaliatory operations. Like all retaliatory operations, they will not always be directed only against the executors of a particular action, but will also be aimed at other active groups or those who provide them with assistance.

C. Counterattacks must be appropriate in kind to the operations which led to the retaliation. These attacks must be as immediate as possible, and must affect large areas. The reasons for the retaliation must be detailed to the Arabs in full, using all available means of communication: leaflets, announcements, radio broadcasts, etc.

D. It is preferable that these operations should strike the Arab rear in order to undermine the Arab sense of security.

E. Counterattacks must be divided into two kinds: warning operations and strike operations.

Warning operations will come in response to limited or single Arab operations, and their aim will be to warn the Arabs of what may be expected in the future. These operations will mostly be executed in the same area in which the Arabs were active but they must be accompanied by the widest possible media coverage.

The aim of strike operations will be to punish serious operations carried out against us. These strike operations will be more extensive in nature and at the regional or country-wide level, their goal being severe punishment. For example, if they strike one of the Jewish means of transportation by destroying vehicles along with their passengers, the response should be comprehensive and aim at the destruction of all Arab means of transportation.

F. Strikes must be carried out against the following targets:

1. Striking at the political leadership.
2. Striking at agitators, their financial backers, and others.
3. Striking at the executors of operations and those who provide them with shelter.
4. Striking at high-ranking Arab officers and officials.
5. Striking at Arab transportation.
6. Striking at vital economic targets (water installations, flour mills, etc.).
7. Attacks on villages, neighborhoods, and farms used as bases for the Arab armed forces or for their organization, launching, and retreat, etc.
8. Striking at clubs, cafés, meetings, assemblies, and the like.

G. The aim of striking at the political leadership is the following:

1. Doing damage to their property.
2. Imprisoning members in order to hold them hostage or prevent them from performing their activities.
3. Expelling them or physically harming them in some other way.

These operations will be carried out by (Arabist) individuals, or by units the size of a squad or sub-squad which are equipped with light arms and whose line of retreat is as secure as possible.

H. The aim of striking at agitators and financial backers is the following:

1. Doing damage to their property.
2. Doing damage to their printing presses.
3. Harming them physically.
4. Expelling or imprisoning them in certain cases.

These objectives will be realized along the line specified in section G.

I. The aim of striking at the executors of operations and those who shelter them is the following:

1. Expelling them.

2. Doing damage to their property.

3. Imprisoning them in certain cases in order to collect information or hold them hostage. Such operations will be executed by units the size of a squad or sub-squad if the site of the operation is small and close to our bases, and will be executed by units the size of a platoon or larger if the site is far from our bases.

J. High-ranking Arab officers and officials will be targeted as specified in section G, above.

K. The aim of striking at Arab transportation is the following:

1. Carrying out punitive measures against a particular service route or an individual vehicle through sabotage.

2. Striking at services by damaging vehicles and targeting suspected travelers.

3. Destroying the Arab transportation network either wholly or in part.

The operations mentioned in 1 above will be carried out by damaging the service stations along that route, or by sabotaging its vehicles, or by stopping one or more vehicles on the road, evacuating the passengers, and destroying them. The operations mentioned in 2 above will be carried out by setting up ambushes on the road, evacuating passengers, and physically harming the passengers suspected of active assistance against us, and destroying the vehicles. The operation will be executed by about one or two squads. The operations mentioned in 3 above will be executed by carrying out attacks on the service stations and destroying the vehicles. The force needed for such missions is one or two platoons.

L. The aim of operations directed against clubs, cafés, meetings and assemblies, etc. is the following:

1. Dispersal of inflammatory gatherings.

2. Encircling the places mentioned above when they contain known leaders and agitators in order to imprison them or expel them.

3. In some cases, it is necessary to demolish one of the above-mentioned places after evacuating people from it.

The force needed to carry out such operations will be determined by the particular circumstances and will range from a sub-squad to a platoon or more.

M. Striking at Arab economic targets is difficult because of the scarcity of vital projects which, if hit, would paralyze or severely damage the Arab economy. There are few industrial projects and most are of a non-vital nature for the manufacture of tobacco, soap, etc. Striking at such establishments is not always in our interest because it may result in swelling the ranks of the Arab force by scores of unemployed workers. This does not mean that these targets should be removed from consideration, but

establishments must be sought which, if hit, would lead to the most effective consequences possible, such as water reservoirs in urban areas, flour mills, the [olive] oil industry, and the like. The importance of strikes against such targets lies in their implementation on a wide scale, whether locally or regionally. Striking at such targets does not require a large force; in most cases a force the size of a squad or sub-squad is enough to mount an operation against a single specific target.

N. The aim of launching attacks against villages, neighborhoods, farms, and hamlets is the following:

1. Kidnapping or expelling leaders and members of gangs and those who assist them.
2. Punishing villages that provide gangs with shelter, by destroying their property.
3. Attacking villages where an armed Arab force is located.

For the execution of operations mentioned in 1 above, see Section I above.

For the execution of operations mentioned in 2 above, the village will be surrounded by a force whose size will vary with the circumference of the village and the resistance expected from it (the size of the force will range from a platoon to a company). A part of this force—at least half—will enter the village and carry out acts of sabotage by setting fire to and blowing up targets. If the objective is general punitive action, everything possible should be set on fire and the houses of the instigators and participants in operations must be demolished.

As for the operations in 3 above, they will be implemented according to the principles relating to attacks on an entrenched hostile force.

O. Most operations should be carried out under cover of darkness because of the difficulty of movement [in the daytime]. In addition, due consideration should be given to returning men and equipment to their bases.

P. In order to implement the countermeasures detailed in this chapter in an effective manner, active and extensive intelligence and reconnaissance networks must be set up and the Arabist units must be developed.

Q. Propaganda will have a large effect on the extent to which incidents are publicized and on the deterrent value this will have on the Arab masses. Therefore, an extensive propaganda network must be organized by the following means:

1. Radio.
2. Leaflets.
3. Whispering campaigns diffused by Arabs or Arabists.

Each of our countermeasures should be widely publicized and reverberate in every Arab village.

APPENDIX B

Text of Plan Dalet (Plan D), 10 March 1948: General Section

The text that follows is translated from Sefer Toldot Hahaganah [History of the Haganah], vol. 3, ed. by Yehuda Slutsky (Tel Aviv: Zionist Library, 1972), Appendix 48, pp. 1955–60.

1. Introduction

(a) The objective of this plan is to gain control of the areas of the Hebrew state and defend its borders. It also aims at gaining control of the areas of Jewish settlement and concentration which are located outside the borders [of the Hebrew state] against regular, semi-regular, and small forces operating from bases outside or inside the state.

(b) This plan is based on three previous plans:

1. Plan B, September 1945.
2. The May 1946 Plan*
3. Yehoshua Plan, 1948.**

(c) Since these plans were designed to deal with the situation inside the country (the first two plans deal with the first phase of incidents, while the third plan deals with the possibility of invasion by regular armies from the neighboring countries), the aim of Plan D is to fill the gaps in the previous

*This is plan Gimmel or Plan C.

**This is an early version of Plan D, so-called after Yehoshua Globberman, a Haganah commander killed in early December 1947. Plan D itself was finalized on 10 March 1948.

three plans and to make them more suitable for the situation expected to obtain at the end of British rule in the country.

2. Basic Assumptions

This plan is based on the following basic assumptions:

(a) *The Enemy*

1. Expected composition of forces:

—The semi-regular forces of the Liberation Army affiliated with the Arab League, which operate from already occupied bases or bases to be occupied in the future.

—The regular forces of neighboring countries, which will launch an invasion across the borders, or will operate from bases inside the country (the Arab Legion*).

—Small local forces which operate, or will operate, from bases inside the country and within the borders of the Hebrew state.

All three forces will be activated at the same time in accordance with a joint operational plan, and will sometimes engage in tactical coordination.

2. Actual operations expected from the enemy:

—Isolation and, if possible, occupation of the eastern Galilee, western Galilee, and the Negev.

—Infiltration into the heart of the area of Sharon and Emek Hefer** in the direction of Qalqiliyyah–Herzliya and Tulkarm–Netanya, roughly.

—Isolation of the three major cities (especially Tel Aviv).†

—Disruption of food supply lines and other vital services such as water, electricity, etc.

3. Expected tactical methods:

—Attacks by the regular and semi-regular forces on settlements, using heavy infantry weapons, as well as field artillery, armored vehicles, and the air force.

—Air strikes against centers within our cities (especially Tel Aviv).

—Harassment operations carried out by small forces against transportation arteries and settlements to give the operations mentioned above direct

*This was a British-commanded and financed army of King 'Abdallah's Transjordan, units of which served in Palestine under British army orders until the end of the mandate on 15 May 1948.

**Sharon is the coastal plain between Haifa and Tel Aviv, Emek Hefer being its central section (in Arabic Wadi al-Hawarith).

†The two others are Jerusalem and Haifa.

or tactical support. These forces will also carry out sabotage operations against vital economic facilities and terrorist raids within cities.

(b) *The Authorities*

This plan rests on the general assumption that during its implementation, the forces of the [British] authorities will not be present in the country.

In the event that British forces continue to control certain bases and areas, the plan must be modified to deal with this situation in these areas. Additional instructions will be issued in this regard.

(c) *International Forces*

This plan rests on the assumption that there will be no international forces stationed in the country which are capable of effective action.

(d) *Operational Objectives*

1. Self-defense against invasion by regular or semi-regular forces. This will be achieved by the following:

—A fixed defensive system to preserve our settlements, vital economic projects, and property, which will enable us to provide governmental services within the borders of the state (based on defending the regions of the state on the one hand, and on blocking the main access routes from enemy territory to the territory of the state, on the other).

—Launching pre-planned counter-attacks on enemy bases and supply lines in the heart of his territory, whether within the borders of the country [Palestine] or in neighboring countries.

2. Ensuring freedom of military and economic activity within the borders of the [Hebrew] state and in Jewish settlements outside its borders by occupying and controlling important high-ground positions on a number of transportation arteries.

3. Preventing the enemy from using frontline positions within his territory which can easily be used for launching attacks. This will be effected by occupying and controlling them.

4. Applying economic pressure on the enemy by besieging some of his cities in order to force him to abandon some of his activities in certain areas of the country.

5. Restricting the capability of the enemy by carrying out limited operations: occupation and control of certain of his bases in rural and urban areas within the borders of the state.

6. Controlling government services and property within the borders of the state and ensuring the supply of essential public services in an effective manner.

3. *Assignment of Duties*

In view of the operational objectives outlined above, the various armed services are assigned the following duties:

(1) Strengthening the fixed defensive system designed to defend the zones, and coordinating its deployment on the regional level. In addition, the main enemy access routes to the lands of the state must be blocked through appropriate operations and measures.

(2) Consolidation of the defensive apparatus.

(3) Deployment in major cities.

(4) Control of the main transportation arteries country-wide.

(5) Encirclement of enemy cities.

(6) Occupation and control of frontline enemy positions.

(7) Counterattacks inside and outside the borders of the country.

(a) *The Fixed Defensive System*

1. The fixed defensive system in rural areas depends on two main factors: using protected areas for the purpose of defending the circumference, on the one hand, and blocking main transportation routes used by the enemy, on the other hand.

2. The security arrangements pertaining to the zones in rural areas, which were originally designed to repel small enemy forces, must be modified in terms of planning and reinforcement to suit the tactical measures expected to be employed by semi-regular or regular enemy forces. This will be effected according to instructions issued by the operations branch in charge of defense and planning in rural areas.

3. In addition, if we take into consideration the tactical measures expected to be employed by the enemy, efforts must be made to make a transition from a positional defense to a regional defense, so that the unit of defense is the region and not the zone.

4. In order to achieve this objective, the following steps must be taken:

a) Transformation of the regional staff from an administrative staff to a general staff (selection of a location, setting up a communications network, etc.)

b) Formation of a regional mobile reserve, to be recruited from the forces appointed to the zones, which would reinforce the forces or carry out counterstrikes in the zones within each region according to pre-arranged plans.

c) Adaptation and incorporation of the plans concerning fortification and opening fire in the zones to those of the region, as far as possible, taking into consideration geographical circumstances and types of weapons used. These plans must also be coordinated with the operations of the regional mobile reserves.

5. Settlements which because of their geographical location cannot be included in a fixed regional defense plan must be organized into local defense zones. Accordingly, they must be equipped to block transport roads used by the enemy, or if tactical circumstances permit, to control the heights, setting up fortifications and barricades and laying mines, etc. This will be done in addition to activating the zone's defensive apparatus. Additional forces must be assigned to carry out these duties, as will be detailed below. These specifications also apply to isolated regions.

6. Blocking the main enemy transportation routes.

a) The main enemy transportation routes which link his lands to the lands of the state, such as roads, bridges, main passes, important crossroads, paths, etc. must be blocked by means of: acts of sabotage, explosions, series of barricades, mine fields, as well as by controlling the elevations near roads and taking up positions there.

b) A system of barricades must be set up in addition to the fixed defensive system. The tactical plans concerning barricades must be adapted to and coordinated with the defensive plans concerning the zones located near these barricades. They must also be coordinated with the regional defense plans if this is possible from the geographical point of view.

(b) *Consolidation of Defense Systems and Barricades*

The following operations must be carried out if the fixed defensive system is to be effective and if the rear of this system is to be protected:

1. Occupation of police stations.*

*These "police stations" were in fact fortresses, fifty of which were built by the British throughout Palestine after the Arab rebellion of 1936-39 in order to control the Arab population.

2. Control of government installations and provision of services in each and every region.

3. Protection of secondary transportation arteries.

4. Mounting operations against enemy population centers located inside or near our defensive system in order to prevent them from being used as bases by an active armed force. These operations can be divided into the following categories:

—Destruction of villages (setting fire to, blowing up, and planting mines in the debris), especially those population centers which are difficult to control continuously.

—Mounting combing and control operations according to the following guidelines: encirclement of the village and conducting a search inside it. In the event of resistance, the armed force must be wiped out and the population must be expelled outside the borders of the state.

The villages which are emptied in the manner described above must be included in the fixed defensive system and must be fortified as necessary.

In the absence of resistance, garrison troops will enter the village and take up positions in it or in locations which enable complete tactical control. The officer in command of the unit will confiscate all weapons, wireless devices, and motor vehicles in the village. In addition, he will detain all politically suspect individuals. After consultation with the [Jewish] political authorities, bodies will be appointed consisting of people from the village to administer the internal affairs of the village. In every region, a [Jewish] person will be appointed to be responsible for arranging the political and administrative affairs of all [Arab] villages and population centers which are occupied within that region.

(c) *Deployment in Major Cities*

Positions will be taken in the large cities according to the following principles:

1. Occupation and control of government facilities and property (post offices, telephone exchanges, railroad stations, police stations, harbors, etc.)

2. Protection of all vital public services and installations.

3. Occupation and control of all isolated Arab neighborhoods located between our municipal center and the Arab municipal center, especially those neighborhoods which control the city's exit and entry roads. These neighborhoods will be controlled according to the guidelines set for

combing villages. In case of resistance, the population will be expelled to the area of the Arab municipal center.

4. Encirclement of the central Arab municipal area and its isolation from external transportation routes, as well as the termination of its vital services (water, electricity, fuel, etc.), as far as possible.

(d) *Control of Main Transportation Arteries on the Regional Level*

1. Occupation and control of locations which overlook main regional transportation arteries, such as police stations, water pumps, etc.

These elevated locations will be transformed into fortified surveillance posts to be used, when the need arises, as bases for a mobile defensive force. (In many cases, this operation will be coordinated with the occupation of police stations, which aims at consolidating the fixed defensive system.)

2. Occupation and control of Arab villages which constitute a serious obstruction on any of the main transportation arteries. Operations against these villages will be carried out according to the specifications given under the item pertaining to the combing of villages.

(e) *Enemy Cities Will Be Besieged according to the Following Guidelines:*

1. By isolating them from transportation arteries by laying mines, blowing up bridges, and a system of fixed ambushes.

2. If necessary, by occupying high points which overlook transportation arteries leading to enemy cities, and the fortification of our units in these positions.

3. By disrupting vital services, such as electricity, water, and fuel, or by using economic resources available to us* or by sabotage.

4. By launching a naval operation against the cities that can receive supplies by sea, in order to destroy the vessels carrying the provisions, as well as by carrying out acts of sabotage against harbor facilities.

(f) *Occupation and Control of Frontline Enemy Positions*

Generally, the aim of this plan is not an operation of occupation outside the borders of the Hebrew state. However, concerning enemy bases lying directly close to the borders which may be used as springboards for infiltration into the territory of the state, these must be temporarily

*The meaning in the original is unclear.

occupied and combed according to the above guidelines, and they must then be incorporated into our defensive system until operations cease.

Bases located in enemy territory which are intended to be temporarily occupied and controlled will be listed among the operational targets for the various brigades.*

(g) *Counterattacks Inside and Outside the Borders of the State*

Counterattacks will be used as auxiliary measures for the fixed defensive system in order to abort the organized attacks launched by semi-regular and regular enemy forces, whether from bases inside the country or from outside the borders.

Counterattacks will be launched according to the following guidelines:

1. Diversionary attacks; i.e., while the enemy is launching an attack against one of our areas, [our forces will launch] a counterattack deep inside another area controlled by the enemy with the aim of diverting his forces in the direction of the counterattack.

2. Striking at transportation and supply routes deep inside enemy territory, especially against a regular enemy force which is invading from across the border.

3. Attacking enemy bases in his rear, both inside the country [Palestine] and across its borders.

4. Counterattacks will generally proceed as follows: a force the size of a battalion, on average, will carry out a deep infiltration and will launch concentrated attacks against population centers and enemy bases with the aim of destroying them along with the enemy force positioned there; alternatively, this force may split up to carry out secondary operations, such as acts of sabotage and diversion on the enemy's military transportation routes and arteries.

5. A detailed list of counterattacks will be included in the [list of] operational targets** of the Strategic Mobile Force [PALMACH].†

4. *Duties of the Armed Services*

(a) Allocation of duties in the fixed defensive system:

*See Appendix C, below.

**This list is not in the Hebrew original of this document.

†PALMACH is short for *Plugot Machatz*, i.e., crushing battalions. By spring 1948, this force was made up of three brigades (Yiftach, Harel, and HaNegev) numbering just above 8,000 men. See Walid Khalidi, *From Haven to Conquest* (Washington: Institute for Palestine Studies, 1987), 861.

1. The following duties are the responsibility of the Garrison Force [KHIM]*: defense of the zones and of isolated and fortified posts and formation of the regional reserves.

2. Within the framework of the fixed defensive system, the Field Force [KHISH]** are responsible for the following duties:

—Operations to block enemy transportation routes. For this purpose, every blocking operation will be assigned, on the basis of its importance and type, a specified Field Force unit whose size is appropriate to the nature of the mission.

—In addition, the Field Force brigade in question will be responsible for duties related to consolidating the fixed defensive system, as outlined in section 3 (b).

3. In special and exceptional circumstances, Field Force units may be positioned in the regions or zones, or in isolated and fortified positions, in order to reinforce zonal or regional defense. Efforts must be made to decrease the number of such cases, as far as possible.

4. In addition to the duties detailed above, the Field Force's responsibilities in the context of the fixed defensive system generally consist in mounting local counterattacks involving units no smaller than a company (larger units should be used if possible) against enemy units while they are attacking the fixed defensive system in order to block their lines of retreat and destroy them. These counterattacks will usually be launched from fixed operational bases which will be specified for the Field Force in the context of the duties for which it is responsible in the region as a whole.

These instructions require that the Field Force units be concentrated as much as possible, and not be divided up into secondary units.

5. The chain of command in the cases mentioned above will be in accordance with Addendum 1 to the Order concerning Regional Infrastructure, November 1947.

6. In circumstances in which the blocking system (which the Field Force is responsible for defending) is incorporated into the zonal or regional defensive system, the commander of the Field Force battalion concerned will appoint the commander in charge of the entire defensive system.

(b) 1. In addition to the duties assigned to the Field Force brigade in

*KHIM is short for Khayl Matzav, the second line troops. By fall 1947, they numbered about 32,000. See Khalidi, *From Haven to Conquest*, 862.

**KHISH is short for Khayl Sadch, the front line troops. By 1 May 1948, they numbered about 30,000. See Khalidi, *From Haven to Conquest*, 861.

question concerning the consolidation of the fixed defensive system, the brigade will also carry out the following duties:

- Consolidation of positions in the cities.
- Control of main transportation arteries country-wide.
- Encirclement of enemy cities.
- Occupation and control of enemy frontline positions. This will be effected in accordance with the operational duties assigned to the various Field Force brigades.*

In order to carry out one or all of these duties, the supreme command can assign units of the Strategic Mobile Force [PALMACH], which constitute the country-wide reserves, to the Field Force.

2. During the implementation of joint missions with the Field Force, units of the Strategic Mobile Force [PALMACH] will fall under the command of the Field Force brigade that controls the area in which these units are operating.

3. After completion of the mission, the units of the Strategic Mobile Force [PALMACH] will rejoin the country-wide reserves.

4. Efforts must be made to ensure that the period during which units of the country-wide reserves are assigned to the Field Force is as short as possible.

(c) 1. The Strategic Mobile Force [PALMACH] is responsible for carrying out counterattacks inside and outside the borders of the country.

2. The supreme command may reduce the number of duties assigned to one or another of the Field Force brigades as it sees fit (i.e. those related to the siege of enemy cities, control of transportation routes and occupation of frontline positions) and allocate them directly to the Strategic Mobile Force [PALMACH] instead.

(d) The various departments and services of the general staff are required to complete the above planning instructions in their various areas of responsibility and to present the plans to the Field Force brigades.

*See Appendix C, below.

APPENDIX C

Text of Plan Dalet: Operational Orders to the Brigades

A footnote to the full text of the General Section of Plan Dalet (Appendix B, above), which was published as Appendix 48 in *Sefer Toldot Hahaganah* [History of the Haganah] vol 3., states: "The section on the 'Operational Objectives of the Brigades' has been omitted." However, a summary of these operational objectives (Appendix C, below) appears in the main text of *Sefer Toldot Hahaganah* (pp. 1474–75) under the title "Plan D According to the Brigades." This summary refers only to the tasks assigned to the six brigades of the KHISH (Field Force) and does not include those assigned to the three brigades of the PALMACH, the mobile strategic forces of the Haganah, which operated country-wide, unlike the KHISH brigades, each of which had preassigned tasks in each of the six regions into which the country was divided. In other words, this summary of the operational objectives does not give a complete picture of the offensive posture of the Haganah since it excludes the operational tasks of its most aggressive and best armed units—the three brigades of the PALMACH. Below is the summary of the "Operational Orders to the Brigades," translated from *Sefer Toldot Hahaganah*.

In addition to the Palmach brigades, it was decided that six brigades based on the Field Force [KHISH] should be established: Brigade A, the Golani, in the Galilee and the plains [Esdraelon and Jezreel plains between Haifa and Tiberias]; Brigade B, the Carmeli, in Haifa and its environs; Brigade C, the Alexandroni, in the Sharon plain [the coastal plain between Haifa and Tel Aviv-Jaffa]; Brigade D, the Kiryati, in Tel Aviv and its

environs; Brigade E, the Giv'ati, in the Shefela region [the coastal plain south of Jaffa and the inner plain toward the Jerusalem foothills]; and the 'Ezri Brigade in the Jerusalem district.

The Golani, made up of five battalions—11, 12, 13, 14, and 15—was charged with the following: closing the enemy's primary access road from the country's borders and from the direction of the central Galilee, Nazareth*, Tubas*, the Gilbo'a Mountains, Jenin*, and Wadi 'Arah; occupying the police stations in Metulla, al-Khalsah* (later Kiryat Shemoneh), al-Nabi Yusha**, Rosh Pina, Safad**, Tiberias**, Samakh*, Gesher, Beisan*, 'Affula*, Nahalal, Sha'ar Ha'Amakim, and al-Lajjun*; taking control of the Arab villages in the areas and on the road from Metulla to Tiberias**, from Rosh Pina to Safad**, from Tiberias** to 'Affula*, from 'Affula* to al-Jalamah*, and along the road passing through the Wadi al-Malh; besieging Nazareth* and Beisan*; stopping all enemy transportation movement along the Haifa-Jenin road. It was also charged with trying to prevent the enemy from establishing bases in Sa'sa**, Mt. Tur'an, Mt. Tabor (al-Tur), Giv'at HaMoriya, or in the outskirts of Megiddo.

The Carmeli, made up of three battalions—21, 22, and 23—was charged with the following: closing the primary enemy access route from the Lebanese border and from the direction of Tarshiha*, Shafa 'Amr*, Karmil*, and Wadi al-Malh; occupying the police station in Kafr Ata*, Kiryat Hayim, 'Atlit*, al-Bassah*, and the [British] army barracks near Kafr Masaryk; consolidating the hold on the city of Haifa** through occupying its Arab quarters ("the Arabs in the quarters of Wadi al-Salib and Wadi al-Nisnas must be blockaded")¹; taking control of the road and the railroad line from Haifa** to Zichron Ya'akov (through controlling the villages: al-Tirah*, 'Ayn Hawd*, al-Mazar*, Jaba**, Ijzim*, 'Ayn Ghazal*, Sarafand*, and Kafr Lam*), and from Haifa** to 'Ayn HaMifrats, and from Haifa** to al-Jalamah*. It was also charged with besieging the city of Acre* and with occupying and holding the villages of al-Bassah* and al-Zib*.

The Alexandroni, made up of four battalions—31, 32, 33, and 34—was charged with the following: preventing the enemy from approaching from the direction of Mt. Carmel, Wadi 'Arah, and the villages located on the Samarian foothills: Qaqun*, Tulkarm*, and Qalqiliyyah*, and the gap from Bir 'Ads* to Ra's al-'Ayn*; occupying the police stations in Zichron Ya'akov, Wadi 'Arah, al-Khudayrah*, Bayt Lid*, Tal Mond, Ra'anana,

*Indicates Arab city, town, or village—Ed.

**Indicates a mixed Arab-Jewish city—Ed.

Petach Tikva, and Ramat Gan; taking control of the Haifa-Tel Aviv road and of the Haifa-Khudayrah railroad (during the occupation of al-Tanturah* and al-Furaydis*). The brigade was also entrusted with occupying twenty villages in enemy territory (among them Qaqun*, Tulkarm*, Qalansuwah*, al-Taybah*, al-Tirah*, Qalqiliyyah², Jaljuliyyah*, al-Yahudiyyah*, Kafr 'Ana*, and Wilhelma [an agricultural colony established by German Templars]), and establishing strong positions there for purposes of long-term defense.

The Kiryati, made up of two battalions, 41 and 42, was charged with the following: occupying the quarter of al-Manshiyyah* and the villages of Abu Kabir* and Tall al-Rish³ and "directing a decisive blow at the city of Jaffa* and at Salamah* and Yazur⁴, and blockading them inside their areas, so that no one will dare emerge from them."⁵

The Giv'ati, made up of four battalions—51, 52, 53, and 54—was charged with the following: closing the enemy route of advance [i.e. on Tel Aviv] from the east and the south; occupying the police stations in Rishon LeTzion, Rehovot, Gedera, and 'Iraq al-Suwaydan*; taking control of the Tel Aviv-Jerusalem road as far as al-Latrun* by taking al-Masmiyyah*; taking control of the Tel Aviv-Negev road (as far as Julis*)⁶ by taking al-Qastinah* and Julis*; taking control of the Lydda Airport, and foremost, taking the [British] army barracks in Sarafand*; participating [sic]⁷ in the siege of the cities of Jaffa**, Lydda*, and Ramlah*.

The 'Etzioni, made up of three battalions—61, 62, and 63—was charged with the following: closing the primary enemy access road from the directions of Ramallah*, Jericho*, and Hebron* [i.e. from the north, east, and south, respectively]; occupying the police stations in 'Artuf*, Abu Ghawsh*, al-Latrun* and those on the northern and southern [Sedom] shores of the Dead Sea and in Ma'ale Ha'adumim, and Bethlehem* (the last two police stations were to be destroyed if it was not possible to establish strong positions in them). In Jerusalem**, the brigade was to occupy the two British security zones B and C, the Commercial Center—Migdal David—and take control of the quarters of Shaykh Jarrah*, Wadi al-Jawz*, Qatamon*, Baqa'ah*, Shama'a, and Abu Tur⁸. Outside Jerusalem, the brigade was to take control of the eastern part of the Jerusalem-Tel Aviv road by occupying the villages and the heights in al-Qastal*, the water pumping stations in Sarris*, Bab al-Wad*, and al-Latrun*. The brigade was also to occupy the airport near 'Atarot and impose a siege on the towns of Bethlehem*, Bayt Jala*, and Hebron*. As for the brigade's three battalions, one was to consolidate its position inside Jerusalem**, the second in the area of Motza-'Artuf*-al-Latrun*, while the third was divided into four

fighting sub-units in the 'Etzion Bloc [south of Jerusalem], on the northern shore of the Dead Sea, on the southern shore at Sedom, and in the Neve Ya'akov—'Atarot Bloc [north of Jerusalem].

1. This is presumably a direct quote from the unpublished full text of the Operational Objectives.
2. Tulkarm and Qalqiliyyah were towns, not villages, by Palestinian standards.
3. Al-Manshiyyah is the northern most Arab quarter of Jaffa proper; Abu Kabir and Tall al-Rish are suburban villages lying about one mile to the east of Jaffa.
4. Salamah and Yazur are large suburban villages lying about three miles east of Jaffa.
5. Presumably another direct quote from the unpublished full text of the Operational Objectives.
6. Julis is two-thirds of the way between Jaffa-Tel Aviv and Gaza.
7. "Participating" is an interesting choice of words, since the subsequent attack on Jaffa was initiated by the Irgun under the command of Menachem Begin with the Haganah forces in a supporting role.
8. These are the Arab residential quarters lying north, west, and south of the old city, respectively.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- BENVENISTI, Meron. *Sacred Landscape – The Buried History of the Holy Land since 1948*. Translator: Maxine Kaufman-Lacusta. California: University of California Press, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. Coleção: A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2ª edição, 2000.
- CHARTIER, Roger. **As representações do escrito**. Em *Formas e sentido – Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Trad. Maria de Lourdes e Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- CLEMESHA, Arlene (Org.). *Edward Said, trabalho intelectual e crítica social*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.
- _____. *Palestina, 1948-2008. 60 anos de desenraizamento e desapropriação*. Tiraz – Revista de Estudos Árabes e das Culturas do Oriente Médio (USP), v. 5, 2008.
- _____. *De la Declaración Balfour a la derrota del movimiento obrero árabe-judío*. En Defensa del Marxismo, Buenos Aires, v. 30, 2003.
- _____. *Mandato Britânico na Palestina*. Entre Passado e Futuro, São Paulo, v. 2, 2002.
- CLIFFORD, James. *Review: Orientalism. History and Theory*, vol. 19, n. 2, February, 1980.
- DAVIS, Rochelle A. *Palestinian Village Histories – Geographies of the Displaced*. Califórnia: Stanford University Press, 2011.

DEUTSCHER Isaac. *O Judeu não-judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Unesp: Editora Boitempo, 1997.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GATTAZ, André. *A guerra da Palestina – Da criação do Estado de Israel à nova intifada*. 2 ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GELLNER, Ernest. *Dos Nacionalismos*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

GERBER, Haim. *Zionism, Orientalism and the Palestinians*. *Journal of Palestine Studies*, v. 33, n. 1, 2003.

Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/10.1525/jps.2003.33.1.23>>

GOMES, Aura Rejane. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

GRAETZ, Heinrich. *History of the Jews*.

Disponível em: <<http://archive.org/stream/historyofje02grae#page/8/mode/2up>>.

Acesso em: 12 de agosto de 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 2*. Trad. Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALLIDAY, Fred. *'Orientalism' and its critics*. *British Journal of Middle Eastern Studies*, vol. 20, n. 2, 1993.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Trad. Andréa Borghi Moreira Jacinto e Simone Miziara Frangella. 2 edição revista. Textos Didáticos – IFCH/Unicamp, n 18, Campinas, fevereiro de 1998.

HALL, Stuart. *Da Diáspora, identidades e mediações culturais*. Editora UFMG , Belo Horizonte, 2003.

_____. *Representation: Cultural Representations and signifying Practices*. London, Sage Publications, 1997.

_____. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença*. Vozes, São Paulo, 2002.

HESS, Moses. *Rome and Jerusalem: a study in jewish nationalism*. Trad. do alemão para o inglês: Meyer Maxman. New York: Bloch Publishing Company, 1918. Disponível em:

<<http://archive.org/stream/romeandjerusale02waxmgoog#page/n4/mode/2up>>.

AGÊNCIA Judaica, Apud EITAN São Paulo. Disponível em:

<<http://www.eitan.com.br/hess.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2012.

HERZL, Theodor. *O estado judeu*. Trad. David José Perez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HOBSBAWN, Eric. *Etnia e nacionalismo na Europa de hoje*. Em BALAKRISHNAM, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HODGSON, Marshall. *The Venture of Islam – Conscience and History in a World Civilization*, Vol. 1. Disponível em: http://www.revalvaatio.org/wp/wp-content/uploads/hodgson-the_venture_of_islam.pdf. Acesso em: 5 de agosto de 2013.

HOURANI, Albert. *Islam and the Philosophers of History*. Reviewed work(s): Source: Middle Eastern Studies, vol. 3, n. 3, apr. 1967.

_____. *Uma história dos povos árabes*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KANAFANI, Ghassan. *The 1936-39 Revolt in Palestine*. New York: Committee for a Democratic Palestine, 1972 and London: Tricontinental Society, 1980.

KHALIDI, Rashid. *The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood*. New York: Columbia University Press.

KHALIDI, Walid. *All that Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 2006.

KHALIDI, Walid. *Plan Dalet: master plan for the conquest of Palestine*. Journal of Palestine Studies, 1988. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/23122101/Walid-Khalidi-Plan-Dalet-Master-Plan-for-the-Conquest-of-Palestine>. Acesso em: 26 de maio de 2012.

LEWIS, Bernard. *The question of Orientalism*. Em *The New York Review of Books*, vol. 29, number 11, June 24, 1982. Disponível em: <https://www.amherst.edu/media/view/307584/original/The+Question+of+Orientalism+by+Bernard+Lewis+%7C+The+New+York+Review+of+Books.pdf>.

Acesso em: 5 de agosto de 2013.

LOUIS, R. Wm. e SHLAIM, A. (Ed.), *The 1967 Arab-Israeli War: Origins e Consequences*. London: Cambridge University Press, 2012.

MALEK, Abdel Anouar. *Orientalism in Crisis*. Diógenes, v.11, n. 44, December 1963.

MASALHA, Nur. *A Land Without a People: Israel, Transfer and the Palestinians 1949-85*. London: Faber and Faber, 1997.

_____. *El problema de los refugiados palestinos sesenta años después de la Nakba*. Traducción: Paloma Monleón Alonso. Edición: Casa Árabe – Ieam (Documentos de trabajo de Casa Árabe, num. 8, febrero). Disponível em: <http://research.smuc.ac.uk/191/1/Masalha-El-Problema-de-Los-Refugiados-Palestinos.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2013.

_____. *Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought, 1882-1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.

_____. **A critique of Benny Morris**. Em PAPPE, Ilan (ed.). *The Israel-Palestine Question*. London and New York: Routledge, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 5ª edição, 2005.

MORGAN, Liam & Morris, Alison. *Nakba Eyewitnesses – Narrations of the Palestinians 1948 Catastrophe*. Nablus: An-Najah National University, 2 ed., 2010.

MORRIS, Benny. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited, 1947-1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. *1948 and After: Israel and the Palestinians*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

_____. *Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-1999*. New York: Alfred A. Knopf, 1990a.

PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina moderna – uma terra, dois povos*. Trad. Ana Saldanha, Lisboa: Ed. Caminho, 2007.

_____. *La limpieza étnica de Palestina*. Trad. Luis Noriega, Barcelona: Memória Crítica, 2008.

_____. *Britain and the Arab-Israeli Conflict, 1947-51*. London and New York: St. Antony's/Macmillan Series.

_____. *The Forgotten Palestinians – A History of the Palestinians in Israel*. London: Yale University Press, 2011.

_____. *The 1948 Ethnic Cleansing of Palestine*. Disponível em:

<<http://palestine-studies.org/enakba/exodus/Pappe,%20The%20Ethnic%20Cleansing%20of%20Palestine.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad. Angelina Peralva, Editora Paz e Terra, 5. ed., 1990.

REICHERT. *História da Palestina*. São Paulo: Editora Herder (Editora da Universidade de São Paulo), 1972.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. *Capítulo 3 – O esquecimento*. Trad. Alain François, et al. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROGAN, Eugene. *Los Arabes – Del Império Otomano a la Actualidad*. Crítica Editorial, 2011.

ROGAN, Eugene and SHLAIM, Avi. *The War for Palestine*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 2007.

RODINSON, Maxime. *Israel: A Colonial Settler-State?* University of Michigan: Monad Press, 1973.

_____. *La Fascinación del Islam*. Madri: Ediciones Júcar, 1989.

_____. **The Conditions of Coexistence**. Em *Cult, Ghetto and State – The persistence of the jewish question*. Trad. Jon Rothschild, Londres: Al Saqi, 1983.

SAID, Edward. *Covering Islam: How the media and the experts determine how we see the rest of the world*. London: Vintage, 1997.

_____. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Cultura e política*. Org. Emir Sader, trad. Luiz Bernardo Pericás, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

_____. *Orientalism Reconsidered*, In: SAID, Edward W. (2003). *Reflections on Exile and Other Essays*, Cambridge: Harvard University Press, 2003.

_____. *Representações do intelectual – As conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

SELA, Rona. *Scouting Palestinian Territory, 1940-1948: Haganah Village Files, Aerial Photos, and Surveys*. Disponível em;

<http://jerusalemquarterly.org/images/ArticlesPdf/JQ-52-Sela-Scouting_Palestinian_Territory_1940-1948.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe*. Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

SHOHAT, Ella. *Taboo memories, Diasporic Voices*. Durham: Duke University Press, 2006.

SOLIMAN, Lotfallah, *Por uma história profana da Palestina*. Trad. Maria Lúcia Pereira, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

TAMARI, Salim (ed.), *Jerusalem 1948 – The Arab Neighbourhoods and their Fate in the War*. The Institute of Jerusalem Studies & Badil Resource Center, Second Revised Edition, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

Sites:

<<http://www.palestineremembered.com>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

<<http://www.deiryassin.org>>. Acesso em: 23 de maio de 2012.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU).

<<http://www.un.org/es/documents/ag/resga.shtml>>. Acesso em : 12 de agosto de 2013.

The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees

<www.unrwa.org>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

JEWISH Virtual Library. <<http://www.jewishvirtuallibrary.org>>. Acesso em: várias datas.

ISRAEL Ministry of Foreign Affairs.

<<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/The%20Balfour%20Declaration>>. Acesso em: 25 de maio de 2012.

RUSSELL Tribunal on Palestine.

<<http://www.russelltribunalonpalestine.com/en/sessions/south-africa>>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

<<http://www.inf.org>>. Acesso em: 29 de julho de 2010.

<<http://www.israeltraveler.org/en/site/kakon-national-park>>. Acesso em: 5 de agosto de 2013.

<http://www.iaa-conservation.org.il/Projects_Item_eng.asp?site_id=39&subject_id=11&id=69>.

Acesso em: 5 de agosto de 2013.

<<http://english.al-akhbar.com/content/stories-nakba-memories-stolen-lives>>.

Acesso em: 28 de julho de 2013.

<<http://www.alexandroni.org/site.php?battle=kakun>>. Acesso em: 27 de julho de 2013.

<http://www.onlineunitconversion.com/square.meter_to_dunum.dunham.html>.

Acesso em: 12 de agosto de 2013.

<<http://tulkarm.4arabs.com/english.html>>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

<http://www.icty.org/x/file/About/OTP/un_commission_of_experts_report1994_en.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

<<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7F0AF2BD897689B785256C330061D253>>.

Acesso em: 12 de agosto de 2013.

<<http://www.jta.org/1932/05/23/archive/zionist-movement-and-french-report-mr-motzkin-president-of-zionist-general-council-leaves-for-pale>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

<<http://new.huji.ac.il/en/cpage/449>>. Acesso em: 1 de junho de 2013.

<<http://www.ohchr.org/en/countries/menaregion/pages/psindex.aspx>>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

<<http://youth.zajel.org/publications/book.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2012.

Documentários

DAMEN, Rawan, Al Jazeera, *Al Nakba*.

KANE, G. *Selves and Others – A Portrait of Edward Said*.

História oral

Depoimentos dos refugiados palestinos de 1948 oriundos de Qaqun: Tawfiq Abder Rahim (Novembro de 2011) e Abder Raouf Ibrahim Yusuf Misleh (várias datas)

Entrevistas

Ilan Pappé – por *e-mail* em 26 de abril de 2013.

Eitan Bronstein – por *skype* em maio de 2013.